

CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA AO ESTUDO DA PESCA NO LITORAL DE SANTA CATARINA

PAULO FERNANDO DE ARAÚJO LAGO

Geógrafo do DEGC de Santa Catarina e
professor de Geografia do Brasil na Faculdade
Catarinense de Filosofia

INTRODUÇÃO

Apesar de possuir extensa costa (7 500 quilômetros aproximadamente) rica em grandes rios carreadores de alimentos para os habitantes marinhos, e, a despeito de apresentar mais eloqüente densidade demográfica em áreas litorâneas, onde se desenrolou o processo de ocupação humana e em que a extração pesqueira exerceu papel de importância, o Brasil apresenta ínfima parcela na produção mundial de pescado.

Em 1957, por exemplo, ocupava o 26.º lugar com aproximadamente 220 000 toneladas. Comparando esta cifra com a de alguns países notaremos mais exatamente a insignificância da tradicional atividade que persiste apresentando em grande parte, baixo grau técnico. No mesmo ano de 1957, a produção de Angola foi superior a 400 mil toneladas, a da União Indiana quase atingiu 1 milhão de toneladas e a da Indonésia elevou-se a 630 mil toneladas.

Considerando-se que os citados produtores não são os mais importantes, mas que, como no Brasil, se situam amplamente em regiões trópico-equatoriais, sabidamente propícias à pesca em larga escala, como melhor apontaremos adiante, já se pode sentir a influência de vários fatores que pesam na produção pesqueira.

NOTA EXPLICATIVA — O presente trabalho é resultado preliminar de estudos que temos feito sobre um dos fatos de grande importância para a compreensão de realidades da área litorânea catarinense: a pesca.

Pretende ser apenas uma contribuição ao esclarecimento de problemas humanos, sociais e econômicos relacionados com aquela atividade, possibilitada pelo apoio que nos foi dado pela direção do Departamento de Geografia e Cartografia de Santa Catarina.

Queremos ressaltar a validade das colaborações prestadas pela Prof.^a MARLY BUSTAMANTE, auxiliar de geógrafo do mesmo Departamento, e de VALDIR FAUSTO GIL, os quais tanto nos estimularam quanto fizeram sugestões e críticas apreciáveis ao trabalho.

Demais membros do DEGC que atuaram no setor de ilustrações e nos acompanharam nos trabalhos de campo, como os Srs. ODAIR SILVA, VALDIR MIRA, OSMAR COELHO, CÉLIO MEDEIROS, HÉLIO LANGE e JÚLIO DE AZEVEDO igualmente merecem nossos profundos agradecimentos.

Da Faculdade Catarinense de Filosofia também recebemos valiosas ajudas, do fotógrafo EUGÊNIO MÜLLER, e dos alunos NEIDE DE OLIVEIRA, MILTON DIGLIACOMO e IVONE ALMEIDA.

De grande significado foram as informações e estímulos que recebemos dos Srs. UBIRAJARA TIMM, T.^{te} AUGUSTO GRUNEWALD e Cap. C. A. CARVALHO.

A todos que cooperaram de um modo ou de outro e que assim se interessaram pelos problemas humanos do estado de Santa Catarina, ficamos eternamenté grato.

O autor

Simple observação em tórno dos processos de obtenção do pescado permite-nos que expliquemos parcialmente a baixa produtividade nesse setor de economia primária, já que o equipamento técnico é, via de regra, extremamente rudimentar, cujo efeito se soma às formas desorganizadas de aproveitamento dos produtos da pesca.

Expressando-se sôbre a questão da possibilidade do desenvolvimento da atividade pesqueira, RODRIGO DUQUE ESTRADA admite a importância do fator administrativo: "Embora seja lamentável nossa posição entre os produtores mundiais, temos tôdas as condições para um rápido progresso da pesca nacional, sendo possível dobrar ou triplicar a nossa produção em menos de cinco anos, desde que se estabeleça um plano racional e não burocrático, mediante a participação das emprêsas e armadores existentes, e pequenas alterações da legislação que rege o assunto". Mais abaixo conclui: "O Brasil precisa urgentemente de 400 mil toneladas de pescado para atender aos suprimentos ora exigidos, e também para liberar uma parte da carne a fim de ser exportada"¹.

Ainda que, em parte, façamos côro com as afirmações acima, em hipótese alguma restringiremos os problemas ligados ao desenvolvimento da economia pesqueira à esfera administrativa, situando-a como fator dominante, se atentarmos nas numerosas pequenas zonas onde a atividade se manifesta e que apresentam problemas particularizados. Condições do meio geográfico litorâneo natural, freqüentemente associadas a outras de natureza social e econômica, impedem soluções de generalizada aplicação. O problema se complica demasiadamente para se esperar desenvolvimento da economia pesqueira à base de precipitadas intervenções puramente administrativas. O conhecimento dos fatos vinculados ao comportamento e dimensões da fauna marinha, já por si representa imensa dificuldade para cuja remoção seriam necessários minuciosos e extensos estudos que deveriam anteceder a quaisquer tentativas de se avolumar a produção bruta do pescado.

É buscando uma contribuição geográfica à compreensão do complexo da atividade pesqueira no litoral de Santa Catarina que empreendemos o presente trabalho.

O estado de Santa Catarina, aliás, vem sendo alvo de estudos diversos sob os auspícios do Plano Nacional de Pesca que aqui intenta desenvolver a atividade. Em outra oportunidade efetuaremos considerações ao Plano Pilôto destinado a orientar as realizações no referido setor de economia extrativa. Por ora, lembraremos o significado que a pesca possui, em relação à maioria dos estados litorâneos. Por exemplo, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção nota-se, além do mais, a importância que a pesca apresenta em relação a outras fontes de atividade produtiva do estado.

¹ "A Pesca" — In *Revista Brasiliense*, n.º 19 — 1959 — São Paulo.

As seis unidades da Federação, indicadas como as de maior produção bruta de pescado, indicaram o montante seguinte, para o ano de 1957:

ESTADOS	Quantidade em toneladas	Valor em Cr\$ 1 000
São Paulo.....	35 161	373 321
Maranhão.....	33 352	356 113
Rio Grande do Sul.....	27 407	150 000
Distrito Federal *.....	24 765	273 549
Rio de Janeiro.....	17 765	170 848
Santa Catarina.....	15 772	190 440

* Atual estado da Guanabara.

Pelos dados oficialmente computados, Santa Catarina ocupa o sexto lugar na produção bruta e o quarto quanto ao valor da produção. Infelizmente, os números assinalados não podem ser completos e exatos. A atividade da pesca obedece a formas de economia mais bem categorizadas como pré-capitalista, principalmente quando se tem em vista o Brasil e, de modo particular, algumas unidades da Federação. O controle sobre dados de produção industrial, (sabendo-se que tais indústrias são altamente precárias e dispersas), consumo local e quantidade real extraída, torna-se difícil, bem como a simples estimativa. Assim sendo os informes oficiais, mesmo quando corretamente coletados, não exprimem senão parcela de realidade da produção.

Entretanto, a análise de outros aspectos relacionados com a produção será de imensa valia para a formulação de medidas administrativas, tendentes ao desenvolvimento da economia pesqueira, ou, para não sermos tão ambiciosos, nos fornecerá elementos importantes para a compreensão mais globalizada do problema.

No decorrer do presente trabalho procuraremos, justamente, contribuir para o esclarecimento dessa marcante função da pesca nos fatos sociais e econômicos de áreas litorâneas de Santa Catarina. E melhor seria se disséssemos — funções — porque a pesca se insurge como complexo de relações entre o homem e o meio geográfico. É um dos fatos geográficos mais exaltados no litoral catarinense que, particularmente, em vista da Região Sul, apresenta elevada densidade demográfica. Os produtos da pesca participam expressivamente como meios alimentares e de sobrevivência econômica de grande número de indivíduos, provavelmente, superior a 50 mil familiares de dependentes diretos e indiretos, localizados em áreas onde os recursos da agricultura e da criação são de baixa produtividade.

A atividade da pesca nem por isso será categorizada como básica, senão em exemplos esporádicos, isto é, quando levamos em conta núcleos individuais de pesca. O fraco índice de comercialização do pescado é incapaz de condicionar mais sentida extensão dessa forma de extração animal, e, conseqüentemente, a capacidade de absorção de elementos humanos que pudessem inscrever-se em típico gênero de vida, é redu-

zida. Há que se considerar também a impraticabilidade do exclusivismo da pesca como atividade econômica entre indivíduos que, de um modo ou de outro, a ela estão ligados, em face do caráter instável que apresenta. Tudo isto se infletirá inevitavelmente na diversificação da atividade econômica. A agricultura e, mais raramente, a pequena exploração bovina, acompanham a atividade pesqueira.

Ao se analisarem determinados núcleos populacionais, rotulados como de “pescadores”, nem sempre é a pesca, em realidade, a economia dominante.

Entretanto, entre as dispersas zonas mais expressivas de pesca, nota-se uma característica comum, estampada no baixo padrão de vida do efetivo humano, quer o mesmo se empenhe na agricultura, tornando-a principal atividade, quer esteja ele absorvido inteiramente pela pesca.

As condições de vida, deficientes para a grande totalidade dos casos, sugerem medidas que se voltam ao desenvolvimento da atividade, já que as potencialidades do mar, mesmo em trechos próximos à costa são praticamente desconhecidas e, assim sendo, se oferecem como possibilidades ao desenvolvimento da pesca. E, nesse aspecto também atua como fator de incentivo, o constante crescimento demográfico de centros litorâneos próximos, o que significa provável expansão de mercados consumidores locais. Além do mais, sente-se necessidade de se intensificar a produção pesqueira para atender a importantes regiões cuja força dinâmica de expansão provoca a elevação da demanda de produtos do mar.

I — FUNDAMENTOS FÍSICOS DA PESCA

ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DO LITORAL CATARINENSE

a) *Morfologia costeira*

Tendo em vista que o fato “pesca”, se relaciona com outras atividades, que também respondem pela fixação do elemento humano em paisagens costeiras, tentaremos evidenciar algumas conexões entre o tema central e o quadro geográfico, no qual ele se inscreve. Resumiremos algumas observações que julgamos de importância para a melhor visão de conjunto do fato: A extensa costa catarinense, situada entre as latitudes aproximadas de 26° S a 29° S, é fundamentalmente caracterizada, em seus traços geológicos, pela presença de terrenos cristalinos, arquenanos, e por formações sedimentares recentes do quaternário. Depreende-se que se verifica um processo de regularização do litoral, o qual, por ser recente, exalta a diversidade paisagística pelo contraste decorrente da morfologia sedimentar e cristalina.

Sumarizando, vê-se, ao norte, a presença dominante de extensa planície sedimentar, aqui e acolá circundada por formações de manguezais, que vai desde a altura de São Francisco até a barra do rio

Itapocu, importante fluxo que drena a zona onde se instala o centro industrial de Joinville. Neste trecho já se salientaram, todavia, remanescentes de relêvo cristalino que funcionam como pontos de apoio para o mecanismo de deposição flúvio-marinha. A cidade de São Francisco, pôrto-escoadouro do norte do estado, e município de atividade pesqueira, assenta-se parcialmente em terrenos decompostos do embasamento e é circundada por terrenos sedimentares cuja progressão do processo de acumulação ligou a ilha ao continente, embora essa ligação tenha sido acelerada pelo "atêrro do Linguado", de obra humana.

Da barra do Itapocu para o sul, até a altura terminal da ilha de Santa Catarina, a costa é caracteristicamente movimentada em sua morfologia. As encostas do bloco cristalino atlântico caem tão mais abruptas quanto mais freqüentemente esbarram diretamente no mar. Quer dizer que não formam uma frente contínua e única, além de serem suavizadas pela ação erosiva prolongada que as rebaixou consideravelmente, não apresentando elas, em função também de outros fatores, altitudes mais elevadas como as que se verificam no litoral dos estados abrangido pelo bloco cristalino do Brasil Sudeste².

Essa frente de encostas mais a prumo ficou seccionada em parte pelos rios que se orientam para o oceano, resultando disso numerosos vales que, em geral, comportam núcleos populacionais. No referido trecho, denominado litoral central, repetem-se as baías e enseadas, cujos fundos arenosos ou de manguezais marcam o contacto do mar com áreas planas extensas, algumas sujeitas a inundações, condicionadas pelas enchentes fluviais associadas à elevação do nível da base, por ocasião de marés oceânicas mais pronunciadas.

As "serras" litorâneas catarinenses, como acentua F. F. MARQUES DE ALMEIDA "consistem em montanhas de estruturas complexas maturamente dissecadas pela erosão normal, e que indicam acentuada adaptação do relêvo às estruturas"³. Essa complexidade estrutural, infletida também em diversificada orientação dos esporões cristalinos, terminais das cristas montanhosas, é grandemente responsável pelo aspecto de retalhamento da paisagem litorânea. Por isso, sobretudo no trecho denominado litoral central, encontraremos profusa interpolação de pequenos pacotes sedimentares alojados nos terrenos cristalinos, como os que constituem porções últimas de vales fluviais, cuja deposição é mais intensa, devido à natural diminuição do declive em face da proximidade do nível de base geral. Os vales costeiros, na grande totalidade, são áreas de deposição flúvio-marinha. Nesse particular, salientam-se as desembocaduras do rio Itajaí-Açu, janela de notável zona de colonização estrangeira, e onde se estabelece o pôrto da cidade de Itajaí, o mais ativo do estado; e, mais ao sul, a do rio Tijucas, entalhado em extensa área sedimentar quaternária. Muito menos importante que o rio Itajaí-Açu, o Tijucas drena uma área economicamente mais pobre,

² *Brasil Tropical Atlântico* de E. DE MARTONNE. Implicam ambas, a despeito dos limites não coincidentes, os terrenos arqueanos orientais do centro-sul-leste brasileiro.

³ "Contribuição à Geomorfologia da Região Oriental de Santa Catarina" in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 10 — março de 1952.

de considerável densidade demográfica de população rural empenhada em atividades agrícolas da cana-de-açúcar, do fumo e da pequena criação bovina.

O acidente de maior expressão morfológica e de maior importância para a pesca é representado pela ilha de Santa Catarina, a mais extensa das numerosas que enriquecem a paisagem morfológica litorânea. Além de ser a mais importante zona pesqueira, na ilha está estabelecida a capital administrativa do estado, Florianópolis, que apresenta crescente população, estimada em 1958 (incluindo a rural), em 90 mil habitantes. Trata-se, pois, de considerável mercado regional, sobretudo em relação ao consumo dos produtos da pesca.

A ilha de Santa Catarina é um conjunto de esporões cristalinos unidos pela sedimentação moderna que ainda se processa, o que facilmente se verifica pelo progressivo entulhamento das lagoas da Conceição e do Peri, que integram as feições morfológicas da ilha. A primeira ressalta, pela sua beleza panorâmica, exaltada pelas formações de dunas no lado oriental, sendo mais notável, porém, pela ativa pesca que se manifesta em suas águas, como analisaremos posteriormente. A do Peri, bem menor, de forma aproximadamente circular, em cujas proximidades também se encontram núcleos de pescadores, é encarada como futuro centro experimental de piscicultura, embora nada de concreto tenha sido realizado até então, nem mesmo planejado. A ilha de Santa Catarina, pela sua variada configuração, propicia à instalação de núcleos pesqueiros, pela presença de considerável mercado consumidor local, pela influência da colonização açoriana, constitui-se como a mais saliente zona de pesca do estado.

A partir da altura quase terminal da ilha de Santa Catarina, o litoral começa a se caracterizar pelo domínio de costas baixas, tomando aspecto pronunciadamente retilíneo, orientado de NE-SW. Descrevendo-o, assim se refere C. A. FIGUEIREDO MONTEIRO: “êsse trecho é caracterizado morfológicamente pelo acúmulo de sedimentação marinha empenhada na retificação do litoral”. E, continuando, “o terreno cristalino é, todavia, dominante nas proximidades de Garopaba que, por sinal é um núcleo típico de pescadores. O traço mais importante é dado pela existência de praias longas, de areias finas, em contínuo processo de avanço, volta e meia interrompidas por um acidente rochoso (cabos de Santa Maria, morro dos Conventos, etc. . .) que serviu de apoio ao mecanismo de deposição. Atrás das faixas dunárias das praias, em alguns trechos, já fixadas pela vegetação dos manguezais, ficaram represadas lagoas que, iniciando-se na ilha de Santa Catarina, continuam pelo trecho meridional do estado (Santo Antônio, Jararuna, etc. . .) e vão culminar no território rio-grandense (Patos e Mirim) ⁴”.

Entre os portos de Henrique Laje e Laguna estende-se uma faixa arenosa, com terraços baixos e formações duníticas, que em suma cons-

⁴ “A Pesca — Fundamentos Físicos”, in *Atlas de Santa Catarina*, edição do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia — Série 2, n.º 2.

titui uma sucessão de tómbolos, os quais bloqueiam parcialmente o pôrto de Laguna. Nessa faixa, muitas famílias de pescadores são encontradas em acentuada dispersão, em virtude da pobreza do solo agrícola. Adentrando-se no sentido aproximado de SW-NE, as águas marinhas formam ambientes propícios à atividade pesqueira, em função do abrigo possibilitado pela configuração morfológica, como se verifica na chamada “lagoa de Imaruí”, nada menos que uma enseada dêsse “gôlfo” alongado, que é conhecido como laguna ou lagoa.

É também nesse trecho compreendido entre os dois portos mais meridionais do estado, que se enumeram os “sambaquis” e “concheiros”, reveladores, os primeiros, de atividade pesqueira pré-cabralinas, e ambos atualmente alvos de exploração econômica para fabrico de cal⁵. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de que, a partir de Laguna, o litoral se inflete mais para o SW e o processo de retificação torna-se mais evidenciado ainda que, no mesmo trecho, até Tôrres (Rio Grande do Sul); as mencionadas lagoas atestem a dinâmica de um processo de regularização ainda incompleto. Entretanto, os próprios pontões, “últimos representantes orientais do relêvo cristalino (cabo Santa Marta, por exemplo)”, como nos fala P. F. DE CARVALHO, desaparecem e extensas praias com dunas elevadas, mais no interior, simplificam a morfologia litorânea.

Os pontões cristalinos que constituem as ilhas, têm grande importância para a pesca, porquanto, via de regra, marcam os limites da penetração de pescadores de “mar grosso”. São pontos de onde se possibilita a pesca sob processos ainda rudimentares, como a do espinhel flutuante, porém de grande valia para a sobrevivência dos pescadores. Em resumo, as características dominantes do litoral catarinense são representadas pela maior movimentação, sob o ponto de vista da morfologia, e da parte central, cujo traçado se apresenta diagonalmente às estruturas, o que resulta em feições de costas de enseadas elípticas, pela contribuição sedimentar. É um litoral pouco evoluído, “mas de que não são ausentes falésias em recuo, praias, barras, pontais e restingas”, segundo observação, de F. F. MARQUES DE ALMEIDA (op. cit. 2). Muitas das restingas se unem ao continente e às ilhas, como em Pôrto Belo que é importante núcleo de pesca e de industrialização do pescado.

O litoral norte é dominado por baixadas muito amplas, em que o exemplo eloqüente é dado pela área circunjacente à cidade de São Francisco do Sul, enquanto o litoral dito de Laguna é acentuadamente retilíneo e maturo. Em ambos, a moldura sedimentar é característica⁶.

⁵ Referente ao assunto consular A. T. GUERRA — “Contribuição ao estudo da geomorfologia, do quaternário do litoral de Laguna: *Revista Brasileira de Geografia* ano XXII, n.º 4.

⁶ A sedimentação que se processa no litoral suscita, por outro lado, problemas relacionados com a obstrução de portos, onerando obras de dragagem. Igualmente, o entulhamento ameaça atividades pesqueiras intralagunares, contribuindo para o aspecto instável do escoadouro e ao mesmo tempo renovador de água salgada nas lagoas, devido ao efeito das marés; já tem havido fenômenos de mortandade na lagoa da Conceição e na barra do Araquari, próximo a São Francisco, devido à obstrução artificial e reforçada pela tendência natural do “atêrro do Linguado”. Em Imaruí e Laguna, não fôsem as freqüentes obras de desobstrução do canal que vai ao pôrto de Laguna, provavelmente já teriam surgido fenômenos similares. É bem verdade que ainda não se sentem prejuízos suficientes para assustar indivíduos que dependem da economia pesqueira, mas o fato não deixa de constituir problema, pelo menos para futuro próximo.

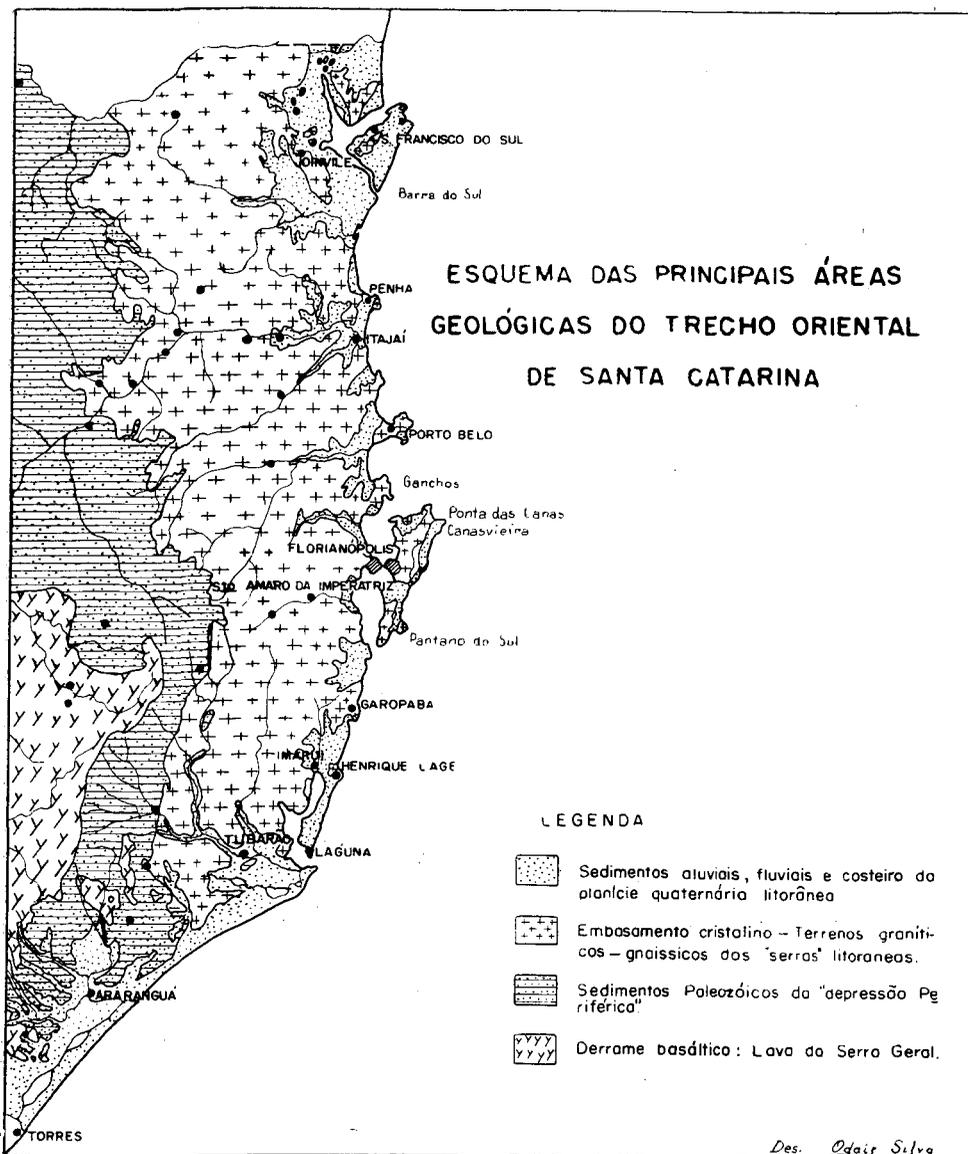


Fig. 1 — Um esboço morfológico seria mais eloqüente para ilustrar relações que procuramos esclarecer no texto. Isto, todavia, exigiria apontamentos de particularidades, inerentes à sua própria complexidade, de modo que omissões de traços seriam prejudiciais para exprimir os aspectos morfológicos. Assim, utilizamos-nos desse esquema das principais áreas geológicas, preocupando-nos apenas com o litoral. Pode-se sentir a extensão do processo de retificação que lhe é característico e também o contraste morfológico, subentendido, decorrente da presença de terrenos do embasamento cristalino e de sedimentos recentes. Aquêles, expressando as formas mais energéticas, se bem muito suavizadas, e os últimos expressando áreas de topografia plana, de acumulação arenosa e de acumulação vasosa, resultarão numa diversidade de ambientes costeiros. O simples recortamento da parte do "Litoral Central", bem marcante desde o município da Penha até o núcleo de Garopaba, evidencia os contrastes geológicos com repercussões nos aspectos da morfologia litorânea, estes por sua vez influenciadores das características do habitat marinho, em relação à fauna e flora.

O grande número de enseadas e vales fluviais que se entalham em sedimentos flúvio-marinhos, constituem sob o ponto de vista geográfico, os acidentes mais importantes já que nêles é multiplicado o estabelecimento de núcleos populacionais (Palhoça, Biguaçu, Tijuca, Itajaí, como sedes municipais; Garopaba, Ganchos, Pôrto Belo, Itapema, peque-

nos núcleos; sem contarmos com os numerosos núcleos situados na ilha de Santa Catarina). Ademais, lagoas costeiras como a da Conceição (inserida no interior da ilha de Santa Catarina) e a reentrância longitudinal da Laguna-Imaruí, bem como os núcleos próximos ao centro de São Francisco do Sul, possibilitam a exploração de tipos determinados de pescado, como o do camarão, espécie que necessita de ambientes de tranqüilidade para desova.

Conclui-se da análise sumária que efetuamos, o seguinte: Os aspectos da morfologia litorânea, de modo geral, são favoráveis à instalação de núcleos populacionais, sobretudo, porque são numerosos os abrigos naturais necessários a diversos tipos de pescado econômicos. Entretanto, os núcleos populacionais litorâneos são, em muitos casos, isolados e de acesso dificultado pela configuração geral do relêvo. Outro fato, que nos parece ser em parte decorrente disso, reside no paradoxo de que essas facilidades não foram antagônicas à permanência de técnicas rudimentares de extração, embora fatores mais importantes tenham de ser considerados em primeiro plano, para a explicação desse primitivismo.

Ao se confrontarem análises entre as diversas zonas de pesca, nota-se um traço comum: *A pesca se restringe aos ambientes intralagunares e às enseadas de pequena profundidade e bem abrigadas ou mesmo às praias que não sejam fundas de trechos recortados.* A obtenção do pescado quase não obriga o pescador a deslocar-se para longe da terra. O peixe vem ao pescador.

A afirmação é tão correta quanto a recíproca. As mais importantes pescas são as de tainha, da enchova, do camarão, da sardinha, etc... espécies que "acostam", buscando refúgio para a desova.

A técnica do pescador é limitada ao conhecimento de processos de apresamento dessas espécies. Há exceções, embora a totalidade dos pescadores seja identificada pelo tipo que aprendeu métodos de trazer para a terra o peixe ou o molusco que dela espontaneamente se aproxima.

Os períodos de pesca são assinalados pelas épocas em que as espécies marinhas chegam bordando a linha de costa. O pescador parece ter-se habituado ao fato de que não é preciso ir ao mar: "O peixe vem sempre", afirmou-nos um deles, quando inquirimos sôbre a vantagem de se pescar em alto mar. A verdade, todavia, é que uma soma de fatores intervém, reduzindo a área de ação do pescador. Adiante, consideramos mais demoradamente os efeitos dos diversos fatores.

Outra característica da morfologia litorânea, que de certo modo facilita a preservação do rudimentarismo da atividade pesqueira, reside na presença de terras agrícolas de baixadas, que embora pobres, não exigem aprimoramento técnico no setor da economia em questão. Cita-se, como exemplo, a resistência apresentada pelos habitantes da vila pesqueira de Garopaba para utilizarem os solos das encostas, mais ricos do que os solos arenosos e ácidos da baixada. A agricultura pos-

sibilita meio de sobrevivência, e há certa indecisão entre os pescadores e agricultores na eleição dela como atividade básica.

Em alguns núcleos, como nos Ganchos, a acidentação da costa praticamente impossibilita os pescadores no tocante às atividades da lavoura⁷. Isto constitui, entretanto, exceção. Em Pântano do Sul, na ilha de Santa Catarina, também a agricultura é atividade inexpressiva, porém não tanto quanto nos Ganchos. O certo, todavia, é que a existência do produto (pescado) nas proximidades dos núcleos não pressio-

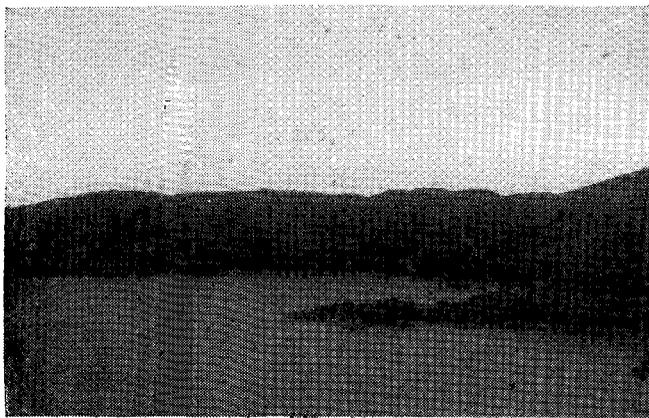


Fig. 2 — A enseada do núcleo Gancho do Meio. A encosta continental cristalina cai bem verticalmente, ao mar, reduzindo a parte plana, que em vários locais é utilizada para a pequena lavoura. Apesar da rodovia que se nota em primeiro plano, a meia-encosta, as condições morfológicas da zona compartmentam-na, pressionando o uso do transporte por via marítima, orientado principalmente para o centro florianopolitano.

na desenvolvimento técnico, mormente o das embarcações utilizadas. (Fig. 2)

A pesca ao largo, isto é, a que se baseia no aproveitamento de ampla área marítima situada nos limites da plataforma continental, somente em tempos recentes é que tem sofrido algum desenvolvimento, e mesmo assim por iniciativa de pescadores provenientes de outros

centros brasileiros, como os da Guanabara, os de Santos, etc. . .

Acostumados, já há muito, com a pesca “praiana”, os catarinenses se atrasaram com respeito à melhoria do equipamento, e hoje começam a sentir a pressão da concorrência a êles imposta pelos barcos de pesca de outras áreas.

Esse atraso técnico é principalmente explicado pela ausência de grandes mercados próximos, que pudessem exercer estímulo no investimento de capitais por parte de comerciantes capitalizados, bem como por não repercutir em rendas suficientes para o pescador aplicar em compra de equipamento mais modernizado.

A reação mais importante ao primitivismo consiste na “motorização” das pequenas embarcações — “baleeiras”, mas isto quase nada representa, mesmo que façamos referência a barcos de pesca — “traíneiras” —, empregados pelos pescadores de centros que não os do estado de Santa Catarina, e que oferecem rendimento muito maior que as “baleeiras”.

Nas praias mais abertas, a pesca de “arrastão” foi facilitada pelas condições morfológicas em consonância com o aparecimento das espé-

⁷ É exatamente nos núcleos dos Ganchos que notaremos o mais expressivo índice de dependência da pesca. Seus pescadores são os mais arrojados, afastando-se a distâncias consideráveis da costa.

cies que “acostam”, procurando abrigo nas águas mais quentes. O processo é primitivo, como se vê. As embarcações utilizadas nesses núcleos são comumente mais rudimentares do que nos demais, onde a dependência de espécies acostantes é menor. Em núcleos de pesca em que a tainha e a enchova (as principais espécies que “acostam”) além do camarão, não são muito abundantes, verifica-se uma tendência para ampliação do raio de atividade dos pescadores, que procuram dotar suas embarcações com motores. Essa tendência é nesse caso, explicada por um fato particular. A “motorização” se observa mesmo quando isenta da influência da não aproximação das “espécies acostantes”.

No que respeita ainda à morfologia litorânea é preciso salientar o problema do relêvo submarino. Como expusemos, a pesca ao largo é apenas uma conjectura, uma possibilidade, em se tratando do litoral catarinense. Até o momento, não se possuem dados que nos possam assegurar, com margem de grande probabilidade, a existência de potencial de pesca suficiente para estabelecimento de prognósticos favoráveis a produtividade econômica compensadora.

Técnicos da FAO, em rápidas sondagens são inclinados a admitir horizontes de exploração econômica da pesca em águas situadas à altura de Santa Catarina.

Ainda que careçam de objetividade, as deduções já nos permitem antever um desenvolvimento da pesca ao largo, desde que outros fatores venham a interferir adicionalmente. (Fig. 3)

As restrições sobre as potencialidades pesqueiras marítimas decorrem de numerosas considerações que faremos a seguir:

A extensão da plataforma continental é sumamente importante como fator que condiciona a abundância da vida marinha. A penetração de raios solares torna-se extremamente difícil além de 200 metros de profundidade e disso decorre a redução da vida vegetal e microrgânica animal, conjunto que constitui o complexo denominado “plâncton”. Os vegetais microrgânicos necessitam de estímulos fóticos para a elaboração da fotossíntese, de modo que se desenvolvem melhor em ambientes franqueados à luz solar. Os seres animais e vegetais que compõem o “plâncton” e demais vegetais e organismos animais menores que integram a flora e fauna fixadas no fundo do mar constituem a fonte alimentar das espécies maiores, aquelas que se prestam à exploração econômica.

A presença, portanto, da plataforma continental é fator imprescindível para aumento quantitativo das espécies exploradas, mas não é fator isolado, pois outras condições são necessárias.

De modo geral a plataforma continental das áreas meridionais do Brasil, incluindo-se as latitudes onde se enquadra o estado de Santa Catarina, é relativamente extensa, o que já representa uma perspectiva favorável à existência de recursos naturais.

A PLATAFORMA CONTINENTAL

ESBÇO BATIMÉTRICO DO BRASIL MERIDIONAL SEGUNDO A CARTA 30 DA D.H.N.-M.M.

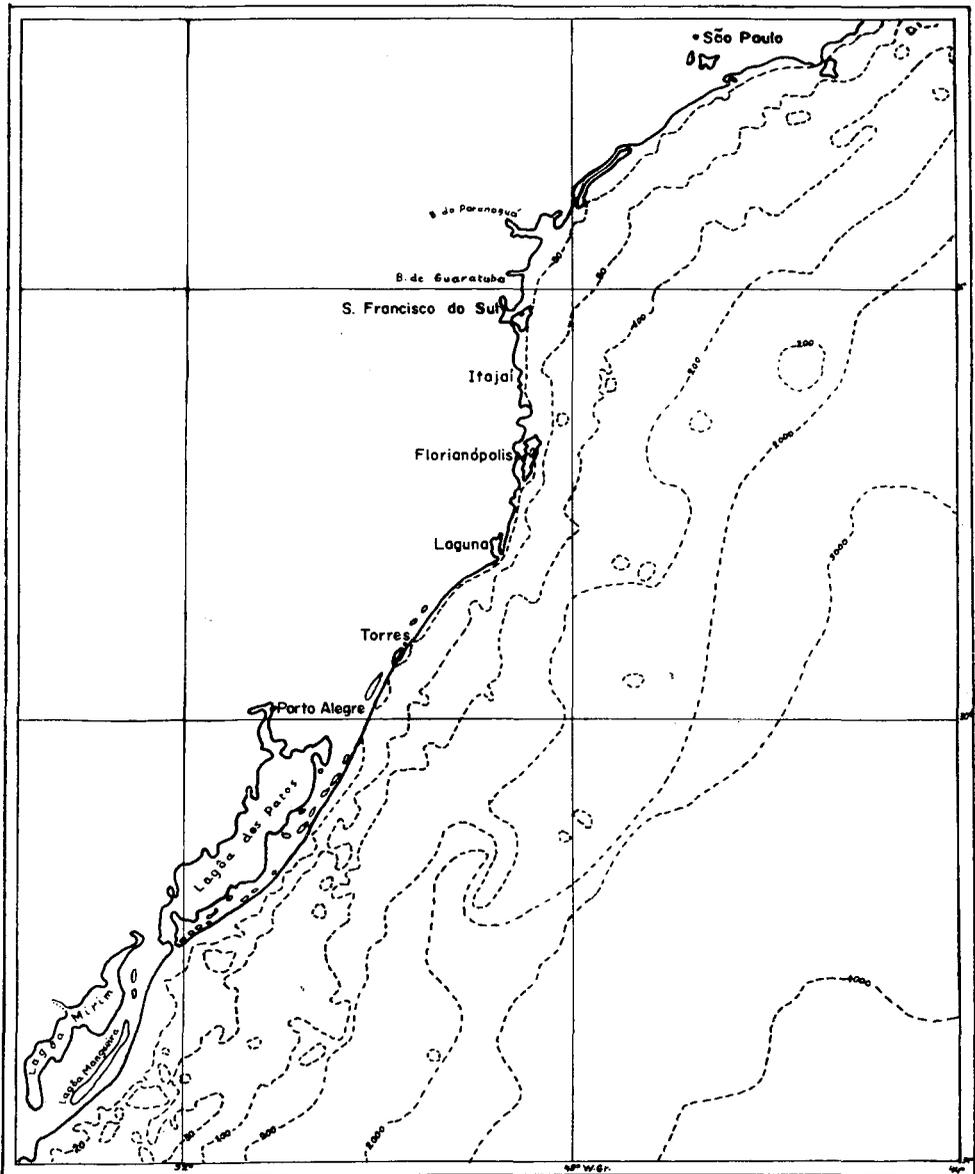


Fig. 3

Em Santa Catarina, a atividade pesqueira não ultrapassa, em geral, o limite dado pela "isóbata" de 50 metros, dependendo-se ser a pesca restrita à estreita faixa da plataforma continental.

A simples extensão da plataforma continental, entretanto, não é, por si só, condição suficiente para implicar em abundância de espécies marinhas de significado econômico.

Condições outras, relacionadas à temperatura das águas, à salinidade, à direção de correntes, terão de ser consideradas para que possamos mais seguramente antever o desenvolvimento da pesca ao largo, para não considerarmos outras questões que se prendem a mercados, investimentos financeiros, mão-de-obra qualificada, etc. . .

Um aspecto, que se evidencia desfavorável, refere-se à inexistência de grandes rios que pudessem desembocar no litoral catarinense. Sua presença é importantíssima, já que carregam substâncias fertilizadoras das águas, possibilitando conseqüentemente maior proliferação da vida vegetal e animal; as águas fluviais transportam grande quantidade de larvas, que animais marinhos depositam em ambientes fluviais tranquilos a fim de protegerem a prole em seus primeiros estágios, como a temperatura mais elevada dos remansos fluviais incide diretamente no período de desenvolvimento dos ovos.

O desconhecimento porém, da ecologia marinha, não apenas em vista do caso presente, mas de todo o Brasil, é quase completo⁸, de modo que pouco poderemos aquilatar quanto à possibilidade do rendimento da pesca em águas mais afastadas da costa.

De passagem, as zonas de pesca em regiões equato-tropicais, com raras exceções, são pouco consideradas em sua importância econômica, embora nessas regiões elevado efetivo humano dependa muito da alimentação proveniente da pesca. As grandes zonas de pesca se situam em áreas de latitudes médias. Baseando na afirmação de C. F. JONES ampliaremos a alusão:

“Em nenhum lugar de baixa latitude se desenvolveu a pesca comercial em escala comparável à que alcançou em águas mais frias de latitudes médias. Muitas são as causas que parecem estorvar o desenvolvimento de grandes pescarias comerciais em latitudes baixas. Em primeiro lugar, acredita-se que o “plâncton” é menos abundante nos mares tropicais. Deve-se isto provavelmente à presença, nas águas mais quentes dos trópicos, de bactérias desnitrificantes que constantemente destroem matérias orgânicas⁹.

Sòmente sondagens diversas poderiam esclarecer-nos sôbre a questão referente à possibilidade de desenvolvimento da pesca no litoral catarinense, em distâncias mais afastadas da costa do que a média reduzida do raio de ação atingido pela dominância das embarcações utilizadas em Santa Catarina.

Em regra, os próprios barcos, quer os poucos existentes no estado, quer os provindos de outras unidades da Federação, operam mais inten-

⁸ “Apesar de antiga, a pesca é das mais descuidadas atividades econômicas do Brasil. Não temos uma carta de pesca; os laboratórios são dos mais precários; estudos oceanográficos só os ultimamente realizados, mediante contratos com estrangeiros. A nossa frota pesqueira é diminuta, no que diz respeito a barcos motorizados ou modernos. As instalações em terra são precárias, sendo as construídas pelo governo federal com erros chocantes. . . ”Os quadros humanos são deficientes, havendo grande falta de bons mestres, como também de mecânicos e estaleiros, para boa conservação das embarcações”. “A Pesca” — *Revista Brasiliense*, n.º 19 — 1959 — São Paulo.

⁹ *Geografia Econômica* — Ed. Fundo de Cultura Econômica — México.

samente nas zonas próximas à costa, também atingíveis pelas embarcações menores. Esse fato, inclusive, tem feito concorrência aos pescadores "praianos", e poderá mesmo se constituir num incentivo ao melhoramento das embarcações utilizadas pelos últimos, além do que o predatismo da pesca intralagunar já apresenta reflexos que conduzem o pescador a novas concepções: a consciência da não inesgotabilidade e estabilidade dos recursos da pesca.

b) Aspectos climáticos do litoral

As condições meteorológicas são de grande importância quanto ao ritmo da atividade pesqueira.

Conhecer as tendências do comportamento dos fenômenos atmosféricos impõe-se como uma necessidade ao pescador; ele é incipiente observador meteorológico, resultante da necessidade objetiva para se sair a contento em sua tarefa.

Considerando-se a precariedade das embarcações utilizadas, a dependência dos pescadores dos estados do tempo torna-se mais estreita.

A movimentação das massas de ar, cujos sinais de evidência constituem sério aviso, implicada na intensidade dos ventos que afetam a dinâmica das águas marinhas, impossibilita, não raramente, a extração do pescado ou simplesmente a continuidade do labor.

Os processos de extração, que têm na utilização de embarcações apenas um complemento, são permitidos ou não, conforme o caráter das condições do tempo. Processos rudimentares de pesca, como o chamado "cêrco", o "arrastão", somente efetuados quando se pode utilizar embarcações menores e que dependem da tranquilidade das águas, tornam-se impraticáveis quando o mar se agita pela influência da força dos ventos.

As chuvas, freqüentes e fortes desabam nas zonas litorâneas, oscilando entre 1 400 e 1 900 mm anuais e são distribuídas apenas com predominância nos meses de verão. Elas dificultam, sobretudo quando prolongadas, as saídas das pequenas e frágeis embarcações abertas (que são as mais usuais).

Outra importante relação entre as condições climáticas e a pesca é verificada quando se investiga a orientação e freqüência das correntes marinhas em função da influência de ventos dominantes.

No mapa que acompanha o esboço batimétrico do Brasil Meridional, segundo a carta 30 da DHN — Ministério da Marinha, vê-se focalizada a situação dos ventos e correntes de verão e inverno. O comprimento das setas corresponde proporcionalmente à freqüência do vento, medida pela escala incluída abaixo e as penas são indicativas da intensidade dos

ventos, segundo a escala Beaufort. No interior, o símbolo indica o número respectivo dos dias de calma. (Fig. 4)

Interpretando-o, assim se refere C. A. FIGUEIREDO MONTEIRO:

“Observa-se, pela predominância dos ventos do NE no verão e de SW no inverno a tendência monçônica dada pelas diferentes sazonárias de ritmo de atuação das massas tropicais e polares. Entretanto, a variabilidade é a característica, especialmente ao longo da costa catarinense. Esta irregularidade de direção dos ventos reflete, de certo modo, a complexidade que lhe é dada pela Frente Polar. Ventos variados e às vezes fortes constituem, inegavelmente, um embaraço à atividade pesqueira, especialmente quando se limita a processos primitivos. Durante

o inverno, estação onde são mais freqüentes os ventos frios do Sul, durante os avanços da massa polar, o problema é mais sério. Mas apesar de as condições do tempo serem mais desfavoráveis, é justamente o inverno a estação mais propícia para a pesca. As águas superficiais no inverno, ao longo da costa meridional do Brasil, ficam compreendidas entre as “isotermas” de 20° a 15°C, contra 26° a 23°C, no verão, além de certa tendência de as águas mais frias, vindas do sul, aderirem à costa.

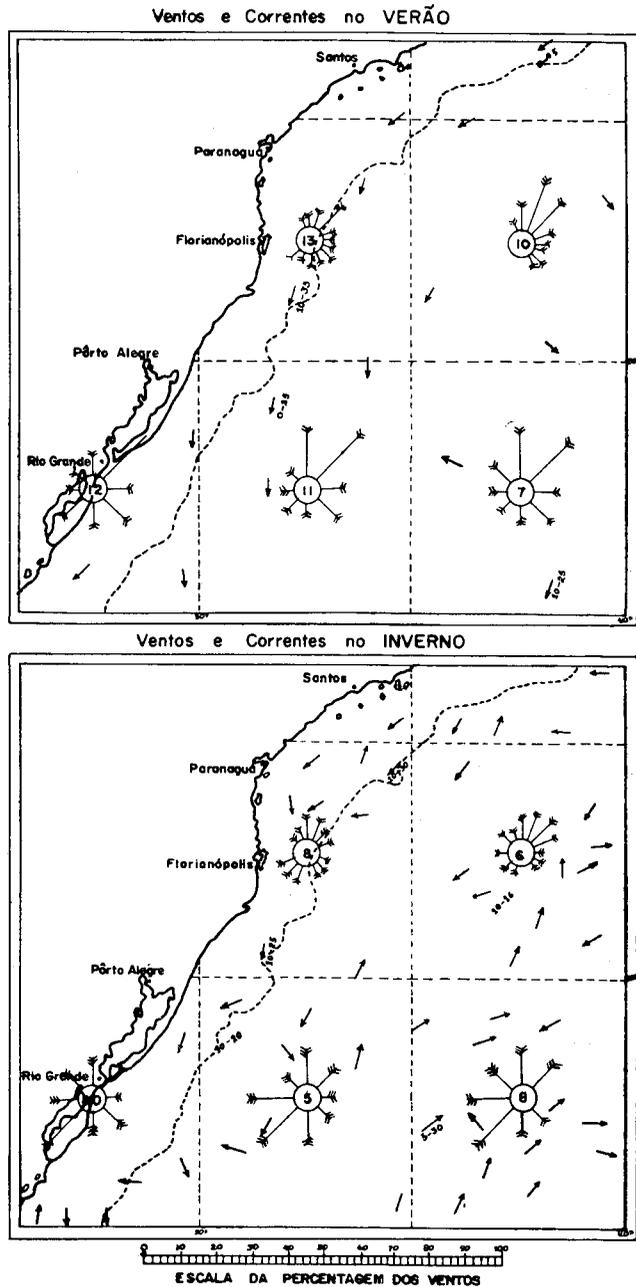


Fig. 4

Este fato, influenciando na migração para as lagoas de espécies mais cotadas (a tainha, por exemplo) que acompanham o fluxo de águas mais frias para o norte, implica em maior atividade pesqueira”¹⁰.

A época do inverno, em que o litoral é batido constantemente pelos ventos do quadrante sul, embora desfavorável no que responde à relação direta com o elemento humano, é a época de maior vitalização de pesca, já que espécies como a tainha e a enchova (esta um pouco mais posteriormente), que alcançam grande valor comercial, aparecem com abundância, procurando recantos nas enseadas, baías e lagoas, abrindo-se nas águas mais quentes.

As temperaturas mais frias do ar atmosférico, no inverno, por outro lado, são também favoráveis no tocante a impedir a rápida deterioração do peixe. Este aspecto é sumamente importante, sobretudo, tendo-se em conta a precária organização comercial da pesca. Apanhado o peixe, procede-se à distribuição local.

Atualmente quase todo o pescado é levado pelos caminhões de intermediários que espreitam as praias nessas épocas; uma parte porém é vendida a habitantes próximos que a transportam para suas respectivas residências, em tempo suficiente para se evitar a deterioração do peixe, o que não seria fácil em épocas de verão. Quando se percorrem as estradas litorâneas, principalmente nos meses de maio, junho e julho, observam-se transeuntes que carregam uma ou duas tainhas; é fato que se repete a todo instante.

Sobre essas espécies de “corso” convergem as atenções. Elas marcam a migração de barcos de pesca de outras áreas e impelem o deslocamento de pescadores de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul, fenômeno que se torna mais pronunciado nos dias atuais.

II — BASES HUMANAS DA PESCA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA ATIVIDADE; O POVOAMENTO DO LITORAL; A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA

Aspectos históricos da atividade pesqueira

É perfeitamente aceito que, em Santa Catarina, a pesca é historicamente fator de grande importância na fixação do homem no litoral. Atividade tradicional apresentou no decorrer dos tempos alterações quanto à intensidade e quanto à finalidade. Tomando-se puramente, como critério, o grau de intensidade do objetivo da atividade, pode-se adiantar classificação simples.

Primeiramente, a atividade pesqueira afirmou-se por seu caráter comercial; posteriormente a função alimentar da pesca sobrepôs-se, e, na atualidade, a pesca ascendeu em sua finalidade de subsistência, em

¹⁰ Op. cit., p. 8.

face do crescimento numérico de pescadores dependentes, mas apresenta franca evolução no sentido comercial, diante da ampliação dos mercados regionais de consumo. Por outro lado, as indústrias derivadas esboçam alterações mais radicais. A carência de informações precisas não nos possibilitam reconstruir mais cientificamente as alusões acima. Baseamo-nos em incidências decorrentes de deduções. As informações, que focalizam aspectos da pesca nas diversas épocas, são fragmentárias, insuficientes para nos esclarecer melhor as inovações que apenas pudemos subentender, sobretudo, se buscamos acompanhar as modificações da técnica e o quadro evolutivo dos montantes em quantidade e valor, expressos pela produção e consumo e, pois, ao real significado econômico e social da atividade. Restringindo-se, por exemplo, à questão dos instrumentos utilizados pelos pescadores, ou melhor, à técnica empregada, as modificações verificadas se restringiram mais ao aspecto quantitativo.

A preservação de tipos de embarcações e utensílios, que se notará na característica do processo de se obter o pescado, é indicativa do rudimentarismo adotado, infletido na baixa produtividade, a despeito de a ampliação dos mercados de consumo representar progressão de quantidade média anual extraída do mar.

Este fato, como já salientamos, não tem sido suficiente para condicionar desenvolvimento técnico mais radical. Registra-se flagrante tendência para o desenvolvimento da pesca ao largo, o que implicará no aperfeiçoamento de embarcações que possam atingir maior raio de ação. Se esta possibilidade é remota, já se verifica, no entanto, o fenômeno que chamaremos de "motorização" de pequenas embarcações. Trata-se da aquisição gradativa pelos pescadores de motores adaptados a pequenas distâncias, mas que representam fator considerável de progresso. Das alterações gerais da atividade pesqueira a mais saliente é talvez a quase completa extinção da pesca da baleia, que teve momentos de grandiosidade em épocas anteriores.

JOHN MAWE descreve a indústria da pesca da baleia, que encontrou na localidade de Armação, na ilha de Santa Catarina, onde a safra anual variava de 300 a 400 indivíduos, em fins do século XVIII¹¹.

A história da economia extrativa do Brasil, por sinal, apresenta interessante capítulo que diz respeito à pesca da baleia. CAIO PRADO JR. nos presta alguns esclarecimentos: "A pesca da baleia teve na colônia seus dias de grandeza. Existiram armações para a pesca na Bahia (a da Barra, entre o mar e a capela de São Bento e Itaparica), que são as mais antigas, instaladas na primeira metade do século XVIII. Seguem-se, para o sul, as armações de São Domingos, na Praia Grande, hoje Niterói, que data de 1782; a de Bertioga, em Santos que já existia em 1782; e as seis de Santa Catarina: Piedade, na entrada setentrional da ilha (1746); Lagoinha, costa oriental da ilha (1772); Itapocoróia,

¹¹ JOHN MAWE — *Viagens ao Interior do Brasil* — Col. Biblioteca Histórica do Brasil — Ed. Martins.

(1777); Garopaba (1795); Imbituba (1796); e finalmente a da ilha da Graça, na entrada do canal de São Francisco, estabelecida em 1807¹².

Atualmente existem duas fábricas de óleos, de baleia, uma em Imbituba e outra em Armação; mas ambas não têm significado importante, dado o irrisório número de baleias pescadas por ano. A da Armação é ainda menos ativa, permanecendo anos sem que seja pescado um só indivíduo para movimentá-la.

Segundo ainda o mesmo autor: "A pesca constituía estanco real, cedendo-se por contrato a concessionários privilegiados. A atividade foi grande; no contrato dos doze anos, de 1765-1777, a renda dos contratadores foi de 4 milhões de cruzados; numa só armação apanharam-se 523 baleias"¹³. CARLOS GOMES DE OLIVEIRA refere-se a cifras ainda mais elevadas (embora não mencione a fonte informativa): "A abundância de valiosos cetáceos era tal que nos anos houve em que a pesca na armação Itapocorói e da Graça atingiu, cada uma, 1 000 baleias"¹⁴. Relata, a seguir, que a industrialização da pesca da baleia iniciada desde 1603, após grande desenvolvimento decaiu no século XIX, devido à falta de capital e organização.

A explicação atribuída à decadência da indústria da pesca da baleia, pelo autor acima, todavia, é demasiadamente simplista, como facilmente se depreende. Retomando CAIO PRADO JR.: "A decadência brusca começou quando os baleeiros ingleses e norte-americanos iniciaram a operar nas ilhas Falkland impedindo que as baleias, em suas migrações hibernais, chegassem, como era seu costume, até as costas do Brasil. Reduziram êles consideravelmente a espécie, pela devastação praticada em larga escala e com processos aperfeiçoados. Daí é que deriva a desistência da atividade, em 1801, quando a Coroa não encontra mais pretendentes ao contrato, terminando o estanco"¹⁵.

O fenômeno da súbita extinção da pesca da baleia, verificado em Santa Catarina, encontrou na concorrência da técnica superior detida pelos barcos e navios baleeiros de nações estrangeiras uma razão muito forte. A esta, se acrescentam outros fatores, como ausência de capitais próprios que pudessem competir com a concorrência imposta por empresas de âmbito de ação internacional.

A violenta interrupção da pesca da baleia entre os catarinenses ou elementos portugueses que operavam em áreas do litoral, apresenta, pois, simples diferença de grau, quando confrontamos êste fato com a realidade que envolve a pesca e indústria da baleia. Em termos gerais, a pesca e industrialização dos produtos da baleia apresentaram gradativa decadência, constituindo, na expressão de CLARENCE F. JONES — "atividade econômica do passado"¹⁶. Seu obsolescimento deve-se principalmente, *ao caráter predatório que caracteriza a atividade*, o que se

¹² CAIO PRADO JÚNIOR — *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2.^a edição, Editora Brasiliense.

¹³ CAIO PRADO JÚNIOR — *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2.^a edição, Editora Brasiliense.

¹⁴ Referência escrita no *Guia de Santa Catarina*, 1.^o vol. 3.^a ed. Publ. da Livraria Alberto Entres, Florianópolis.

¹⁵ CAIO PRADO JÚNIOR — Op. cit., 7.

¹⁶ CLARENCE F. JONES — Op. cit., 5.

reflete numa constante redução do número de indivíduos; em segundo lugar os lucros se tornam reduzidos em virtude de suprimentos artificiais dos derivados do gigantesco cetáceo. Nem mesmo a variedade dos derivados da baleia, atualmente obtidos por processos modernizados, tem sido suficiente para a revalorização do recurso, embora a extensa aplicabilidade dos mesmos tenha atenuado o inteiro abandono da atividade. Mas, isto requer elevado montante financeiro para compra e manutenção de equipamento fabril, bem como produção em larga escala para tornar compensador o investimento. Potências como o Japão, a União Soviética, a Inglaterra, e outras, continuam a insistir na industrialização da baleia, mas o rendimento proporcionado não representa estímulo forte¹⁷. Concernente ao povoamento do litoral, a pesca da baleia não teve influência que resultasse na fixação de núcleos populacionais, senão de efêmera duração, enquanto perdurava a atividade, sob a forma de estanco.

Fenômeno diverso ocorria em função da pesca para fins alimentares de subsistência, cuja inclinação foi sempre tendente a se comercializar. É o que veremos adiante, após breves considerações sobre a pesca efetuada pelas populações que antecederam os povos ocidentais no litoral catarinense, isto é, os indígenas pré-cabralinos:

A pesca entre os primitivos habitantes: algumas evidências

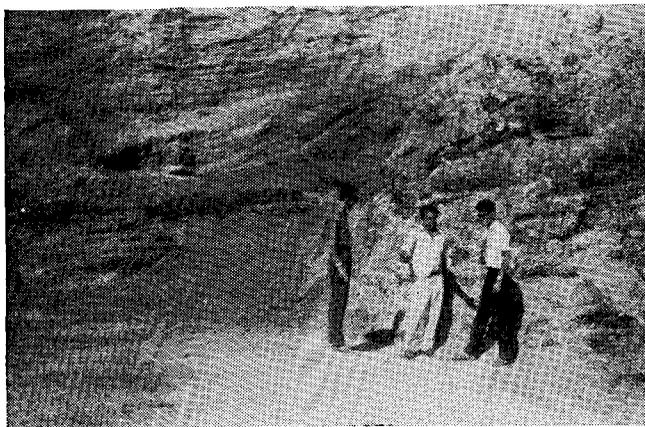
Apresenta indícios muito flagrantes, embora não conheçamos escritos alusórios ou interpretações arqueológicas sobre os grupos humanos de cultura recuada que, com toda a certeza habitaram diversas áreas do litoral catarinense. Numerosas, sobretudo no litoral de Laguna e às margens de lagoas costeiras atuais, estas formações calcárias resultantes do acúmulo de detritos de moluscos e crustáceos, impregnados de utensílios só poderiam ter sido confeccionados por seres humanos. Muitos autores as interpretam como "sambaquis"¹⁸.

Outras formações desses pequenos montes, cujo conteúdo geológico contrasta nitidamente com os terrenos circundantes, são apenas mencionadas como "concheiros" ou sejam, resultantes da ação deposicional dos elementos naturais, no caso, o mar. Esses acidentes topográficos, que interrompem o nível da superfície dominante da região costeira, se revelam como terraços marinhos resultantes de ação natural, enquanto outros sugerem a participação do elemento humano; outros ainda são por demais evidentes quanto à origem humana, tal a quantidade de documentação cultural que nêles é encontrada, além de outras evidências que nos chegam pelos exames estratigráficos dessas

¹⁷ A despeito do diversificado aproveitamento da baleia: carne, utilizada como alimento e fabricação de fertilizantes; ossos para fertilizantes; e outros subprodutos como o âmbar-gris, as barbatanas, etc... que constituem matérias-primas industriais, o que se depreende em necessária organização produtiva, as condições de se preservar a atividade no litoral catarinense eram demasiadamente desfavoráveis. Daí, a decorrência inevitável do inexpressivo da pesca da baleia, nesse exemplo.

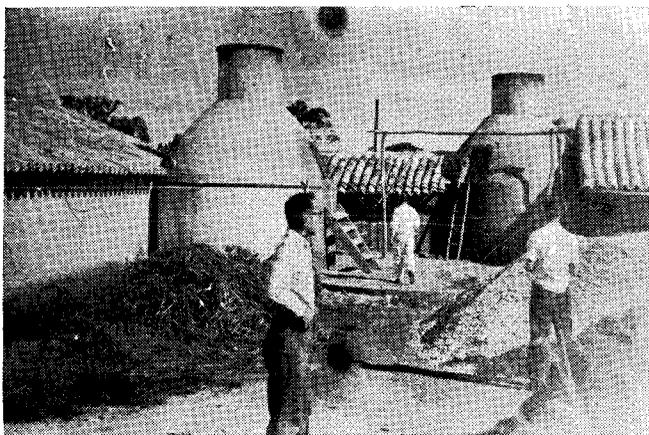
¹⁸ Sobre os problemas dos sambaquis, consultar ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA, "Contribuição ao Estudo da Geomorfologia e do Quaternário do Litoral de Laguna" — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 4 — 1950.

formações calcárias. Esqueletos, peças culinárias, utensílios de caça e pesca compõem o quadro documentário dos “sambaquis”, paralelamente a observações do fato tumultuoso da estratificação, que não coincide com o processo disciplinado da deposição de sedimentos naturais. Os mais comumente denominados “concheiros” na linguagem não leiga são aceitos como formações naturais, com documentação esporádica



e estratificação ordenada dos detritos e sedimentos. O leigo aplica-lhes designações genéricas e várias: “concheiros”, “ostreiras”, “casqueiros”, “sambaquis”. As informações provenientes de cronistas do Brasil-Colônia são por vêzes concludentes, tendo sido observado

ocularmente a deposição de detritos de crustáceos e moluscos por grupos indígenas que buscavam o litoral, ou aí se encontravam mais ou menos fixados, para retirarem alimentos oriundos da fonte marinha. Últimamente, os depósitos — “sambaquis” ou “casqueiros” — são alvos de exploração econômica. No litoral de Laguna, por exemplo, se nos deparam, na paisagem, diversos fornos de cal, que utilizam a matéria-prima fartamente oferecida pelos depósitos existentes¹⁹. (Figs. 5 e 6)



Figs. 5 e 6 — Visão parcial de um dos muitos depósitos concheiros do litoral de Laguna. Alguns são naturais e outros são aceitos como decorrentes do acúmulo de conchas deixadas por populações indígenas que anteriormente habitavam a região. Ambos os tipos de depósito são largamente aproveitados para a fabricação da cal, como se vê na foto acima.

¹⁹ A exploração econômica dos depósitos calcários referidos suscitou medidas governamentais tendentes a regularizá-la. Na lei estadual de 23 de agosto de 1955, n.º 288, art. 1.º, lemos: “Fica proibida em todo o território do estado de Santa Catarina a exploração econômica ou a destruição, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas conhecidas como sambaquis, casqueiros ou ostreiros”.

Peio que observamos, a lei não é respeitada na íntegra, pois reza o art. 6.º: “O material conchífero estéril dos sambaquis só poderá ser aproveitado para fabricação de cal, atêrro, pavimentação de estradas ou qualquer outro fim, depois de completo estudo científico dos mesmos e a juízo de uma comissão de especialistas”.

Sõmente em 1960 é que se esboça a nomeação de membros da comissão de especialistas, enquanto a exploração já esgotou numerosos depósitos.

A existência dos “sambaquis”, (tendo sido comprovada a intervenção humana em sua formação), esporádicos ornatos da topografia costeira, reflete a importância dos recursos alimentares do mar para a sobrevivência de grupos humanos em estágio cultural recuado que, todavia, deixaram traços preservados ainda pelos pescadores atuais.

Assim em todo o litoral brasileiro observaremos o emprêgo de utensílios de pesca que constituem heranças culturais indígenas. O “puçá”, largamente utilizado pelos pescadores catarinenses, especificamente para a pesca do camarão, é expressão daquela cultura. Designa um tipo de rêde, pequena, e daí, “puçá-açu”, que na linguagem tupi se refere à rêde trazida pelos portugueses, de dimensões desconhecidas pelos primitivos habitantes do Brasil²⁰. A pesca pelo processo do “picaré”, usado principalmente no litoral de Laguna, alguns tipos de armadilhas fixas, instrumentos como a “coca”, a todo instante deparados no litoral catarinense, são, sem dúvida alguma, aquisições culturais que remontam a fases da pesca pré-histórica. A demarcação da origem dessas heranças materiais é um problema extremamente difícil e, de fato, os informes dispersos não permitem reconstrução de roteiro dessas influências culturais²¹. Certo porém, é que a pesca entre os primitivos, no litoral catarinense, foi realizada, denunciando de certo modo a riqueza das potencialidades do mar. Marcou-se como primeira atividade de subsistência em que, mais tarde, iria distinguir-se o elemento ocidental, notadamente sob a impulsão da colonização açoriana.

Aspectos do povoamento do litoral catarinense e suas relações com a atividade pesqueira; a colonização açoriana

A ocupação humana da área litorânea, que hoje compreende os limites do estado de Santa Catarina, processou-se tardiamente em relação a outras regiões fronteiriças ao Atlântico.

Situada nas extremidades da então colônia portuguesa, êsse trecho litorâneo não oferecia grandes atrativos, considerando-se que as preocupações de exploração econômica dos portugueses mobilizavam-se principalmente para as áreas que apresentassem facilidades para o desenvolvimento da lavoura canvieira, fornecedora de lucros mais compensadores. O trecho litorâneo catarinense estava afastado das cogitações das grandes empresas agrícolas embora, nos meados do século

²⁰ Em seu precioso trabalho — “Pesca no Litoral do Rio de Janeiro” os autores, L. M. CAVALCANTI BERNARDES e NILO BERNARDES, fazem referências às influências da cultura indígena sobre processos e utensílios de pesca, adotados pelos pescadores fluminenses. O trabalho analítico nos serviu de orientação em alguns capítulos. Encontra-se inserto na *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 1 — 1950.

²¹ ... “São diferentes e variados os métodos de pesca, ou mais exatamente os utensílios usados. De modo geral procedem de uma influência das três correntes culturais que serviram de lastro à nossa formação: o indígena, o português e o negro. Se o indígena, espalhado pelo litoral ou pela bacia dos rios, conhecia a pesca, e inclusive o preparo do peixe para alimentação, com êle deparou-se outro povo, cuja cultura estava impregnada de vida marítima, conhecedora também da atividade da pesca”. — MANUEL DIÉGUES JR. *Regiões Culturais do Brasil*, publ. INEP. Rio de Janeiro, 1960, p. 435.

No trabalho de RAIMUNDO LOPES — “Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão” — in RSPH e AN n.º 2; êste aspecto está mais desenvolvido.

XVII, a cultura da cana-de-açúcar e algumas adicionais aí tivessem sido introduzidas.

Sòmente muito posteriormente é que as lavouras teriam algum significado, como a que se desenvolveu nas baixadas quentes e úmidas, como em Tijucas, Biguaçu, etc.; ainda assim, em grau inferior a outras áreas litorâneas situadas mais ao norte.

A intervenção do elemento ocidental, no trecho litorâneo em apreciação, ocorreu após, praticamente, a consolidação ocupacional do Brasil Sudeste e do Nordeste.

No estado de Santa Catarina, salientou-se sobremaneira a atuação dos "bandeirantes" como fator de povoamento. Muitas povoações litorâneas foram erigidas em função da obra das "bandeiras colonizadoras".

O primeiro núcleo importante foi o de São Francisco do Sul, que logo se salientou pela produção agrícola da cana-de-açúcar, algodão e mandioca, sendo que a atividade pesqueira desenvolveu-se complementarmente, como recurso de subsistência²².

A seguir, outra bandeira colonizadora se fixaria no litoral central, na ilha de Santa Catarina, para dar início à povoação de Destêrro, atual Florianópolis, cuja história está repleta de fatos trágicos ocorridos com seus primeiros habitantes²³.

Provavelmente um ano após a fundação de Destêrro, os vicentistas fundam a povoação de Laguna, que desempenharia notável papel como área abastecedora de alimento para as tropas militares encarregadas de manter a posse das regiões meridionais da colônia portuguesa (Sacramento).

Os primeiros núcleos se distanciavam uns dos outros, o que correu para o modesto desenvolvimento que apresentaram; as atividades econômicas eram a agricultura e pequeno comércio externo. Dêste participavam produtos extraídos da pesca — peixe sêco —, ao lado de farinha de mandioca e carne salgada.

Esta primeira fase da ocupação humana do litoral foi desenvolvida pela vinda de imigrantes açorianos (em maior parte) e madeirenses, responsáveis pelas numerosas características que ainda hoje encontramos, sobretudo no litoral central catarinense: — tipos de habitações, reminiscências folclóricas, tipos somáticos, técnica pesqueira, etc. . . são sobrevivências nítidas desta influência. Mas não sòmente a colonização portuguesa e a ítalo-germânica apresentam relações com o fato em estudo, embora indiretamente. As levas de imigrantes italianos e alemães que ocuparam áreas litorâneas (região de Tubarão, Itajaí, etc.) traduziram-se com parcelas estimuladoras da atividade pesqueira, por constituírem-se consumidores de seus produtos. Igualmente encontraremos essa relação, ao considerarmos as inovações técnicas introduzidas

²² Fundada pelo português MANUEL LOUREIRO DE ANDRADE, que veio com várias famílias de São Vicente. A povoação tornou-se vila em 1660.

²³ Bandeira chegada em 1675, chefiada pelo vicentista DIAS VELHO. Muito depois é que viriam os colonos açorianos e madeirenses.

na atividade da pesca. Assim, as áreas de colonização estrangeira em Santa Catarina tenderam para um desenvolvimento industrial diversificado; e, decorrente dessa expansão vertical das atividades econômicas, resultou a existência de fábricas, como as do motores, localizados em Joinville, que atendem à crescente demanda dos pescadores, ávidos por “motorizarem” suas embarcações. Esse fenômeno é hoje sumamente importante, marcando, em realidade, a mais sentida alteração nos processos de pesca litorânea no estado.

A força das particularidades do fato — “colonização estrangeira” — nos leva, portanto, a destacar dos dois tipos: a açoriana, imediatamente ligada à atividade pesqueira, e a ítalo-germânica, subordinada à condição de estimuladora da mesma atividade.

Trataremos, enfaticamente, da influência açoriana.

A colonização açoriana

Obedeceu, em primeira linhagem de interesse, à necessidade que se impunha aos planos portugueses, preocupados com a manutenção do domínio das regiões sulinas, da então Colônia do Sacramento, ameaçadas pelas insistentes tentativas de posse dos espanhóis.

O povoamento era encarado como meio auxiliar da preservação de territórios, donde, a orientação da política portuguesa se apoiar na estreita relação entre os fatos — povoar e dominar.

Com respeito ao problema açoriano, notam-se particularidades suficientes no seu enquadramento em tipo especial de colonização, diferenciando por conseguinte de simples e restrito objetivo de povoar.

Numerosos lugares foram selecionados para instalação de núcleos de colonos a partir de 1748, quando aportam, até 1753, 1 178 casais, totalizando 6 492 pessoas, que se estabeleceram na ilha de Santa Catarina.

É bem verdade que muitas localidades foram abandonadas rapidamente, mas outras originariam vilas e cidades: Henrique Laje (ex-Imbituba), São José, Tijucas, Palhoça, Pôrto Belo e outras exemplificam o último caso.

As dificuldades que se defrontaram aos habitantes, foram imensas, a ponto de considerarmos o malôgro de alguns povoados como resultado inevitável. SAINT-HILAIRE fornece-nos relatos que indicam, em meados do século XIX, as precárias situações entre os ilhéus açorianos²⁴.

O historiador catarinense OSVALDO R. CABRAL refere-se mais minuciosamente aos dramáticos momentos passados pelos colonos, colocando em realce a função da pesca, como fator de sobrevivência nos núcleos de povoação: “Os açorianos guardaram a mesma organização, mantendo-se precariamente da pesca diária, da pequena lavoura e da indústria de farinha, fabricada em pequena escala”²⁵.

²⁴ *Viagem à Província de Santa Catarina* — Col. Biblioteca História Brasileira.

²⁵ *Santa Catarina*.

Os obstáculos foram tão numerosos como intensos, para que os núcleos açorianos se desenvolvessem em ritmo seguro. A floresta da encosta atlântica, sob a qual se encontrava um solo arável mais rico apenas oferecia o recurso do combustível — a lenha. As baixadas arenosas, mais pobres, ou pantanosas eram preferidas para a agricultura. A encosta e a floresta aliavam-se, impedindo a intercomunicabilidade entre os núcleos. Populações indígenas freqüentemente entravam em conflito com os colonos, e manifestações de malária tornavam a empresa um risco extremamente sério, principalmente quando se atém ao fato da inexistência na época de meios medicinais específicos. Tais dificuldades, somadas por vêzes, acarretavam abandonos freqüentes dos núcleos por parte dos colonos, para outros de maior facilidade de sobrevivência. Como a agricultura era problemática, requerendo técnicas e conhecimento do mundo tropical, a criação do gado não bastava para formar base econômica, pois esbarrava com vários problemas do meio ecológico e de outras ordens; restaria ao colono a dinamização da atividade à qual, em grande parte já, se encontrava afeiçãoado — “a pesca”. Desta feita o mar foi favorável.

Introduzindo processos de pesca, assimilando experiências indígenas, os açorianos desenvolveram-na, tendendo, rápido, em alguns núcleos, a abandonarem quase inteiramente as lides agrícolas para as quais se destinavam, a princípio.

A multiplicação dos descendentes de açorianos resultou num elevado contingente de indivíduos que, dotados de conhecimento da faina pesqueira (ainda que façamos restrições à eficiência técnica empregada), excederam em número às exigências desse tipo de mão-de-obra com vista ao estado de Santa Catarina. Nos dias atuais acentua-se o fenômeno do deslocamento de pescadores catarinenses, em esmagadora proporção de descendentes açorianos, para o Rio Grande do Sul que, promissoramente, investe-se na atividade pesqueira.

Vê-se, pois, que a colonização açoriana é de imensa importância na formulação das realidades da pesca em Santa Catarina e à compreensão dos respectivos fatos. Pode-se ademais, concluir que, tendo em vista a totalidade da área meridional onde ela foi efetuada, “embora tenha tido que enfrentar sérias dificuldades, a primeira tentativa de colonização dirigida no Sul do Brasil conseguiu alcançar seu principal objetivo: a ocupação definitiva de extensa faixa litorânea do extremo sul, de povoamento até então incipiente, concentrado em alguns pontos isolados da costa”²⁶.

Reconsiderando os aspectos mais importantes focalizados no presente capítulo, resumiremos:

a) A pesca no litoral catarinense remonta a épocas pré-históricas, como atestam os dados materiais encontrados nos “sambaquis” e as observações oculares asseguradas pelos primeiros habitantes ocidentais.

²⁶ DORA A. ROMARIZ, in *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. X — Publ. IBGE — CNG.

Obviamente nesta fase, a pesca era de subsistência, com processos extremamente rudimentares que, em parte, são ainda preservados.

b) A intervenção do elemento ocidental trouxe o desenvolvimento da pesca comercial da baleia (pelo aproveitamento de subprodutos). Embora esta atividade seja verificada, como em Imbituba, não apresenta importância, senão histórica

c) Com o advento de povoadores (bandeirantes), a pesca de subsistência e em pequena escala comercial, passa a influir na vida dos litorâneos.

d) A colonização açoriana exaltaria o fenômeno, tanto pela necessidade de obtenção de alimento, quanto a tradição marítima desses colonos os impulsionaria a expandir a economia pesqueira. Assim numerosos colonos reintegraram-se nesse gênero de vida, outros o assimilaram simplesmente, em número cada vez mais crescente, a ponto de hoje constituir problema a acomodação de pescadores catarinenses que emigram para o Rio Grande do Sul, preservando a mesma atividade.

Ao longo do litoral, numerosas vilas são caracteristicamente pesqueiras, cuja população é flagrantemente originária dos colonos açorianos.

A relativa abundância do pescado em águas catarinenses estimula a penetração de barcos modernizados que tendem a agravar o problema local de mão-de-obra pesqueira em excesso, que tem contra ela a manutenção de técnica rudimentar, além de outras circunstâncias ligadas à organização e escoamento da produção, bem como ao obstáculo contido na insuficiência de capitais particulares.

A despeito do crescimento do mercado interno, cujo ritmo expansional teve aumento considerável a partir do advento de levas de colonos ítalo-germânicos, responsáveis parcialmente pelo surgimento de importantes centros urbanos, não é no estado catarinense que se verifica a grande demanda pelos produtos da pesca: são os estados do Sudeste, principalmente, o que exigirá melhoramentos no sistema de produção, conservação e transporte, para que fortaleçam os contactos comerciais e se abram mais os horizontes econômicos de atividade pesqueira.

III — A POPULAÇÃO PESQUEIRA DO LITORAL

DISTRIBUIÇÃO — ATIVIDADES — TIPOS HUMANOS — CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Todos os municípios litorâneos apresentam núcleos de pesca, isto é, agrupamentos humanos, numericamente variáveis entre os municípios, cujos habitantes, em sua maioria, se dedicam parcial ou totalmente à atividade pesqueira.

Vários são os fatores que interagem para a explicação das diferenças quantitativas e não raro qualitativas, do número de indivíduos

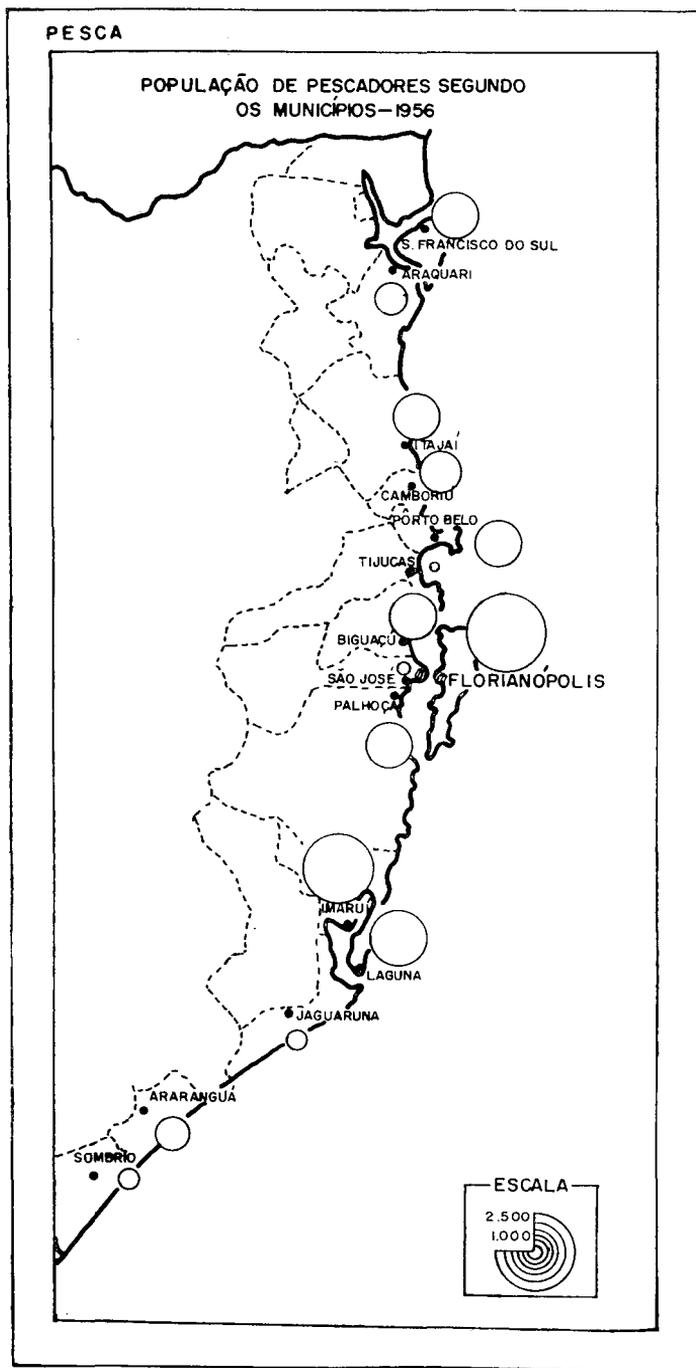


Fig. 7

ativos, em cada município, que operam no setor econômico em análise. Ser-nos-á difícil, para alguns casos, apontar o fator dominante das diferenças numéricas de habitantes empenhados na pesca. Muito mais questionável seria pretendermos aventar fatores genêricamente aplicados. Daí, preferirmos, no presente capítulo, focalizar alguns fatos, in-

cluindo o da distribuição do efetivo humano pesqueiro e omitindo por menores capazes de suscitar desvios na escala de apreciação por nós utilizada. Ulteriormente encaremos de perto os principais núcleos pesqueiros para que tenhamos dêles idéia mais vertical.

Observando-se o mapa da distribuição do contingente humano pesqueiro, nota-se maior número mormente em duas zonas: a de Florianópolis e a de Laguna.

É preciso, antes de tudo, ressaltar inevitáveis falhas decorrentes de apurações estatísticas incompletas pelos dados extraídos do IBGE, ainda que sejam os mais fiéis. Obteremos apenas estimativas e não resultados de sondagens diretas. Estes dados que nos serviram inclusive para a elaboração do gráfico 1, foram coletados a propósito de pesquisas orientadas por técnicos da FAO, junto a agentes estatísticos do IBGE. As informações resultantes constituem considerável esforço, mas foram obtidas sem que houvesse pròpriamente uma operação de recenseamento. Mais correto seria afirmar que resultam de um louvável esforço de reconhecimento sôbre alguns aspectos da pesca e que nos facilita a percepção das realidades. (Fig. 7)

Pela análise da distribuição do efetivo humano de pescadores, verifica-se que a zona de Florianópolis é a mais expressiva. Pode-se admitir que essa relativa concentração de pescadores é devido a alguns fatores, que nos parecem bastante claros. Primeiramente, reconhece-se a excelência do meio geográfico costeiro, repleto de enseadas e lagoas, onde a facilidade de instalação de núcleos populacionais é adicionada ao próprio ambiente ecológico marinho, quando se tem em vista a pesca “praiana” ou a de fraco raio de ação atingido pelos pescadores.

Florianópolis é a capital do estado e uma das mais populosas cidades catarinenses ainda que totalize, em relação a outras capitais, reduzido número de habitantes — aproximadamente 95 000 para o município. A cidade não apresenta funções de economia secundária; caracteriza-se por ser tipicamente terciária — administrativa por excelência.

No que se relaciona à pesca, a cidade é dotada de um pôrto de pequeno calado, de movimento inexpressivo, visivelmente suplantado pelos portos de Itajaí, Laguna, Imbituba e São Francisco que, por sinal, também são insuficientes. O pôrto, além disso, é de pequena importância quanto à pesca. Os núcleos de pesca situam-se dispersamente pela costa da ilha e tendem cada vez mais, a se comunicar com a cidade por transporte rodoviário; fica assim reduzida a agitação no pôrto, o que não se verificaria, caso as embarcações e o pescado aí chegassem em maior escala.

A cidade de Florianópolis, em termos relativos, é todavia considerável mercado consumidor de pescado, sobretudo, quando se pressente o elevado consumo *per capita* do produto da pesca. Os dados concernentes a êsse consumo individual são praticamente impossíveis de ser

apurados. Não há contrôle nos mercados municipais e o consumo direto, isto é, do pescador para o consumidor parece-nos elevado e generalizado entre seus habitantes, o que dificulta ainda mais a mensuração real da produção e do consumo. Os florianopolitanos afirmam, por exemplo, que habitam a cidade onde “mais se come tainha”. Tudo nos leva

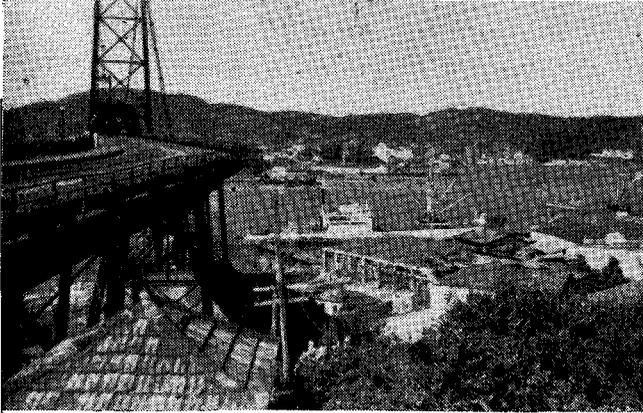


Fig. 8 — Aspecto do pôrto de Florianópolis, vendo-se em primeiro plano a ponte Hersílio Luz que liga a capital (no fundo) ao continente. Embora a pesca na ilha de Santa Catarina seja das mais importantes no estado, o pôrto não apresenta correspondente reflexo dessa atividade. Os núcleos de pesca se dispersam pelas enseadas da ilha e, cada vez mais, se comunicam com mercados de consumo pelo transporte rodoviário.

a admitir ser verdadeira a afirmação. (Figs. 8, 9 e 10)

O terceiro fator favorável (já que implicamos a concentração urbana como o segundo) reside na tradição da atividade, exaltada pela influência de grupos açorianos.

Como zona industrializadora do pescado, a de Florianópolis é menos importante que a de

Laguna e a do litoral Norte, a partir de Itajaí, ainda que se esboce no município atual de Pôrto Belo uma das mais importantes indústrias do pescado.

Com referência à zona de Laguna, merece salientar a presença de condições do *habitat* marinho adequado ao desenvolvimento de espécies muito requisita-

das, de preço elevado e de fácil industrialização, como o camarão. A zona de Laguna é assim caracterizada pela pesca e industrialização do camarão, responsáveis pelo número elevado de dependentes dessas atividades econômicas, sobretudo na área de Imaruí. Não deixa de ser importante a influência exercida pelos centros urbanos da bacia do Tubarão (cujas cidade de igual nome é capital regional) atuantes como estimuladores do consumo interno e próximo. Os centros urbanos,



Fig. 9 — Retornando da infrutífera investida em busca da tainha, em curso, uma traineira proveniente de Santos atraca num trapiche de Florianópolis para retocagem da rede e abastecimento da tripulação.

tais como Tubarão, Criciúma, Uruçanga e outros, apresentam notável crescimento populacional, de modo que tendem a manter maior intercâmbio com as áreas pesqueiras centralizadas em Laguna. É preciso ressaltar que esta zona tende mais ao comércio interestadual do produto industrializado.

As salgas existentes e indústrias de conserva de camarão se orientam em busca de mercados como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, etc., mas a pesca individual, praticada por pescadores destituídos de posses, destina-se ao consumo imediato, o qual encontrará mercado em centros urbanos adjacentes. Trata-se de um pequeno comércio, porém influente, quando, o relacionamos com pequenos pescadores. Ademais, como afirmamos, tenderá a tornar-se mais significativo à medida que a demanda crescer naturalmente, em função do aumento da população nesses centros. Esse pequeno comércio é principalmente mantido por intermediários, possuidores de meios de transporte rápido.

No litoral norte e no extremo sul, a partir de Itajaí e a partir de Laguna, respectivamente, o montante de pescadores diminui muito. É bem verdade que em São Francisco e em Penha (recentemente transformado em município, pelo desmembramento de Itajaí) os núcleos pesqueiros são importantes, em vista da ligação que mantêm com as indústrias de conserva que nêles existem.

No extremo sul, as praias muito abertas — “praias secas” — como se observa nos municípios de Araranguá e Sombrio, não constituem atrativos para instalação de núcleos populacionais, devido às dificuldades na obtenção de água potável e para uso de solo agrícola em pequenas propriedades submetidas à fragmentação tradicional. Alguns pequenos núcleos de pescadores não atingem a importância dos congêneres em outras áreas do litoral ²⁷.

Além da abundância do camarão, as zonas de São Francisco do Sul e Itajaí são favorecidas pela maior facilidade de contacto com centros consumidores de importância, fator que sugere a possibilidade

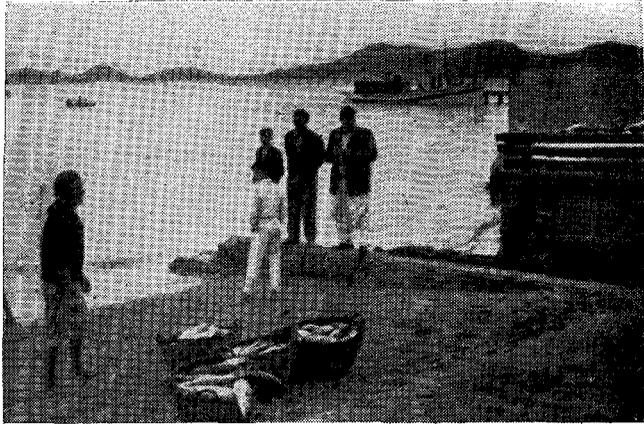


Fig. 10 — Praia do Müller, Florianópolis: A agitação das ondas, condicionada pelos ventos do quadrante sul, mais diretamente inflétidos no principal cais da cidade, impele os barcos a procurarem abrigo em outros pontos, como na praia do Müller. A foto mostra o carregamento de uma carga de tainha que, da traineira é levada ao caminhão, em botes. Daí, o pescado será conduzido a diferentes mercados, principalmente ao local.

²⁷ Referente ao problema, é interessante consultar análises efetuadas por VICTOR A. PELUSO JÚNIOR, ao tratar da povoação de Lagoinha — (Araranguá), in *Paisagens Catarinenses*, Publicação do DEGC — Ano I, n.º 1.

de concentração de indústrias de pescada nessas áreas. Assim sendo, o número de pescadores tornou-se bastante expressivo, em face da possibilidade de venda imediata do produto. Joinville, por exemplo, absorve grande parte do pescada obtido pelos pescadores de São Francisco e Araguari, enquanto Itajaí e Blumenau consomem parcelas provenientes dos núcleos pesqueiros da Penha, Camboriú e Itajaí.

A presença de mercados próximos é de suma valia para se explicar a quantidade de pescadores existentes, pelo fato de que o produto se deteriora rapidamente, o que seria evitado se os pescadores fossem dotados de recursos suficientes para compra de transportes frigoríficos, ou simples caminhões que levassem o pescada aos frigoríficos municipais. Consumidores imediatos significam, pois, mercado de trabalho, estímulo à manutenção da atividade pesqueira.

Tendo-nos ocupado mais da distribuição da população pesqueira, resta-nos, considerar os traços marcantes dos núcleos de pesca.

A primeira característica se prende a sua dispersão, de modo que se torna difícil ressaltar o significado das zonas de pescadores. Daí, preferimos designar: zonas de núcleos mais agrupados.

Essa dispersão torna-se flagrante à proporção que os núcleos, se distanciam de centros próximos de consumo, e, secundariamente, em função das características morfo-ecológicas litorâneas.

Os núcleos mais isolados apresentam, salvo a exceção dos "Ganchos", pronunciado caráter de pesca de subsistência.

A zona de Florianópolis, incluindo os núcleos espalhados da ilha de Santa Catarina e os das adjacências, como Pinheiro, Ganchos e Pôrto Belo, e os núcleos da zona compreendida pelo fundo do pequeno "gôlfo" de Laguna e o da Barra do Sul (São Francisco), são os mais ativos, os mais estáveis e nos quais mais se concentram indivíduos totalmente dedicados à pesca.

Em muitos núcleos dispersos, excetuando-se os citados, a pesca ainda que mantida durante todo o ano, somente tem caráter comercial em determinadas épocas. Em Camboriú, Itapema, Imbituba, Araranguá e Araquari, — principalmente, a pesca comercial se relaciona estreitamente com as épocas de turismo (verão) quando o rápido crescimento de população repercute na demanda de alimentos. Trata-se de curto incentivo à extração excedente de pescada para fins comerciais, e mesmo assim de teor fraco uma vez que o turismo nesses recantos litorâneos se encontra em fase inicial (fig. 11).

Por outro lado, o verão não coincide com a pesca mais importante em todo o litoral — a da tainha.

Os núcleos de pesca ressentem-se da dificuldade de comunicação com centros consumidores, da ausência de equipamento técnico que possa atenuar a manifesta escassez de pescada, em determinadas épocas, pela ampliação do horizonte de exploração. Amarrados à costa, os pescadores são vitimados pela redução do pescada comercial e, assim res-

tringem-se a uma tarefa cada vez mais improdutivo para o futuro, caso permaneçam à espera do produto.

Sentindo-se claramente o problema da instabilidade da produção pesqueira, dependente do aparecimento de espécie que possibilite lucros maiores e da presença de mercados próximos condicionados à absorção imediata do produto

pescado, em face à rápida deterioração a que se sujeita, o pescador catarinense é impelido, na maioria dos casos, a dividir sua atividade principal com a agricultura.

Em alguns exemplos será difícil apontarmos o “gênero de vida” dominante, neste ou naquele núcleo, se implicarmos a noção de “gênero de vida” como atividade que mobiliza maior soma de energia, de trabalho de um grupo humano. Em muitas aglomerações humanas do litoral, imediatamente interpretadas como comunidades pesqueiras, encontraremos seus moradores dedicando-se inteiramente à pesca, outros apenas parcialmente, dividindo-se com a lavoura; e ainda outros que só muito esporadicamente atuam na pesca, optando quase totalmente pela lavoura ou outra atividade que absorve menor número dos integrantes da comunidade.

Cada “núcleo pesqueiro” seria, pois, representado por um conjunto de indivíduos que operam totalmente na atividade da pesca, por um outro que apenas dela se serve como recurso de produção e por um terceiro, que participa de trabalhos agrícolas, complementares à alimentação proveniente do pescado, propiciando pequena produção de consumo dominante local e parcas poupanças obtidas mediante diminuto comércio com outras áreas.

A instabilidade da produção pesqueira não poderia mesmo convergir exclusivamente para ela a soma de trabalho dos moradores locais e, além disso, mesmo em épocas de maior dinâmica de pesca, não é rara a falta de pescado, inclusive em núcleo de maior importância. Observa-se também que a pesca desenvolveu paralelamente à agricultura.

Sua freqüente superposição a esta, é devido também ao elevado índice de esgotamento dos recursos dos solos, acentuados em casos cuja participação das propriedades por questões de herança, há muito

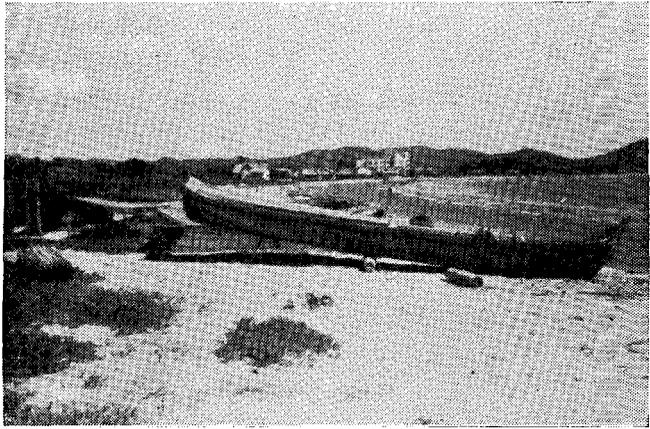


Fig. 11 — Uma canoa e uma rede atestam a existência de atividade pesqueira em Camboriú, pequena aglomeração politicamente urbana, que já se caracteriza como das mais procuradas zonas de veraneio do estado. A suntuosidade de hotéis (vistos no fundo) contrasta com o baixo padrão de conforto das habitações da pequena população de pescadores. O centro “urbano” está um pouco mais afastado da praia.

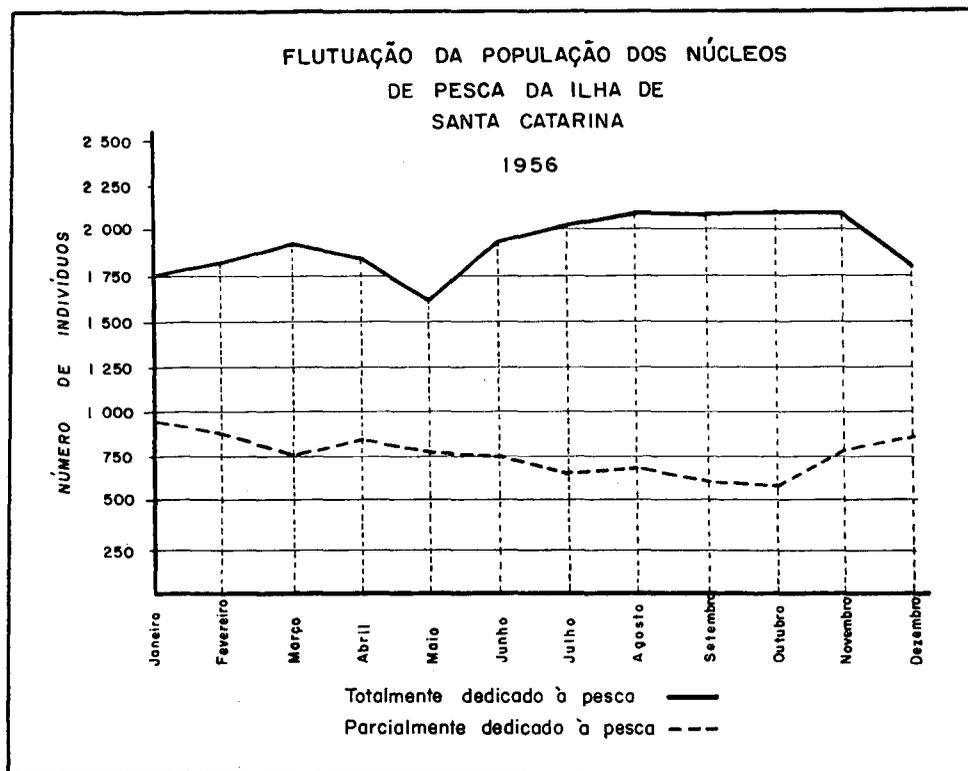


Fig. 12

tem gerado problemas de desequilíbrios econômicos nos antigos “lugares” onde se iniciou a colonização açoriana e o povoamento anterior.

Relatos históricos alusivos à colonização açoriana são bastante claros no que se refere aos objetivos vários que possuía, entre os quais o desenvolvimento agrícola necessário à sobrevivência dos colonos.

As dificuldades que enfrentaram os grupos açorianos no tocante às tentativas de valorização agrícola impeliram-nos gradativamente a optarem pela pesca que, em muitos exemplos, passou a constituir-se como forma de economia predominante.

Ainda hoje, embora a agricultura seja mantida ao lado da extração de espécies marinhas, os pescadores autênticos insistem na pesca, mesmo quando esta os leva a malogros repetidos e muitas vezes à ruína total. É muito mais freqüente o agricultor transferir-se inteiramente para a pesca do que o pescador integrar-se na agricultura.

Em nossas investigações observamos numerosos casos de indivíduos, pescadores, que se recusavam a aproveitar os pequenos trechos de terra arável, embora estivessem em extrema penúria. A pesca é para eles uma eterna esperança. Entretanto, há problemas vários que se defrontam com a lavoura, como já tivemos oportunidade de apontar, e que agora serão discutidos.

Os solos das baixadas litorâneas em geral são pobres, sendo muito baixo o rendimento agrícola, o que se agrava em virtude do rudimentarismo da técnica empregada.

Os agrônomos da ACARESC, quando interrogados sôbre a necessidade de planificação da economia litorânea, como depôs o Sr. GLAUCO OLINGER, mostram-se pessimistas quanto ao desenvolvimento agrícola em solos tão ácidos e de áreas que, em alguns casos, não sofrem a pressão de mercados, consumidores, além da dificuldade de transporte nessa faixa do território catarinense.

Sem dúvida alguma, os problemas que se agravam para as populações pesqueiras poderiam ser atenuados se se pudesse, com margem de rendimento econômico, estimular a atividade agrária.

É bem verdade que no litoral catarinense, a agricultura é encontrada sob a forma comercial em muitas baixadas quaternárias, como na de Tijucas, no vale do Itajaí (ainda que esta apresente características muito particulares sob o ponto de vista geográfico-físico e econômico-cultural). A fumericultura e a lavoura canavieira constituem, via de regra, as principais lavouras comerciais da faixa litorânea das baixadas arenosas. Em se tratando, todavia de trechos onde se instalam os núcleos pesqueiros, atados à costa, e máxime entre a encosta e o mar, a agricultura é rudimentar, francamente de subsistência, voltada ao cultivo da mandioca, em primeiro plano, ao do milho, do feijão, de frutas e do café sombreado, ao lado de irregular e precária criação bovina e avícola de quintal. Em certos núcleos pesqueiros as condições da morfologia e dos solos impedem até mesmo a atividade da lavoura. Os núcleos dos Ganchos (Canto, do Meio e de Fora) são um bom exemplo. Encravados nos estreitos vales retalhados na encosta cristalina, o espaço arável torna-se exíguo, não só devido à aspereza do solo raso, como pelos blocos de massas gnáissicas (matações) resultantes da ação conjunta da desagregação mecânica e decomposição química das rochas, tão evidentes nas bordas atlânticas catarinenses.

(Fig. 13)

Em espaços muito pequenos como

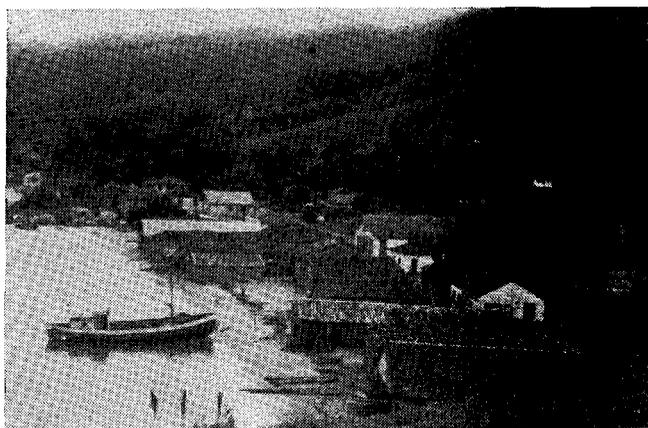


Fig. 13 — Gancho do Meio — Município de Biguaçu. Aspecto da localidade típica e predominantemente pesqueira. Galpões de embarcações, alinhadas na praia, e, mais afastadas, as habitações dos pescadores, de condições higiênicas e de conforto relativamente boas (em confronto com o generalizado aspecto de pauperismo de outros núcleos) se comprimem entre o mar e a encosta declivosa, desmatada, repleta de blocos "matações". O núcleo é caracterizado no tocante às espécies pescadas, pela grande produção e salgamento de camarão. As embarcações mais numerosas são representadas por baleeiras motorizadas que possibilitam penetrações mais distantes pelos pescadores, aliás, reputados como os mais audazes do litoral catarinense.

sejam os “quintais” das habitações os pescadores plantam bananeiras que sombreiam pés de café, e outros cultivos permanentes, principalmente cítricos (laranja, bergamota). Trata-se, na verdade, de um arremêdo de “jardinagem tropical”, em que os cultivos se encontram em manifesta promiscuidade.

Na ilha de Santa Catarina, não apenas em relação aos núcleos de pesca, mas, generalizadamente, às propriedades rurais dos habitantes, ilhéus interioranos, a paisagem agrária se revela homogênea, dentro dessas características, com diferença apenas de grau. A lavoura principal é a mandioca, secundada pela do milho e pela do feijão, intercalados; aquêle, por vêzes, com a mandioca, e os pés de café sempre sombreados por bananeiras e ingazeiros, em trechos mais úmidos de solos menos arenosos e ácidos que comportam melhor outros cultivos além do da mandioca. Algumas cabeças de gado (em geral rústico), e pequeno

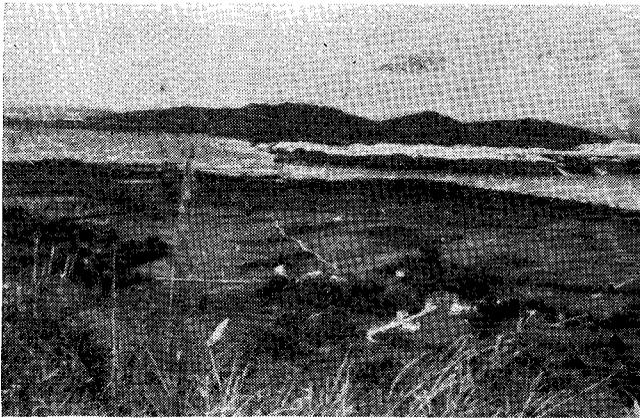


Fig. 14 — Tomada parcial da planície sedimentar quaternária da lagoa da Conceição, utilizada como área agrícola e de pastagem, a despeito do solo pobre. A lagoa é um dos ambientes buscados pela tainha, na época da desova. Abriga também grande quantidade de camarão e siri, embora ocorra redução do pescado, em face da intensidade e predadorismo da técnica de pesca. Outrora mais importante, continua a pesca na lagoa da Conceição a representar papel saliente na vida de muitos habitantes das proximidades.

o número de galináceos à sôlta, completam o variado quadro da propriedade agrária. (Fig. 14)

Nestes campos agrícolas, em que se salienta o aspecto da disposição desordenada dos cultivos, entremeados de capões, capoeiras, brejais e campos de criação, a população se dispersa, aqui e acolá, formando *habitats* de característica rural²⁸.

Em vários trechos do litoral, compreendidos pelo domínio dos núcleos de pesca, a paisagem rural se repete, em relativa identidade de feições tanto humanas quanto físicas.

No fundo da “lagoa” de Imaruí as condições se particularizam pela rizicultura irrigada, além da extração do palmito nas encostas próximas, que atendem à indústria local de conserva de pescado e do referido produto. Os participantes da pesca atuam nessa extração e na agricultura, sendo que, para muitos, a lavoura é atividade básica.

No litoral de Araguari e São Francisco do Sul, a precariedade da agricultura entre os pescadores é relevante. A paisagem é francamente desordenada quanto ao espaço agrícola. A agricultura que se observa,

²⁸ Sobre aspectos do *habitat* rural açoriano é conveniente consultar análises desenvolvidas por ARMEN MAMIGONIAN, in *Atlas de Santa Catarina*, Publ. do DEGC, 1959. Florianópolis.

por exemplo, entre os pescadores da Barra do Sul, da Glória, etc... é quase uma coleta. (Figs. 15 e 16)

A lavoura entre os pescadores — lavoura “caçara” — como denomina BORGES SCHMIDT aplicando-a ao pescador paulista²⁹, em grande parte do litoral brasileiro, é caracterizada pela eleição da mandioca como principal cultura. O cultivo de cereais (milho, arroz) é complementar. Em Santa Catarina merece realce o plantio do café som-

breado, aspecto da paisagem bastante típico em todo o litoral.

A mandioca torna-se indispensável para completar o alimento básico dessas populações — o peixe.

O cultivo da mandioca e sua preparação como ali-



mento prescindem de cuidados maiores, equacionando-se com a mentalidade atrasada do pescador. É alimento de fácil conservação, tanto sob a forma de raiz quanto de farinha. Adapta-se aos solos pobres das baixadas e das encostas das “serras” litorâneas, e sem grandes exigências facilita a tarefa de cultivo por parte de indivíduos destituídos de gran-



Fig.s 15 e 16 — Na primeira visão horizontal e parcial do núcleo pesqueiro de Barra do Sul, e na segunda vê-se pormenor da dispersão e promiscuidade do habitat. As casas, predominantemente de madeira, sem pintura; colocam-se desordenadamente na baixada arenosa, sem limites demarcados entre uma e outra. Dentro de uma propriedade, o pequeno curral de gado (uma ou duas cabeças), aberto, conjunde-se com o abrigo de porcos, à sôlta, e com o galinheiro.

des posses, circunstâncias necessárias a uma lavoura racionalizada. É bem verdade que a mandioca e o aipim requerem numerosos cuidados para que apresentem qualidade e rendimento. Em relação a outros cultivos é pouco exigente, mas isto não significa que esteja isenta de determinados cuidados. A superestimação da mandioca e do aipim, como

²⁹ *Lavoura Caçara* — Publ. do SIA do Min. da Agricultura — 1958.

cultivos “que dão em qualquer solo e de qualquer maneira”, é danosa e concorre para o rápido esgotamento potencial do solo³⁰.

A posição que a lavoura ocupa no conjunto da atividade econômica dos núcleos pesqueiros varia de intensidade entre êsse ou aquêlê reduto, onde a preocupação geral é motivada pelo que o mar fornece. A lavoura, por vêzes, depende mais da resposta dada pelo mar do que pela da terra. O pescador, por mais dependente que se encontre dos produtos da lavoura para seu sustento, continua a olhar o mar como se estivesse alienado de seu sistema. Recusa a agricultura até onde pode. Suas poupanças, sejam ou não parcas, destinam-se preferencialmente à compra de equipamento de pesca. Investe lucros, quando os obtêm, primeiramente no mar, e se êste lhe garantir mínimos recursos, deixa a terra esquecida por completo. Se aquêlê se manifesta com usura, aí então, em extremo de penúria de vida, apela para a terra, pondo-se no eito da enxada, procurando desenvolver o cultivo da mandioca e de outros produtos de menor importância econômica, comercial ou puramente alimentar de subsistência. Mas, nem sempre o pescador é dotado de tratos de terra. Nesse caso o problema tende a soluções diferentes. O desemprego torna-se evidente nos núcleos de pesca, e ao pescador não resta outro recurso senão buscar outras áreas, onde possa prosseguir atuando na mesma condição anterior — a de “pescador”.

O pescador legítimo é aquêlê que associa a necessidade econômica a satisfações psicológicas; gosta de pescar. A lavoura lhe parece mais penosa que os perigos que a pesca implica. Há fenômenos singulares nesse tocante.

Apesar da totalidade de terras fracas do litoral, em alguns trechos as encostas caem suavemente para a baixada e são bastante aproveitáveis. No entanto, a lavoura é comumente observada nas partes baixas, cujos solos são menos produtivos. Em Garopaba observa-se êsse fenômeno do abandono das encostas e utilização das baixadas. Só recentemente é que se iniciou movimento de ocupação agrícola das encostas onde se encontram solos mais ricos. (Fig. 17)

A lavoura em baixadas é, via de regra, mais fácil, exige menor volume de investimentos e de técnica. Daí os solos mais pobres se tornarem os preferidos. Atualmente, em Garopaba, a agricultura começa a atingir as encostas dos terrenos mais elevados das formações cristalinas do embasamento, em função da redução do rendimento da pesca e da agricultura de baixada.

Enfim, entre os núcleos pròpriamente pesqueiros, a lavoura é secundária, transformada em simples recurso de produção; apresenta-se assim justaposta à atividade dominante sem que houvesse tal intenção. É, de certo modo, atividade antagônica à pesca, ainda que os pescadores dela dependam em parte, e em grau variável entre os diversos aglome-

³⁰ A respeito do cultivo da mandioca, consultar a obra de ARIOSTO PEIXOTO — *Mandioca* — Publ. do SIA, série “Produtos Rurais”, n.º 5.

rados do litoral. Sua importância é flutuante, ora devido aos limites do solo arável, ora devido à escassez do pescado.

Quanto ao regime da pesca, presume-se que é nitidamente instável, decorrente do surgimento ou não de espécies econômicas que “acostam”, em quantidades que permitem ao pescador obtenção de excedentes comercializáveis.



Fig. 17 — O milho intercala-se nos mandiocais da planície quaternária de Garopaba. A despeito da denominação de “pescadores” dada aos habitantes locais, e eles mesmos assim o afirmam, a atividade agrícola, tanto nos solos arenosos e pobres da planície, quanto nos cristalinos das encostas, mais ricos, assume grande importância, principalmente para o consumo local. A utilização das encostas, quase totalmente despidas da primitiva cobertura de mata, é mais recente que a ocupação da planície. Os descendentes de açorianos resistem à lavoura, embora sejam forçados a recorrer a ela.

A agricultura não apresenta condições para atenuar os efeitos, dessa instabilidade, de modo que a época de escassez de pescado comercial é época de liberação de mão-de-obra, empenhada nos trabalhos mais árduos da pesca.

De ano para ano parece engrossar o número de indivíduos que se situam à margem da atividade econômica nesses núcleos, número êsse que se avoluma à medida que a faina marinha se retrai.

A época de grande pesca (inverno) condiciona a agitação na vida geral dos núcleos. A oportunidade de aquisição de poupanças se abre, tentadoramente, resultando no abandono, por parte de muitos, das atividades lavoureiras. É uma espécie de deslocamento sazonal, se bem que seja orientado não para outra atividade agrícola, mas para a pesca.

Retomando dados coligidos por técnicos da FAO, quando efetuavam numerosas pesquisas sobre pesca no Brasil Meridional, em 1956, ilustraremos o fato referente à flutuação de atividades entre os pescadores.

No gráfico que segue abaixo, estão lançados, em conjunto, todos os pescadores dos núcleos da ilha de Santa Catarina (Ponta das Canas, Inglêses, Canasvieiras, Pântano do Sul, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Armação e outros menores que se dispersam ao longo da costa da ilha). O gráfico poderá nos dar uma idéia geral, porquanto as características dos demais núcleos não diferem muito. Ademais procuramos, em páginas atrás, ressaltar os núcleos que apresentam particularidades mais notáveis. (Fig. 12)

Observa-se que a população dedicada totalmente à pesca é mais numerosa entre os meses que se estendem de junho a novembro, período

do que abrange a “apanha” de duas espécies, das mais importantes como provedoras de fluxos de rendas: a da tainha, que em fins de maio começa a aparecer e se prolonga até fins de julho ou além, em determinados anos, e a pesca da enchova, cujo início coincide quase sempre com a finalização da pesca anterior, prolongando-se até fins de outubro.

Os dados, embora exaustivamente obtidos, não nos esclarecem sobre outros problemas, como o concernente ao deslocamento de pescadores entre os respectivos núcleos.

Esse fenômeno é verificado, ainda que tênueamente. Restringe-se a pescadores destituídos de quaisquer equipamentos e por isso relegados, à condição última na hierarquia funcional da operação pesqueira. Deslocam-se entre os núcleos, em busca de trabalho bastando que a pesca seja pressentidamente prometedora. São indivíduos sujeitos à marginalidade do processo econômico. Movimentam-se entre os núcleos do próprio estado. Infelizmente não se possuem dados mais concretos sobre o referido fato, indicativos da instabilidade da economia pesqueira.

O deslocamento mais importante de pescadores, porém, é aquele que já sistematicamente se orienta para as praias do Rio Grande do Sul. Pelo que pudemos apurar, mesmo sem efetuarmos medidas mais objetivas, conclui-se que tal deslocamento se avoluma cada vez mais.

Se pretendermos analisar a origem desse autêntico fenômeno migratório, encontraremos interações de causas das quais uma é imediata, específica, e outras, estruturais.

O motivo imediato de fuga de pescadores catarinenses para o Rio Grande do Sul é estabelecido pela possibilidade de lucros suscitados pela pesca da tainha, efetuada em época diferente entre os dois estados. A pesca da tainha, no Rio Grande do Sul, se apresenta como rara oportunidade para obtenção de capitais por parte dos pescadores. Apresenta-se, pois, como o eldorado para o pescador, ainda que insucessos tenham ocorrido a alguns esperançosos.

De todos os núcleos de pesca do litoral central e meridional de Santa Catarina, observamos um número variável de pescadores que já haviam estado em atividade pesqueira no Rio Grande do Sul. O retorno, pelo menos no momento, é assegurado à grande maioria. Pequena parte, portanto, se estabelece definitivamente no estado vizinho, atuando na pesca ou absorvido por trabalho diferente.

Os pescadores seguem, previamente garantidos sob a forma de contrato oral, e outros rumam espontaneamente. Em geral, conseguem, os espontâneos, oportunidade de trabalho, em face da demanda atual desse tipo de mão-de-obra.

O deslocamento se processa individualmente ou em grupos organizados ou sejam, equipes ou “companhias”, liderados por um proprietário de equipamento (rêde e embarcação). Exemplificando, um “patrão” de rêde, no ano de 1957, levou seus “camaradas” do núcleo pesqueiro da Praia de Santinho, (Florianópolis) para a pesca da tainha, conduzindo

a "companhia, as rêdes de arrasto e uma baleeira não motorizada. Totalizavam 32 membros. Durante quatro meses de atividade obtiveram um montante líquido que correspondeu a vinte e sete mil cruzeiros para cada membro da "companhia". O chefe do grupo, descontando os nove por cento destinados à Caixa do Crédito da Pesca, despesas com o transporte do equipamento e outras menores, obteve um lucro líquido de 100 mil cruzeiros.

Considerando-se a época, tal rendimento foi considerado um êxito financeiro para todos e, evidentemente, isto constituiria notável estímulo à procura de oportunidade nas praias do Rio Grande.

O fenômeno não poderá ser compreendido simplesmente pela afirmação de que os pescadores catarinenses tendem, em geral, a adquirir poupanças mais vultosas nas praias rio-grandenses. É necessário considerar que há fatores que condicionam o deslocamento do contingente humano, reveladores de aspectos estruturais da condição em que vive o pescador catarinense e das características do processo econômico da pesca, no Rio Grande do Sul.

Ademais, a emigração dos pescadores não obedece à atração exercida pela pesca da tainha. Também o camarão a promove, ainda que em menor escala, na época em que sua pesca é mais ativa. Assim sendo, somente parte dos emigrantes é que retorna, tão pronta seja terminada a pesca da tainha, permanecendo a outra restante, que estende sua temporada em áreas rio-grandenses.

Os pescadores denominam "pesca de seis meses" à fase mais prolongada de permanência no Rio Grande e que ultrapassa a época da matança das tainhas. Nesse caso, o camarão é a pesca para eles mais oportuna quanto aos lucros que possam obter, mas outras espécies também entram no cômputo das tarefas.

Os pescadores que retornam, por enquanto em sua grande maioria, em geral, possuem bens imobiliários em Santa Catarina, como propriedades territoriais, ou então sentem a inconveniência da remoção da família, quando a possuem.

Há casos numerosos de pescadores que buscam o Rio Grande do Sul com a finalidade dominante de auferir lucros para investir em compra de equipamentos de pesca, preferindo, caso obtenha os utensílios desejados, permanecer em áreas catarinenses. Nesse exemplo, se nos depara outra realidade da situação de muitos indivíduos empenhados na pesca, que reside na carência de material para desenvolver a atividade, tornando-se independente do sistema de exploração a que é submetido, quando não possuidor de equipamento próprio. O êxodo periódico do pescador catarinense reflete, pois, conjunturas econômicas e problemas particulares.

Quanto às causas estruturais, somos levados novamente a nos referir ao problema do evidenciado excedente de indivíduos, que vivem nos núcleos pesqueiros do estado catarinense.

A relativa hostilidade do ambiente é, em parte, responsável pela mobilização de energias e conhecimentos na atividade pesqueira, de modo que se inflete num impedimento à diversificação da atividade econômica (já que a agricultura é vitimada por esta hostilidade), assim sendo atua favoravelmente no crescimento de indivíduos sem recursos financeiros e sem condições de trabalho além de assimilação da técnica pesqueira.

Santa Catarina vem, assim, engrossando seu contingente obreiro voltado para a faina pesqueira, desde longo tempo, e agora o problema surge sob a forma de excesso de população funcionalmente específica às lides de extração dos recursos animais marinhos.

Alguns intérpretes desse fato (entre eles muitos pescadores por nós inquiridos), admitem que a escassez de pescado em água catarinense é causa importante a ser considerada para a explicação desse deslocamento humano. Acontece que a escassez do pescado é questionável. Verifica-se irregularmente; para o caso da tainha em verdade não podemos assegurar que ocorra essa redução. A quantidade de tainha pescada anualmente sofre flutuações e não gradativa diminuição. A falta dessa espécie, a principal como condicionadora do movimento de pescadores em direção ao Rio Grande do Sul, exerce pressão aguda, rápida, e a migração de pescadores se manifesta mesmo nos anos em que a tainha aparece com abundância.

A participação mais intensa dos barcos de outros estados, na pesca da tainha também tem sido acusada como causadora do afugentamento de pescadores para o Rio Grande.

Não podemos duvidar da existência de problemas decorrentes da competição imposta pelos barcos de pesca. Operam dentro da faixa, próxima à costa (proibida pelo Código de Caça e Pesca), burlando a vigilância das autoridades e interceptando os cardumes que tenderiam a acostar.

Mas, não podemos crer que sejam causas, somente se a associarmos a outras. Conseqüentemente, insistimos em que "o crescimento da população de pescadores exerce natural pressão nas comunidades de pesca", e a solução que se apresenta (não se podendo contar com outras atividades), é buscar mercados de trabalho similar e, se possível, de ofertas mais compensadoras.

O número de pescadores cresce enquanto a produção permanece quase a mesma. O número de auferidores não poderia equacionar-se com o baixo índice de produtividade permitido pelos processos rudimentares utilizados na pesca. E, além do mais, os pescadores não possuindo instrumentos, se subordinam a regime de trabalho que os impossibilita de se tornarem proprietários de parques instrumentos e embarcações.

É preciso ressaltar logo, embora em linhas abaixo voltemos à questão, que o pescador não é proprietário de bens — "o camarada" — é extremamente pobre, e vítima de formas de exploração econômica,

que somente não colocam o explorador em condições economicamente alarmantes, em relação àquele, porque a produção ainda é diminuta, sob técnicas tão primitivas.

Outro complexo fenomenológico que urge registrar refere-se às condições em que se processa a economia pesqueira no Rio Grande do Sul.

O estado do Rio Grande do Sul, cuja estrutura econômica em expansão o situa fora da qualificação de estado subdesenvolvido, oferece, condições favoráveis ao incremento da pesca; esta atividade, por outro lado, é favorecida pela potencialidade dos recursos do mar. Sondagens oceanográficas têm revelado a considerável extensão da plataforma continental, com presença de bancos altamente piscosos. Algumas espécies, como a tainha, encontram propício abrigo na ampla lagoa dos Patos, reduto principal onde desovam.

O potencial dos recursos pesqueiros encontra no crescimento rápido de centros urbanos rio-grandenses, notável estimulante para sua dinamização. Acontece que o crescimento da demanda de pescado (principalmente em Pôrto Alegre) tem sido muito superior à capacidade de produção, tendo-se em vista o fator da mão-de-obra local disponível, que se fôsse numerosa poderia concorrer para aumento da produção.

As empresas de pesca no Rio Grande do Sul, incentivadas pela procura, puderam, com maior acêrto, lançar-se mais vigorosamente ao mar, comprando equipamento mais completo e mais modernizado e oferecendo salários mais elevados aos intermediários (proprietários de rêsdes, chefes de companhias) que contratam a mão-de-obra (pescadores "camaradas"). O movimento de solicitação dêsse tipo de mão-de-obra, por parte do Rio Grande do Sul, encontrou resposta pronta em Santa Catarina, repleta de excedentes em seus núcleos de pesca, ou mesmo de pescadores ativos mas em precário *status* econômico.

Reconsiderando alguns pontos essenciais do presente capítulo, salientaremos que o "problema principal, quanto às condições econômicas dos participantes da pesca, prende-se a um excesso dêsses indivíduos". Concomitantemente, a possibilidade de reintegração econômica dos mesmos é obstruída em outros setores de atividade, como o da agricultura, devido a problemas de solo, de mercados de consumo, de terra como bem de fixação, de transporte e de técnica.

A contextura metodológica da técnica pesqueira, no caso reconhecidamente obsoleta agrava o problema porque se traduz num aspecto de redivisão de lucros, em si já muito baixos, em si considerando os totais obtidos. Alterações radicais nesses processos poderiam repercutir favoravelmente no aumento da produção, mas não implicará, necessariamente, na melhoria das condições de vida de imensa massa de participantes.

O problema de excedentes tenderá a se intensificar pela natural redução da mão-de-obra, caso atividades complementares ou associadas

não apareçam para sua fixação. Dêsse modo, mesmo atendendo-se à provável ampliação de mercados de consumo, regionais ou interregionais, o fenômeno do deslocamento da mão-de-obra pesqueira não cessará, pelo contrário, se exaltar-se.

Vê-se, pois, que a concorrência de barcos pesqueiros não apresenta efeitos, se fôr considerada como causa dissociada de outros fatores. Convém-nos, pois, concluir com mais um adendo, referente a um engano que é muito difundido entre observadores apressados: atribuem alguns informantes que o escasseamento do pescado se deve à crescente intervenção de barcos pesqueiros de outras unidades da Federação, e que, resultantemente, pioram as condições econômicas dos pescadores catarinenses. A assertiva subentende uma irrealidade, qual seja a dedução de que nos tempos de abundância de pesca, as condições econômicas dos pescadores eram melhores. As épocas em que o peixe sobrava não correspondiam senão em casos individuais a maior bem-estar econômico nos núcleos pesqueiros. A ausência de meios de aproveitamento do pescado excedente, o baixo preço que possuía, e as mesmas formas de exploração da maioria integrante na atividade jamais, na realidade, corresponderam a uma equação entre maior quantidade pescada e mais elevado padrão de vida do pescador.

A concorrência dos barcos de pesca apenas, nos parece, se soma uma pronunciada tendência de encontrar-se o excesso de dependentes da pesca.

Finalmente, depreende-se que a intervenção administrativa é perfeitamente cabível para controlar a dinâmica do fenômeno, disciplinando-o, na medida das possibilidades da ação consciente do homem como agente de fenômenos sociais e econômicos.

Tipos humanos

As referências que se possam fazer ao pescador, sobretudo quando objetivamos medidas inclinadas à solução de seus problemas, terão que ser filtradas para se evitar aplicações generalizadas. O pescador é uma realidade facetada, pois o complexo da atividade pesqueira determina especificação de funções e, conseqüentemente existência de problemas particulares a esta ou àquela modalidade de atuação inscrita no todo da atividade.

Isentos da intenção de estabelecer escalas hierarquizadas sôbre os indivíduos que ocupam funções determinadas na pesca, procuraremos identificá-los sumariamente, abstraindo critérios mais científicos que, necessariamente, exigiriam mensurações quantitativas, indispensáveis à compreensão da intensidade com que atuam os diferentes participantes da pesca. Assim teremos que operar em vista da característica de extrema variabilidade dos quadros funcionais em cada núcleo ou comunidade pesqueira; o método analítico seria dificultado pelo sentido do individualismo que se verifica na atividade, individualismo êste que

sòmente poderia ser apurado mediante sondagem exaustivamente completa, estando, pois, muito fora de nosso alcance.

Pesquisas visando à organização sociométrica dos participantes da pesca seriam altamente valiosas, sobretudo a ação governamental que pretende intervir no processo econômico em referência. Nossos intentos são nesse tocante, bem mais modestos; apenas buscaremos evidenciar esquematicamente a importância dos tipos humanos no setor econômico.

Distingue-se, inicialmente, o pescador como o elemento humano ligado à extração do pescado; aquêlo cujo meio de vida depende da flutuante obtenção dos recursos alimentares marinhos. Trata-se de um conceito eminentemente objetivo, e assim sendo teremos reduzido número de indivíduos cuja dependência econômica seja exclusivamente da quantidade de pescado obtido pela participação direta.

Em realidade, porém, o pescador, vincula-se tanto ao mar quanto à terra, donde extrai pequenos ganhos complementares; às vêzes, os proventos da lavoura tornam-se mesmo mais significativos que os da pesca, embora a designação corrente ainda lhe atribua o rótulo de — pescador. O elemento humano, no litoral catarinense, denominado de pescador, que depende do mar e da terra é o que numéricamente predomina.

A manutenção qualificada de pescador não é exata em termos objetivos e sim no sentido subjetivo. O pescador se identifica não sòmente pelo grau de dependência econômica do pescado, mas também por seu contexto cultural.

Nos aglomerados humanos em que a pesca se salienta, predominam certos padrões culturais que mais ou menos concorrem para o estabelecimento de uma unidade na mentalidade coletiva, e os moradores, sejam ou não puros dependentes da pesca, se sentem pescadores, pois participam dessa identidade cultural³¹.

O grau de interação cultural nos parece, em conclusão, ser válido para a caracterização e mensuração do montante de pescadores existentes no litoral catarinense.

A segunda distinção se refere ao sexo. O pescador é entendido, vulgarmente, sempre como o elemento masculino. A participação da mulher na atividade da pesca é restrita às operações de limpeza do pescado que se destina às indústrias de conservas ou pequenas salgas, que se encontram multiplicadas no litoral. Situa-se como simples auxiliar em tarefas que suscitariam o desvio do trabalho masculino, mobilizado notadamente para a extração.

As operações relacionadas à tecitura de rêdes, consertos e construção de embarcações, cabem unicamente ao elemento masculino, salvo pequenas exceções como a confecção de tarrafas, quase sempre realizada pelo elemento feminino. Em geral, tais serviços são feitos por

³¹ Referente ao assunto CRISPIM MIRA apresenta interessantes observações sòbre aspectos do folclore litorâneo, in *Terra Catarinense*, Florianópolis, 1920.

pescadores mais idosos, devido à perda de vitalidade orgânica requerida para a árdua tarefa da extração. Entretanto, pescadores que se encontram em plena labuta, diretamente, no mar, também se dedicam àquelas tarefas e isto não constitui exceção à regra, sendo bastante freqüente.

Se a pesca é efetuada quase monopolizadamente em suas operações conexas, pelo elemento masculino, também é preciso ressaltar que há certa seleção por idade. O adulto masculino é sempre pescador ativo, que atua oficialmente na atividade. E, por adulto inclui-se todo aquele já dotado de considerável energia muscular, de modo que muitos jovens de 17 e 18 anos são vistos integrando a classe dos pescadores. As crianças realizam função semelhante ao elemento feminino. Têm papel importante, sobretudo nas zonas pesqueiras de camarão. Nas numerosas salgarias aí existentes, as crianças são aproveitadas na tarefa de descascar o produto a ser salgado.

Em alguns núcleos, como nos dos Ganchos, nos da Barra do Sul e nos de Laguna e Imaruí, o número de crianças de 10 a 14 anos, ou de menos ou de mais, chega a ser exorbitante, constituindo verdadeira apreensão. São potencialmente, pescadores, em número suficiente para



Fig. 18 — Os núcleos dos 3 Ganchos oferecem-se como interessantes campos de estudo das comunidades pesqueiras. As crianças, como as que se vêem na foto, ocupam importante posição no sistema da produção pesqueira. Devido às numerosas salgarias destinadas à conserva de camarão, o elemento humano infante-juvenil, consoante à exigência de mão-de-obra em face do primitivismo técnico, é largamente empregado. Este fato é uma exceção, pois a criação antes da idade de 12 anos, é economicamente inativa nos núcleos pesqueiros. Observa-se ainda o semblante entusiasmado dos meninos, a despeito de serem, em regra, mal nutridos, presas jáceis de doenças carenciais e de verminoses.

agravar, no futuro, o problema dos excedentes, caso não sejam orientadas para outras atividades. (Fig. 18, 19, 20)

Nas pescarias sob o processo de “arrastão”, as crianças e as mulheres intervêm suplementarmente, mas nem sempre, colhendo as “sobras” das tainhas que, saltando, conseguem burlar a prisão das rédes.

A época das tainhas e das enchovas (em alguns núcleos) marca, inclusive, a

quase interrupção das atividades escolares das crianças. Abandonam, em grande parte, os bancos das escolas, e ficam na expectativa dos “lanços”.

Nas atividades secundárias — da lavoura, — as crianças e o elemento feminino participam mais significativamente, embora, como já aventamos, não predominantemente, pois é ainda o elemento masculino a principal mão-de-obra.

O que foi por nós exposto sugere interpretações sociológicas em torno da questão da divisão de trabalho. O fato foge ao nosso campo de apreciação, e apenas concluiremos que a projeção masculina nos núcleos de pesca reflete permanência de alto grau de patriarcalismo em sociedades de escasso desenvolvimento técnico. As zonas de pesca são ambientes perfeitamente rurais, com particularidades culturais inerentes às inevitáveis conexões com o tipo de economia, mas tôdas

numa superestruturista ruralista.

Aprofundando um pouco mais as observações sobre tipos humanos vejamos os mais numerosos e mais representativos de um complexo social e econômico:

a) *O camarada*:
É o mais numeroso



dentre aqueles que se empenham na pesca. E também coincide com o "obreiro" que se encontra em condições econômicas das mais precárias. Seus proventos decorrem da partilha do pescado obtido, feito entre todos os componentes, em partes iguais, descontando-se a metade destinada ao proprietário da rede e das embarcações. Há casos em que o "camarada" é assalariado, recebendo o esforço de seu trabalho em quantia fixada. Isto é raro, todavia. O processo de remuneração revela bem a sujeição econômica a que se expõe o "camarada".



Figs. 19 e 20 — Durante a grande safra de camarão, o núcleo pesqueiro de Barra do Sul, pertencente ao município de Araquari agita-se, mobilizando os habitantes para as tarefas ligadas à pesca: descascamento e salgamento de camarão. Na foto, membros de uma família de pescadores locais, tentam dar cabo de um montante de camarão que se destina a uma das salgais aí existentes. Na foto seguinte, vê-se uma quantidade de camarão, em parte descascado e estragado, que será jogada ao mar, em virtude da impossibilidade de aproveitamento. É frequente reinar a superabundância, ao lado da miséria, em núcleos de pesca.

O "camarada" pertence a uma unidade, a "companhia", variável em função do tipo de pescado, e nas diferentes zonas, mesmo tomando-se um só tipo de pescado. As "companhias" mais numerosas são as

que objetivam a pesca da tainha, pelo processo de “arrastão”. Elas permanecem organizadas para outras modalidades de pesca, subdivididas em grupos. Enquanto na pesca da tainha, a grande rêde funciona como elemento de unidade grupal, nas pescarias de menor vulto, as mais afastadas da costa, o tipo de embarcação é que exerce essa função de ligação grupal. Como as rêdes e as embarcações em geral são pertencentes a um só proprietário, o grupo maior — a “companhia” — tem sua unidade mantida. Tanto na “companhia”, quanto no “grupo” o processo de provimento dos lucros da pescaria ao “camarada” é o mesmo.

Em pescarias que não requerem instrumental muito oneroso, a proporção de “camaradas”, como membros integrantes de “companhias”, diminui; opostamente cresce o número de pescadores proprietários de utensílios de uso individual e o dos pequenos grupos. Nas zonas onde a tainha e a enchova são mais abundantes, as “companhias” constituem características identificadoras.

O “camarada”, enfim, é o pescador destituído de equipamento de pesca, com exceção do de uso pessoal, como a tarrafa, a coca, o anzol, etc... Entretanto, nada impede que um pescador proprietário funcione como “camarada”, mas todavia é raro.

A mobilidade vertical na escala econômica é grandemente dificultada para o “camarada”, como se depreende da relação que o enquadra no trabalho, já que se encontra na dependência de reduzidas poupanças que mal lhe dão para o sustento diário.

Aspira sempre possuir uma rêde, uma canoa, uma baleeira. Mas, o preço de qualquer desses equipamentos é por demais elevado, o que o situa, como espécie de “trabalhador braçal”, quase sempre estagnado, aprisionado à precária condição de vida econômica.

O “camarada” é o componente da tripulação (só pobre é que vai na embarcação, disse um deles), o puxador de rêdes, o empreiteiro das tarefas diversas da pesca.

Em face do complexo da atividade, o “camarada”, como tal, possui numerosas funções, em determinados tipos de pescaria. Entre elas, salienta-se a de “vigia”, em que o indivíduo é encarregado de observar o deslocamento de cardumes de tainha, enchova, sardinha, etc..., atuando também em outras operações, já que a pesca litorânea não se restringe apenas às espécies referidas que exigem sistemas próprios da ação humana.

O “patrão” do barco é também outro tipo de “camarada”, melhor situado numa escala hierárquica. Por vêzes, o patrão é o possuidor da rêde ou da embarcação, e conseqüentemente foge àquela categoria. Quando não, é o elemento de ligação entre o proprietário e os demais camaradas. É uma espécie de capataz, melhor aquinhoado nas partilhas. O “patrão” já é mais inclinado a tornar-se proprietário, por serem seus proventos mais elevados e, assim sendo, possui mais franco hori-

zonte para melhoria econômica. Apuramos alguns casos, inexpressivos em relação ao conjunto, em que o patrão é assalariado.

O “camarada” difere um pouco do mais comumente denominado “ajudante”. O primeiro integra, de um modo ou de outro, determinada equipe, em caráter mais estável. O segundo é apenas componente eventual de uma unidade, só solicitado quando há premência. Poderá, contudo, ser membro, mais ou menos efetivo de outra “companhia”. Tornando-se necessária a cooperação numericamente superior aos titulares de uma unidade, o “ajudante” aparece, espontaneamente ou por requisição. O número de excedentes, de marginais, nesse ponto, soluciona o problema imediatamente. Na pesca da tainha, por exemplo, seu concurso é quase sempre indispensável.

b) *O proprietário de equipamento pesqueiro*: É preciso salientar que a condição de “proprietário” não poderá imediatamente ser compreendida como a pertencente a indivíduos que gozam de elevado padrão econômico de vida. Embora se observem casos em que o “proprietário” é cidadão abastado, a totalidade só se coloca como abastada em relação ao restante dos indivíduos que operam na pesca. É conveniente, portanto, que se façam distinções entre tipos de “proprietários” segundo o valor de seus bens, ou sobre o valor médio anual gerado pela dinamização dos bens ligados à pesca.

Como proprietário de equipamento pesqueiro queremos referir-nos àquele cujas posses lhe possibilitam a organização de uma “companhia”, seja ela numericamente grande (de 15 a mais membros), seja ela pequena. O “proprietário” de equipamento pesqueiro é, para todos os efeitos, o dirigente de um grupo, mantendo com o mesmo contacto direto; coloca-se, pois, como orientador dos movimentos relacionados com a obtenção do pescado, ou então controla o grupo por intermédio de um auxiliar, denominado “patrão”. O pequeno proprietário, cujos bens não ultrapassam a posse de duas embarcações e duas rês grandes, vincula-se mais estreitamente ao mar. O proprietário de bens mais numerosos tende a se tornar absenteísta, não atuando mais na pesca propriamente, ampliando suas atividades para o comércio ou indústria do pescado. A maioria dos proprietários que não mais pescam, mas que continuam a depender economicamente da atividade, gerou capitais acumulativos, na própria pesca, que lhe possibilitaram novas inversões. Estas resultaram enfim no aumento de seu patrimônio. Em menor número verifica-se a participação de proprietários cuja compra do equipamento pesqueiro derivou de fluxos de renda gerados em atividades diferentes.

A evidência de que a pesca costeira não é muito lucrativa faz com que haja certa resistência à penetração de capitais externos. Disso resulta que encontraremos pequeno número de “proprietários” cujos capitais aplicados na pesca tenham proveniência de atividade econômica diferente. Os mais importantes são alguns possuidores de indústrias de conserva, como se exemplifica com a Cia. Hemmer da Penha, que sen-

tiram a necessidade de se abastecerem de equipamento de pesca. Entretanto, no caso citado, os utensílios são financiados ou arrendados para o pescador o que difere da forma mais usual com que o “proprietário” do equipamento explora o trabalho dos “camaradas”.

A presença de “proprietários” possuidores de bens mais valiosos, coincide de modo geral, com os núcleos onde se exalta a pesca da tainha e da enchova, isto é, no litoral central, principalmente, na ilha de Santa Catarina.

Êsses “proprietários”, em geral são possuidores de pequenas salgas, as quais tendem a transformar-se em emprêsas mais produtivas e mais modernas, caso a atividade apresente desenvolvimento. Como as “salgas” são pequenas, não exigindo, para êste caso, ônus senão mínimos, muitos pequenos proprietários as possuem, quase escondidas, no fundo do quintal de sua moradia. Alguns indivíduos salgam o peixe, sem que sejam pròpriamente pescadores, mas tal exclusivismo é raro, em se tratando de pequenas salgas. Ademais, salgar peixe, como a tainha, o cação, a enchova, o linguado, etc. . . ., é operação demasiadamente simples, e, em geral, todo tipo de pescador pratica essa forma de defesa alimentar para os dias menos generosos. Além disso considera-se a necessidade de se conservar o produto fàcilmente deteriorável. Oferece, pois, uma garantia para o diminuto comércio.

É freqüente também que o “proprietário de equipamento pesqueiro” possua meios de transporte rodoviário e casa comercial na comunidade. Aparece então como verdadeiro “coronel” de certas comunidades rurais, já que a posse, por exemplo, de um caminhão, garante a colocação do pescado em centros urbanos mais afastados. Alcança o proprietário de caminhão acentuado poder sôbre tôda a comunidade, não raro impondo preços irrisórios ao pescado que compra no local. Esta operação emerge com tamanha margem de lucros que parece ser o ponto nevrálgico do fenômeno que se acentua nos dias atuais — o do atravessador ou intermediário.

c) *O intermediário*: Sem grande importância em épocas anteriores quando os núcleos de pesca se isolavam mais dos centros de consumo, e quando a aquisição de meios de transporte rodoviário torna-se mais difícil, hoje se multiplica o número de “intermediários” entre os pescadores (incluindo todos os tipos) e os revendedores. A melhoria de algumas estradas e o crescimento, não alarmante mais bastante sensível do consumo em centros urbanos próximos ou afastados dos núcleos estimula o surgimento de intermediários, desde que a pesca aumente.

Os “intermediários” compram o peixe, imediatamente após a matança, e o transportam para os mercados municipais, ou para revendedores dispersos, varejistas; por vêzes êles próprios se constituem como revendedores.

A origem dos “intermediários” é diversa. Certificamo-nos de casos em que o “proprietário de equipamento pesqueiro” deixa essa condição para se dedicar exclusivamente à compra e revenda do pescado, utili-

zando-se do transporte rodoviário motorizado. Em geral, o “intermediário” é representado por negociantes moradores em centros urbanos.

A compra do peixe nas praias, principalmente quando a quantidade é elevada, como ocorre no caso da tainha, da enchova e também do camarão, é a operação mais lucrativa da pesca. Sente-se perfeitamente essa realidade pela avidez com que os caminhões espreitam as praias nos períodos de grande matança de peixe. A compra do pescado é mediante pagamento em dinheiro, sendo o peixe vendido por centenas. Posteriormente o “intermediário” o revende, por quilo. Para se ter uma idéia da margem de lucros, presenciamos, por exemplo, a compra de 4 centenas de tainha, em junho de 1960, na praia de Itajuba, em Araruama, ao preço de 500 cruzeiros o cento. O quilo da tainha estava tabelado em Cr\$ 45,00. Dando-se, em média, o pêso de um quilo e meio por tainha, pode-se avaliar o exorbitante lucro obtido, mesmo descontando-se perdas. (ver fig. 41)

Em conclusão, o “intermediário” reflete a tendência cada vez mais aclarada do aumento do ritmo de comercialização da atividade pesqueira.

d) *Outros tipos humanos ligados à pesca*: Como salientamos, a pesca reúne um jôgo de operações, possibilitando o surgimento de complexa organização de elementos humanos atuantes. À medida que a atividade se desenvolve, novos tipos surgem, tornando-se importantes personagens do ramo. Um dêles é o “industrializador”, do qual trataremos adiante. Nas comunidades de pesca, entretanto, vamos encontrar bem identificados pela função, o “mestre” ou “fazedor de rêdes”, o “canoeiro” ou “barqueiro” (confeccionador de embarcações), que compõem o quadro da divisão de trabalho.

O fazedor de rêdes e o canoeiro: Os pescadores mais idosos, que vêem diminuída a capacidade de trabalho mais pesado, tendem a executar tarefas mais suaves. Deixam a labuta, mais exigente em dispêndio de energia muscular, para dedicarem-se a particularidades do complexo da atividade, como a tecitura de rêdes, consertos, construção de embarcações, etc. . .

Entretanto, essas tarefas exigem também condições vocacionais de modo que a seleção por idade não se torna processo exclusivo. Muitos pescadores jovens são afeitos aos aludidos trabalhos. Aqui e acolá é que encontramos alguns indivíduos cujas funções se limitam exclusivamente a êsses misteres. Trata-se, nessas circunstâncias, das exigências de certos tipos de rêdes e de embarcações que requerem habilidades não comuns. As baleiras, tipo de embarcação utilizado generalizadamente, são construídas em diversos lugares; mas em Ribeirão da Ilha (localidade situada no município de Florianópolis), há verdadeiros especialistas, dados às sutilezas da confecção. As chamadas “rêdes de cêrco” também oferecem particularidades em sua elaboração. Com as mesmas ocorre um fenômeno interessante: um tipo ainda mais especial de “rêde de cêrco” foi introduzido na ilha de Santa Catarina, por um cidadão

japonês. Em virtude da eficiência que apresentou, sua utilização logo se difundiu, a despeito do preço elevado, em geral superior a duzentos mil cruzeiros. O confeccionador entrega a rêde a pescadores (chefes de "companhias") e, enquanto ela estiver em funcionamento, recebe parcela do pescado obtido: é o denominado "quinhão". Por muito tempo os pescadores locais tentaram desvendar o segredo da tecitura desse tipo de rêde "pega-tudo" na expressão comum. Recentemente, após uns 4 anos, é que surgiu, na ilha, um cidadão que conseguiu elaborá-la, passando a aplicar o mesmo contrato com os pescadores. Também em Camboriú, um pescador local conseguiu confeccioná-la, passando à condição econômica de "arrendador" de rêde.

O industrializador: As indústrias de conserva de pescado são tènicamente precárias e pequenas. Confundem-se com fábricas de conserva de camarão porquanto o aproveitamento de peixe é ainda incipiente, bem como de espécies que, para simplificar, incluímos na categoria de "diversos". No mapa sôbre a distribuição dos estabelecimentos industriais vê-se bem a insuficiência técnica sugerida e a relativa dispersão dos estabelecimentos, embora a produção se concentre mais na zona de Laguna e Florianópolis.

Depreende-se que o tipo humano, o "industrial", representa um número reduzido. É preciso, além disso, conceituar o "industrial" e separá-lo do pescador que possui algumas salgas.

Os "industriais" são alienados da extração. Alguns apenas aproveitam o pescado já nas primeiras fases da conserva, como o salgamento do camarão. Outros diversificam os tipos de camarão enlatado, comprando o produto ainda fresco, como acontece com a indústria "Wildner", em São Francisco do Sul e Biguaçu, com a "Hemmer", na Penha, etc.

Em Pôrto Belo, a indústria "Chinen", pertencente a um grupo econômico japonês, foge à regra, pois os próprios proprietários atuam na extração do pescado.

Os industriais são, na totalidade, primeiramente, compradores do pescado, fresco ou semipreparado; industrializam-no enlatando-o, em azeite, em salmoura, pelo processo de prensamento, por defumação, etc...

Alguns "industriais", anteriormente, foram pescadores — "proprietários de equipamentos", mas outros investiram-se na atividade, possibilitados por capitais oriundos de outras atividades.

Por ser recente o desenvolvimento da indústria do pescado qualificamos o industrial como um tipo em formação, já que o "salgador" se inclina a ampliar suas instalações, melhorando-as tènicamente, donde então se passará a "industrial" pròpriamente dito.

O exame das indústrias de pesca será focalizado mais pormenorizadamente ao tratarmos das características de alguns centros e núcleos de pesca. Por ora, somos levados a afirmar que a intervenção dos poderes públicos se faz necessária para amparar pequenas indústrias em

formação. Algumas salgas, como a de Garopaba, poderiam ser facilmente ampliadas, caso houvesse maior financiamento aos salgadores locais, ex-pescadores militantes.

A validade da instalação de indústrias dispersas e pequenas se encontra em duas fortes razões: o aproveitamento de excedentes do local e das proximidades, garantindo proventos mais elevados ao pescador, permitindo assim a sobrevivência do núcleo pesqueiro; a dificuldade de transporte no litoral atenua-se pela elaboração de produtos industriais próximos às fontes de extração, tendo-se em vista a rápida deterioração do pescado.

IV — UTENSÍLIOS, EMBARCAÇÕES E PROCESSOS DE PESCA

O PROBLEMA ECONÔMICO DO EQUIPAMENTO — ASPECTOS DA CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DOS UTENSÍLIOS

A análise dos tipos de utensílios, das embarcações e dos processos utilizados na pesca, revela-nos o índice técnico da atividade, em primeira monta. A conclusão imediata prende-se à verificação do insignificante progresso aí observado.

A freqüência dos padrões instrumentais, englobando a multiplicidade do material empregado, sugere-nos idéias de outras realidades econômicas e sociais, isto é, presta-se à identificação de condições aludidas da população estreitamente dependente da pesca.

Entretanto, para diagnosticarmos as condições econômicas e resultantes sociais dos grupos de pescadores, seria necessário computarmos valores inscritos na organização da atividade, referentes à rentabilidade absoluta e média da produção. Assim sendo, na impossibilidade de se efetuar as supra computações, a análise dos utensílios, dos tipos de embarcações e dos processos inerentes aplicados à pesca, torna-se de grande valia para a percepção mais completa do fato.

A segunda revelação importante que deriva desta análise é expressa pelo grau diversificado do equipamento pesqueiro empregado. A explicação para essa evidência se remonta a raízes históricas, manifestadas pelas influências das correntes culturais indígenas e portuguesas. A preservação dessas influências, representadas pela diferenciação dos utensílios, explica-se atentando-se no seguinte: O número de espécies pescadas, mesmo considerando-se as áreas marinhas costeiras muito próximas, é consideravelmente elevado, o que incidirá, mas nem sempre necessariamente, na particularização de tipos de utensílios destinados ao seu apresamento. Além disso, torna-se implícito o enriquecimento dos processos gerais de obtenção das espécies.

Segundo a própria configuração dos ambientes marinhos costeiros, sentidamente heterogêneos, quando se observa o conjunto morfológico do litoral, os utensílios e processos de pesca se orientam adaptativa-

mente pela diversificação. A presença de mercados terá efeitos similares, se bem que se reflita mais na intensidade do emprêgo.

Resta-nos esclarecer o que pretendemos seja entendido por utensílios de pesca: compreendem os tipos de rêdes, os tipos de armadilhas, enfim, todo órgão simples ou não que, excetuando os meios de locomoção — os tipos de embarcação — se destinam à extração do pescado.

QUADRO N.º 1

Número de utensílios de pesca por município — Ano 1956

TIPOS	Florianópolis	Palhoça	Biguaçu	Imaruí	Ara-ranguá	São Francisco	Itajaí	Laguna	Camboriú	Total
Rêde de arrasto.....	115	14	198	—	64	62	13	405	130	941
» » taiuha.....	183	2	—	900	79	—	—	—	—	1 184
» » enchova.....	160	—	—	—	—	—	—	—	—	160
» » sardinha.....	75	—	66	—	—	—	—	—	—	141
» » careo.....	74	—	64	—	—	21	—	—	—	159
» » volta.....	89	—	—	—	—	—	—	—	—	89
» » malhas.....	128	—	—	—	—	—	50	—	—	178
» » fundear.....	—	15	—	—	—	—	—	—	—	16
» » espera.....	—	—	125	—	20	—	—	—	—	145
» » cerco.....	10	—	—	—	—	—	—	—	—	10
» » feiticeira.....	—	—	—	1 000	—	—	—	25	12	1 037
» » cação.....	200	—	30	—	—	62	210	—	—	502
» » tarrafa.....	2 595	240	446	2 730	540	513	300	255	—	7 619
» » espínel.....	735	440	581	130	235	575	400	—	220	3 316
Linha com anzol.....	4 913	—	—	360	—	770	320	—	—	6 363
Fisca.....	489	—	—	—	—	—	—	—	—	483
Puá.....	40	—	119	—	—	—	—	40	66	225
Bicheiro.....	2 160	—	—	—	—	—	—	—	—	2 160
Canço com linha.....	4 770	450	—	360	—	—	—	—	—	5 580

No quadro: “Número de utensílios de pesca por município”, estão arrolados municípios com limites vigentes em 1956. Alguns sofreram, a partir daí, alterações devido à criação de novas unidades administrativas pelo desmembramento de outras³². Embora exaustivamente obtidos, numerosas falhas são observadas. Parcialmente pudemos suprimi-las, pelo contacto direto que mantivemos com as fontes informativas. Outras, não nos foi possível atualizar e melhorar. Existe muita confusão de terminologia para a designação, por exemplo, de tipos de rêdes e de embarcações. Características, por vêzes exatamente iguais, de certo tipo de um equipamento pesqueiro, nem sempre correspondem a uma só nomenclatura. Por isso, incluímos como “rêde de arrasto” os tipos mencionados como “arrastão de praia”, “rêde de arrastão”.

O quadro também não é completo por envolver apenas a maioria dos municípios, mas não todos os que apresentam atividade de pesca. Atenuaremos essas ausências em capítulos que seguirão, quando focalizarmos mais minudentemente aspectos da atividade em núcleos isolados.

Ainda como ressalva, certamente encontraremos, para os anos seguintes ao de 1956, diferenças quantitativas concernentes aos utensílios e embarcações. Aquisições novas, deslocamento de equipamento

³² Os dados foram coligidos pela FAO, em cooperação com o IBGE, mediante inquérito junto às Agências Municipais de Estatística, sob o título de “Pesca Colonizada e Pesca não Colonizada”.

de um núcleo para outro (provisório ou permanentemente) terão algum significado que se exprimirá na flutuação da densidade de material sugerida pelos quadros n.º 1 e n.º 2. Todavia, essas diferenças não serão acentuadas. A partir de 1956 a produção não sofreu alteração profunda, e do mesmo modo a capacidade técnica de produtividade entre as diferentes zonas ou municípios de atividade pesqueira.

QUADRO N.º 2

Número de embarcações por município — Ano 1956
Tipo de embarcações

MUNICÍPIOS	Canoa bordada	Canoa comum	Canoa borda-lisa	Baleeira	Bateira	Batelão	Barco a motor
Florianópolis.....	248	—	150	520	50	82	2
Palhoça.....	5	—	51	52	—	—	—
Biguaçu.....	28	—	50	200	4	—	—
Imaruí.....	—	2 350	—	5	—	680	—
Laguna.....	22	500	—	15	—	35	—
Araranguá.....	4	130	—	—	—	—	—
São Francisco.....	81	600	—	—	—	5	1
Camboriú.....	18	18	10	16	32	—	—
Itajaí.....	—	66	—	118	15	5	2

Interpretação

Os quadros, se bem que não totalizem os municípios todos, revelam a distribuição irregular dos aparelhos de pesca e dos meios complementares de locomoção tanto no que responde à quantidade quanto aos tipos específicos. Nota-se a posição de realce mantida pela zona de Florianópolis e Loguna—Imaruí; na primeira, a variedade de instrumentos e embarcações utilizadas exprime, sem dúvida, a riqueza de espécies pescadas bem como nos faz supor maior quantidade. É bem verdade que um mesmo utensílio é utilizado na pesca de mais de uma espécie. Mas, desde que esta se faça abundante, a especificação do utensílio permite maior rendimento na extração, compensando a aquisição, sempre onerosa, de equipamento mais adequado. Exemplificando: em Imaruí e Laguna, a tarrafa é largamente empregada na pesca da tainha que aí não é de grande significado. Ainda que o tipo de tarrafa empregada seja um pouco diferente do de outras zonas, por ser maior e mais resistente, e a despeito de servir a tarrafa para a pesca da tainha, a abundância da mesma exige aparelhamento mais completo e mais caro. Na zona de Florianópolis é que vamos encontrar os tipos de rêdes mais custosas que se destinam à pesca da tainha. Em Araquari, por exemplo, no núcleo de Itajuba as rêdes de tainha são menores do que as comumente utilizadas na ilha de Santa Catarina. Em Camboriú o fato é idêntico ao de Florianópolis. Onde a pesca de determinada espécie se torna mais importante, os utensílios adotados tendem a ser mais especializados. Na ilha de Santa Catarina, a tarrafa é utilizada para

a extração de sobras, isto é, de peixe que foge ao cêrco de uma rêde grande; ou então é usada isoladamente, objetivando a cata de espécies que esporadicamente se aproximam das praias; de todo modo é utensílio subsidiário.

O exame do quadro chama-nos a atenção para a flagrante dominância de utensílios de uso pessoal, equacionados com as condições econômicamente precárias dos pescadores em geral. Por outro lado, a instabilidade da pesca de maior vulto, com propensão ao comércio, pressiona o pescador à cotidiana obtenção de alimento, o que é possibilitado pelo uso de aparelhos simples de custo reduzido, como se observa pelo número de tarrafas — 7 819 —. Dir-se-ia que a tarrafa está para o pescador catarinense do mesmo modo que a enxada está para o caboclo rurícola.

A linha, com anzol e caniço, também é posse comum, aqui representada sem exatidão, devido à sondagem esbarrar no problema do uso difundido, de difícil notificação estatística. O “bicheiro” é igualmente comum, embora seja apenas complemento de processos de pesca com rêdes, em geral em trechos mais afastados da costa.

Dos utensílios mais complexos ressaltam-se os diferentes tipos de rêdes, principalmente os específicos da pesca da tainha, da enchova e do cação. Nota-se o emprêgo de rêde para enchova quase unicamente na zona de Florianópolis. Em nossas investigações verificamos o uso dessas rêdes em Camboriú, em Biguaçu e Palhoça, embora no quadro não haja notificação. A não existência, em outros municípios, de rêdes para a pesca de enchova, não significa que a mesma não seja pescada. Os processos são vários, como pesca com anzol e linha, em geral em mar grosso.

Os “espinhéis”, incluindo-se os tipos diversos, são também bastante empregados (3 316, como revela o quadro). Apresentam grande importância, pois destinam-se à pesca de espécies de maior porte, como o cação, a garoupa, o badejo, etc. A pesca, mediante o emprêgo de espinhéis, como ainda veremos, representa grande segurança para o fornecimento do produto aos pescadores.

Quanto às embarcações, vê-se que a canoa ainda é predominante, ainda que modernamente se possa observar o crescimento da utilização de baleeiras que se prestam melhor à adaptação de motores, formalmente grosseiros mas de grande eficiência. Na zona de Florianópolis, do mesmo modo como ocorre a diversificação de utensílios, persiste grande variedade de tipos de embarcações. Aqui também o fato se explica em função de fatores assinalados para o caso da variedade de utensílios em zonas de heterogênea morfologia litorânea, de maior intensidade de produção, de proximidade a mercados representativos ao consumo imediato. Em Laguna—Imaruí, e na zona centralizada em São Francisco do Sul, os tipos de embarcação são mais uniformes, e mais simples, com largo predomínio de canoa comum.

O problema econômico do equipamento

O alto custo do equipamento pesqueiro representa sério óbice para o desenvolvimento da atividade, mesmo considerando-se apenas os comumente empregados no litoral catarinense. A simples existência de "marginais", que encontramos em diversos núcleos e que não possuem utensílios que lhes permitam a obtenção de meios alimentares, revela o significado do problema. A posse ou não de equipamento pesqueiro constitui a fronteira entre o pescador absenteísta ou tendente a ser, e aquele que permanece numa dependência estreita da reduzida parcela que lhe outorga o regime de partilha do pescado. Houvesse maior número de pescadores proprietários, por certo a oferta de mão-de-obra seria mais moderada, o que poderia redundar numa menor distância econômica entre os organizadores de "companhias" e o "camarada" ou o "ajudante".

Entretanto, o sistema de exploração do homem pelo homem, que se verifica na atividade pesqueira, permite que alguns possuam equipamento de pesca mais numeroso. A abundância de mão-de-obra tem condicionado a quase instituição do regime de partilha. A distância econômica entre o pescador-proprietário e a mão-de-obra aquinhoada somente, não conduz o primeiro a situação economicamente exaltada, em função dos lucros não exorbitantes da atividade. O pescador proprietário de equipamento, com exceções, ainda é um indivíduo pobre, se bem que muito menos que o não possuidor de equipamento. Além de a produção pequena não permitir enriquecimento do pescador proprietário no ramo de trabalho em estudos, tem ainda contra ele os danos constantes que sofre o equipamento em ambientes de clima quente e úmido, marcantes pelo efeito de rápida deterioração do material. Espécies vorazes que proliferam numerosas nas zonas pesqueiras catarinenses também concorrem para o estrago do material de pesca.

O problema principal, todavia, reside no custo elevado do equipamento, pois as rês e outros utensílios, mesmo que elaborados localmente, necessitam de matérias-primas, em geral provenientes de estados distantes. Tais matérias-primas sofrem, via de regra, aumento de preço em índices superiores aos que ocorrem com o pescado.

Infelizmente não nos foi possível a elaboração de um quadro referente aos preços de utensílios e embarcações, por município, em virtude da grande flutuação que apresentam, em função, desta feita, das características diferenciais de tipos designados com o mesmo nome. Aventaremos apenas alguns exemplos que acreditamos sejam suficientes para se ter idéia mais concreta sobre a questão³³.

³³ As informações coletadas sobre preços de equipamento de pesca eram vigentes no início do ano de 1960. A elevação do custo do material, a partir daí, já criou algumas alterações para a realidade dos dados por nós expostos.

Rêde de tainha: É empregada em todo o litoral, oscilando entre 80 mil a 300 mil cruzeiros. As mais custosas são as de 300 braças com 14 metros de altura. São mais freqüentes na ilha de Santa Catarina. As mais comuns, todavia, apresentam as dimensões de 180 a 250 braças, com 9 metros de altura, sendo o preço mais comum 100 mil a 120 mil cruzeiros. Trata-se de uma rêde muito resistente — “que não termina nunca”, segundo expressão de um pescador. Entretanto, necessita de constantes reformas, com despesas calculadas em 10 mil cruzeiros por ano.

Rêde de arrasto: Pelo padrão do emalhamento difere da rêde de tainha. Além disso é mais baixa e menos extensa. Em geral oscila de 120 a 150 braças, sendo que no último extremo o preço em voga é mais ou menos de 150 mil cruzeiros. Quanto à durabilidade é similiar à rêde de tainha. Há tipos menores cujos valores monetários se reduzem a 50 e a 30 mil cruzeiros.

Rêde de enchova: As maiores atingem 150 braças. A malha é graúda, concorrendo para o custo bem inferior ao das anteriormente citadas. Custa em média, 25 mil cruzeiros. Entretanto é pouco durável, necessitando ser praticamente substituída com um ano de uso.

Rêde de cêrco: Comumente o preço oscila de 100 a 150 mil cruzeiros, com exceção do tipo especial introduzido por elementos japoneses. Estas, que constituem aspirações do pescador (“só para milionário” nos afirmou um “camarada”) existem em pequeno número, embora em franco crescimento.

É muito comprida, com malhas diferentes, com fundo para ensacar o peixe. Sômente a parte destinada a “correr o peixe” compreende 80 braças. O preço dêsse tipo de rêde “pega-tudo” chega a atingir 300 mil cruzeiros. O custo elevado favorece a forma de uso à base de espécie de arrendamento, expresso pelo pagamento em gênero ao proprietário, isto é, o utilizador fornece ao fabricante e proprietário da rêde uma quantidade flutuante de pescado, correspondente a parcelas fixas do total obtido.

A eficiência dessa rêde muito tem concorrido para atenuar problemas de alimentação em alguns núcleos de pesca, como observamos em Pântano do Sul: “Depois que apareceram as rêdes dos japoneses, não tem mais faltado peixe para alimento”, assegurou-nos um pescador da localidade.

Rêde de cação: A variabilidade do preço está em função principalmente do material empregado e da extensão da rêde. A confecção, como a da tarrafa, é fácil, e cada núcleo de pesca a elabora. A pouca durabilidade, em média de 2 a 4 anos e meio não a onera em demasia em virtude do custo relativamente baixo (em extremos aproximados de 2 a 10 mil cruzeiros). Embora o cação seja pescado mais generalizada-

mente com o emprêgo do espinhel, a rêde não deixa de ser também difundida, salientando-se contudo a ilha de Santa Catarina e Itajaí, como as zonas que a empregam.

Tarrafa: Dos utensílios simples é o mais importante e o mais utilizado. Com prováveis exceções, todo individuo que participa da pesca diretamente possui uma ou mais tarrafas. O preço da unidade não ultrapassa 2 mil cruzeiros. Atualmente está muito em voga o emprêgo de fios de *nylon*; encarece mais o utensílio, porém é incomparavelmente mais resistente ³⁴.

Espinhel: Cada espinhel, possuindo 300 anzóis, aproxima-se do preço de 500 cruzeiros. A duração é muito imprecisa, dependendo de sorte, como asseguram os pescadores. Pode atingir 4 anos de uso, embora de uma só feita o espinhel possa ser perdido de todo. Nos Ganchos, cada pescador trabalha com dois espinhéis, custando cada um cêrca de 2 500 cruzeiros.

A breve exemplificação dos preços de utensílios de pesca teve como finalidade revelar a amplitude do problema que a envolve, no setor de equipagem técnica. As informações colhidas não abrangem todos os municípios onde a pesca participa das atividades econômicas.

Sente-se, entretanto, a agudeza do problema, quando se observa expressivo número de "marginais" existentes nos principais núcleos de pesca. Muitos "camaradas" permanecem inativos, simplesmente porque não dispõem de utensílios que lhes permitam atuar na faina pesqueira. É certo que, como já nos referimos, o fato de marginalidade ou desemprego não se explica apenas pela carência de equipamento individual. Esta carência se apresenta como fator agravante, e, por vêzes, constitui-se como causa única para exemplo isolados.

O problema das embarcações: Além das dificuldades ligadas aos utensílios acrescenta-se a da aquisição dos meios de deslocamento, isto é, as embarcações, cujo ônus torna-se proibitivo em relação aos parcos proventos da atividade, sobretudo quando temos em conta a maioria de seus participantes.

Ademais, as precárias embarcações utilizadas significam a exploração da pesca em exíguos limites, ainda que se registre o fenômeno da motorização das baleeiras, que marcou a mais notável alteração no setor aludido ³⁵.

As baleeiras, por exemplo, principalmente construídas em Ribeirão da Ilha, no município de Florianópolis, atingiam o preço (em 1960) de 65 mil cruzeiros, sem o motor usualmente comprado em Joinville.

³⁴ A penetração do uso de fios de *nylon* já se faz sentir na confecção de rêdes maiores. E para alguns casos é de se esperar que seja rapidamente adotado.

³⁵ Os motores da fábrica Stoll funcionam a gasolina. São peças de centro, de dois tempos. A fábrica, composta de 30 operários, opera há mais de 50 anos, sendo que há 7 anos iniciou a fabricação de motores para embarcações; hoje, sua finalidade é exclusiva para esta função. A produção (a média mensal é de 50 motores) encontra compradores principalmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Este, em 1960, oscilava entre 30 mil a 40 mil cruzeiros, para respectivamente os de 22 e 26 cavalos. Em suma, a baleeira equipada com motor atinge o preço de 100 mil cruzeiros, no mínimo.

Nota-se que êsses motores custam relativamente pouco, o que tem possibilitado a sua aquisição por número crescente de pescadores. Se houvesse fábricas de barbante, de anzóis e de outros materiais empregados na pesca, em centros próximos, ou se a transação fôsse mais direta, sem dúvida o custo dos utensílios de pesca seria bem mais reduzido, como acreditam muitos fiscais da Divisão de Caça e Pesca, atuantes em núcleos litorâneos. Naturalmente, a possibilidade realmente existente sugere intervenção do govêrno do estado.

Na elaboração final do presente trabalho, fomos informados de que se processa a reconstrução de um estaleiro, supervisionada e financiada pelo govêrno, na Praia de Coqueiros em Florianópolis. Tendo sido planejado para construir embarcações com preços mais reduzidos dos que são encontrados entre os canoeiros, somos levados a considerar a iniciativa como louvável. Sua necessidade é patente, porque a obtenção de embarcações tanto é problema econômico quanto técnico.

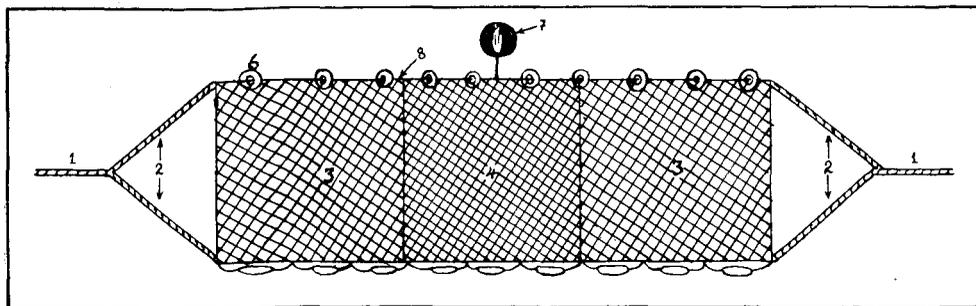
Aspectos da aplicação e confecção dos utensílios de pesca: A diversidade dos utensílios de pesca já é sentida pela simples designação genérica. Os traços particulares de um tipo os tornam ainda mais complexos e numerosos. Alongar-nos-íamos demasiadamente se fôssemos descrever, mesmo sumariamente, todos os tipos de utensílios utilizados pelos pescadores do litoral catarinense. Os gráficos que acopamham reduzirão o espaço que deveria ser coberto por exaustiva caracterização. Preocupar-nos-emos com alguns dos mais importantes ³⁶.

Rêde de arrasto: Independentemente da especificação, isto é, não se considerando o tipo de espécie à qual se destina precìpuamente, induz ao método de pesca, o mais exigente quanto à participação quantitativa de pescadores. Os moradores do núcleo pesqueiro se mobilizam em tórno da rêde, seja para contemplarem o momento verdadeiramente empolgante do lanço, seja para tomarem parte ativa na pescaria e extraírem seu quinhão.

Parte variável da "manta" consegue escapar, e, meninos e adultos preparam suas tarrafas, rêde de calão, botes com trimbobó, etc..., para apanharem as tainhas ou enchovas que se evadem ao cêrco da rêde.

A rêde de arrasto necessita de concurso de duas canoas, cada uma mantendo a metade da rêde. Logo que o cardume ou "manta" é divisado, e quando as condições do local são favoráveis, as canoas se movimentam e se afastam, buscando cercar o peixe, para então efetuar o lançamento da rêde e posterior arrasto, feito pelos camaradas que se colocam na praia. (Fig. 21)

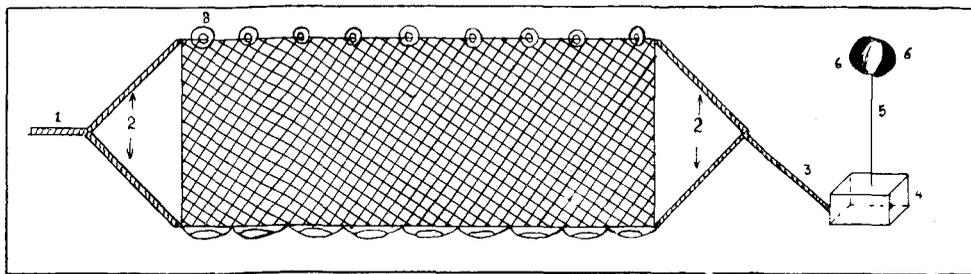
³⁶ Sobre o assunto sugerimos ao leitor a consulta do trabalho do C. AUGUSTO CAMINHA, *A Pesca na Freguesia da Lagoa* — publicada pela cadeira de Antropologia Cultural da Faculdade Catarinense de Filosofia — 1958.



REDE DE ARRASTO

Fig. 21 — 1 — Filame ou cabo; 2 — Aspias; 3 — Cabo; 4 — Chacho; (para ancoragem); 5 — Filame da bóia; 6 — Bóia.

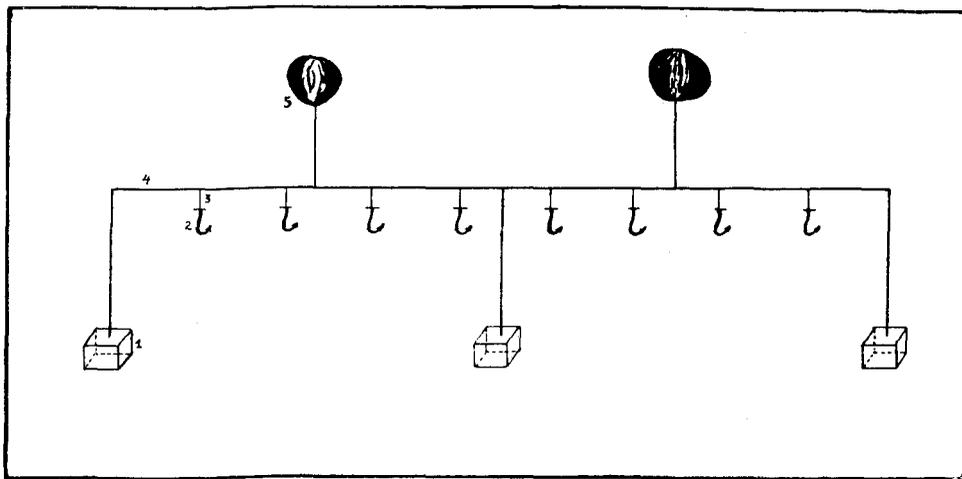
(Apud CAMINHA, op. cit. n.º 16)



REDE DE RODA (para enchova)

Fig. 22 — 1 — Cabos feitos de corda; — 2 — Espias; — 3 — Rêde laça; — 4 — Rêde miudeira (mais resistentes, para "escorar" o peixe); — 5 — Chumbeiro: sacos de areia; — 6 — Cortiças (elemento de sustentação); 7 — Bóia do Copo (no centro, para servir de referência à manutenção da simetria no puxamento); — 8 — Perfil: Elemento de união das peças da rêde

(Apud CAMINHA, op. cit. n.º 16)



ESPINHEL

Fig. 23 — 1 — Chacho (distanciados de 10 em 10 metros); — 2 — Anzóis; — 3 — Estrovo (fio que segura o anzol); — 4 — Armação; — 5 — Bóia com filame para manter os anzóis suspensos.

(Apud CAMINHA, op. cit. n.º 16)

Rêde de roda (enchova): Tomando-se a descrição feita por CARLOS AUGUSTO CAMINHA, temos: "A pesca da enchova é feita com rêde de roda para o mar grosso... A rêde é conduzida por uma canoa. Quando é notada a presença do peixe, os pescadores procuram se aproximar e a uma ordem do "patrão", o "chumbeiro" joga a "bóia" que vem a ser o cacho e amarrado a êsse o filame com a bóia. Após, os pescadores envolvem o cardume, mantendo uma extremidade ancorada e a outra segura por um tripulante"³⁷. No esquema supra, esboçamos a rêde de roda, segundo apanhado feito pelo autor citado: (Fig. 22)

Espinhel: Condiciona o processo de pesca mais constante em quase todos os núcleos. Exige pouco trabalho do pescador, pequeno ônus e torna-se muito eficiente por permitir a pesca de várias espécies de grande porte. Seu uso atinge limites mais afastados da costa. Até onde emergem ilhas do relêvo cristalino, o espinhel é facilmente utilizado.

Cação, garoupa, enchova, miraguaia, etc..., constituem as principais prêsas dos espinhéis. Seu uso é permanente, e logo sugere ser indispensável para, pelo menos, possibilitar alimento cotidiano às populações dos núcleos pesqueiros. Como isca é preferentemente empregado o camarão. No litoral catarinense observam-se vários tipos de espinhel, o "flutuante", o de "dois seios", o de "fundo", etc. (Figs. 23, 24 e 25)

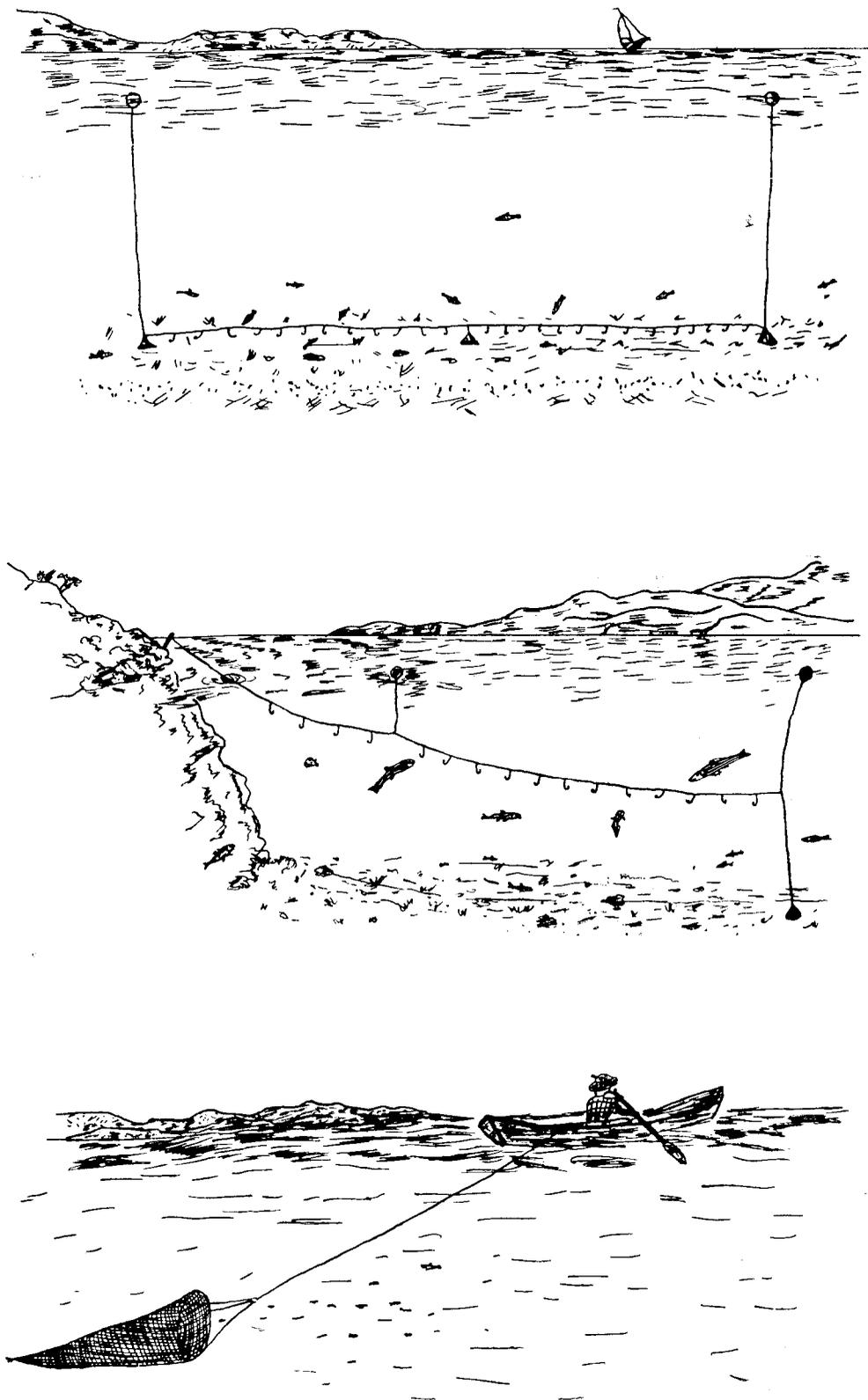
Utensílios para a pesca do camarão: A tarrafa, o puçá (buça, jereré ou coca) e uma rêde especial são empregadas na pesca do camarão. (Fig. 26)

Por se prestar mais facilmente à industrialização e pela relativa abundância com que aparece em certos trechos do litoral catarinense, a pesca do camarão é a mais importante depois da pesca da tainha. A pesca indiscriminada do camarão durante o ano todo é prejudicial ao desenvolvimento da espécie, embora concorra para a permanente safra dêsse produto. O efeito dessa dizimação desenfreada não se fêz sentir com nitidez devido à possibilidade de exploração do potencial existente, reconhecidamente grande. Tem ocorrido, em alguns núcleos, como em Barra do Sul, na época da grande pesca, excesso de camarão pescado, estragando-se exorbitantes quantidades em vista da precária organização das salgas e indústrias de enlatamento.

As zonas mais importantes de pesca coincidem, com exceção da zona dos Ganchos, com as de indústria de conservas: Imaruí, Laguna e São Francisco, e no centro, os núcleos formados pelos Três Ganchos, e mais a lagoa da Conceição na ilha de Santa Catarina.

No litoral sul, a tarrafa é mais utilizada, e também o "jereré". Na lagoa da Conceição os utensílios supra são os mais usados, enquanto nos Ganchos e na zona de São Francisco do Sul o processo mais adotado é denominado "prancha", com emprêgo de um tipo especial de rêde afunilada.

³⁷ CARLOS AUGUSTO CAMINHA — Op. cit.



Figs. 24, 25 e 26

V — ZONAS E NÚCLEOS DE PESCA — AS INDÚSTRIAS DERIVADAS

1) O LITORAL SUL — 2) O LITORAL CENTRAL — 3) O LITORAL NORTE

1) *Litoral Sul: Zona de Laguna—Imaruí*

Segundo a divisão do estado em zonas fisiográficas, o litoral catarinense compreende as seguintes zonas: São Francisco do Sul, bacia do Itajaí, Florianópolis e Laguna.

Esta última apresenta cerca de vinte municípios na atualidade, devido ao desmembramento que sofreram municípios maiores. Em 1950, os municípios abrangidos pela zona fisiográfica de Laguna eram apenas nove, a saber: Araranguá, Criciúma, Imaruí, Jaguaruna, Laguna, Tubarão, Turvo e Uruçanga.

Os municípios atuais da zona de Laguna que apresentam núcleos pesqueiros são: Henrique Laje, Imaruí, Laguna, Jaguaruna, Criciúma, Araranguá, Sombrio, São João do Sul. Entretanto, merecem realce, pela importância da atividade, apenas os municípios de Imaruí, Laguna e Araranguá. Os demais são inexpressivos, e a rigor poderíamos apenas destacar Imaruí (o de maior contingente humano dedicado à pesca) e Laguna (que apresenta indústrias de conserva de pescado de relativa importância). Em face disso preferimos usar a denominação de zona de Laguna—Imaruí, restringindo nossas preocupações à atividade pesqueira.

As características gerais dessa zona indicam, primeiramente, a projeção da pesca, conserva e enlatamento de camarão. Os núcleos pesqueiros não se encontram bem demarcados. Dispersam-se longitudinalmente em torno da baía. Os pescadores são quase todos agricultores, não se encontrando na dependência exclusiva da pesca, como se observa em relação a outros pescadores da zona de Florianópolis. O tipo de pesca dominante permite maior individualização da atividade e, assim sendo, não observamos as marcantes “companhias” que caracterizam melhor a zona de Florianópolis. Os pescadores de Laguna—Imaruí são grandes fornecedores de pescado às indústrias e salgas existentes nas duas localidades.

Nas demais áreas da zona em consideração, as atividades da pesca apresentam mínimo relêvo. Os núcleos são pequenos, muito isolados, o comércio de pescado mesmo com centros próximos é quase inexistente. Registra-se a indústria de baleia, em Henrique Laje.

*As indústrias e salgas e outras notas*³⁸.

1) *Laguna*: a) *Firma Luís Remor*: Opera como exportadora de camarão. Serve-lhe somente a zona de Laguna. A exportação anual máxima não ultrapassa 10 mil quilos. O camarão é trazido pelos pescadores, já preparado (limpo e descascado) ou com casca, pronto para

³⁸ Todas as informações com dados quantitativos referem-se ao ano de 1959.

ser revendido para centros como o Rio de Janeiro, para onde é transportado por rodovia ou por via marítima.

No Rio de Janeiro, parentes do proprietário recebem o camarão que é depois encaminhado a revendedores. O mercado carioca absorve cerca de 80 por cento da mercadoria. Os restantes 20 por cento são destinados a São Paulo e Rio Grande do Sul. É interessante observar que a firma dá preferência ao transporte rodoviário, embora o marítimo cobre fretes inferiores. Cada quilo de camarão corresponde a 8 cruzeiros de frete rodoviário mas, em compensação a rapidez do transporte e o menor prejuízo das quebras afastam a concorrência do transporte marítimo. A firma somente se dedica ao camarão. Encontra fácil mercado comprador, em contraste com o fornecimento, que se sujeita a faltas em determinadas épocas.

O período da safra é prolongado na zona de Laguna, em virtude da pesca de diversos tipos de camarão, e em diferentes estágios de desenvolvimento. O camarão é classificado em grande, miúdo e médio. Os dois primeiros correspondem ao montante médio de 80 por cento da mercadoria, comprada pela firma. O tipo grande é obtido entre novembro e janeiro, o médio até abril e o miúdo de abril em diante.

A firma não intervém no processo da pesca, limita-se apenas à compra do camarão. Não possui barcos, não a financia e transporta o produto através de empresas particulares — a Rodoviária Criciumense.

b) *Pedone: Indústria de Conserva*: Embora operando há 15 anos, salgando camarão, só recentemente o enlata. A empresa trabalha igualmente com palmito³⁹.

A indústria Pedone recebe o camarão fresco e semipreparado. O fornecimento é individual, isto é, diretamente do pescador. Ressente-se do problema da irregularidade do fornecimento da matéria-prima principal, sofrendo paralisação da atividade durante vários meses do ano. Isto a obriga a reduzir o efetivo trabalhador cujo número máximo é de 50 e, no período da entressafra (abril a novembro) decresce a 6. A interrupção da atividade e a pequena quantidade do produto fornecido dificultam planos de desenvolvimento da empresa. A demanda pelos mercados de grandes centros urbanos é assegurada, e ainda que não possua meios de transporte próprios, estes não constituem problemas. Admitem seus dirigentes que a melhoria técnica dos processos de pesca solucionaria o problema de aumento e diversificação da produção industrial. O equipamento atual da empresa já lhe permite enfrentar situações de maior procura. É a mais completa da zona, possuindo salgas, frigoríficos, tanques de lavagem, secção de enlatamento e encaixotamento.

c) *Firma João Cristiano*: Sua ação se limita à compra e revenda do camarão, após frigorificá-lo; São Paulo, Rio de Janeiro e Pôrto Ale-

³⁹ A coleta do palmito oferece aos habitantes rurais desta zona um recurso de produção. É realizada no inverno, não raro acompanhada de desmatamento. A palmeira fornecedora encontra-se principalmente nas encostas da região; menos densamente nas baixadas e nos banhados.

gre são os principais centros de consumo. Seus problemas não diferem dos que tolfem a expansão das anteriormente descritas. A irregularidade do fornecimento e a pequena quantidade constituem os principais. A firma é pequena, mantendo apenas 6 operários que se reduzem a dois

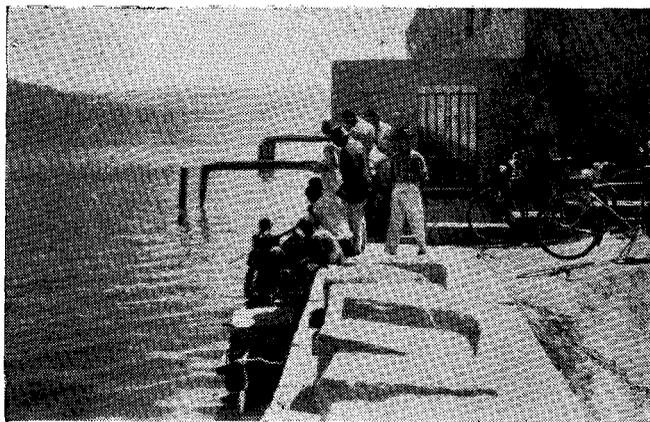


Fig. 27 — Laguna: Apanhado o peixe, o pescador procura compradores locais. A transação é, nesse caso, direta. A pequena quantidade não atrai a presença de intermediários.

operando com camarão salgado, em embalagem de sacos plásticos e de caixas de madeira. O problema da fábrica cinge-se à falta de matéria-prima principal, a qual é obtida apenas dos pescadores do município de Imaruí. Estes se dedicam à lavoura, e muitos utilizam a pesca como atividade secundária.

Beneficiado o produto, os caminhões o transportam para Laguna, e daí, por via aérea, rumo para os destinos finais.

A fábrica é relativamente grande, mantendo uma dezena de operários fixos e cerca de 70 flutuantes, contingente formado pelas descascadeiras. O fornecimento é muito irregular e ocorrem quedas súbitas, mesmo nas épocas de grande pescaria; se as chuvas coincidem com ela, afugentam os camarões, que se abrigam no fundo da baía.

no período de entressafra. Não paralisa a atividade por se dedicar ao engarrafamento de vinho e aguardente. O processo de obtenção do camarão é similar ao das firmas citadas. (Figs. 27 e 28)

2) Imaruí: Ind. Bras. de Peixe S.A.: Anteriormente enlatava camarão e palmito. Agora se restringe ao último,



Fig. 28 — Aspecto do porto de Laguna que, em épocas coloniais e imperiais, teve grande significado. Não se constituindo mais como porto de escoamento regional, seu movimento decresceu, e o organismo urbano estagnou. Mantém a cidade, com relação à pesca, uma destacada posição no estado, porquanto a pesca em Laguna e também, em Imaruí, sobretudo do camarão, permite-lhe a instalação de fábricas de conserva cuja produção é remetida para centros afastados. Todavia, o transporte da produção é feito mais pela rodovia

A capacidade da fábrica, para armazenamento, é de 5 mil quilos. A energia elétrica, que é indispensável à existência de frigorífico, não constitui atualmente, problema, devido ao recebimento de força elétrica proveniente de Capivari, em Tubarão.

Além dessa fábrica de conserva, existe em Imaruí uma salga que opera com as mesmas características da firma Luís Remor, de Laguna.

3) *Imbituba: Indústria de Óleo de Baleia* ("Domingos A. Costa") : A área de Henrique Laje é pobre em atividade pesqueira. As costas muito abertas, de mar batido pelos ventos, dificultam a pesca de arrastão, e outros processos em áreas também mais afastadas dentro do mar. A enchova, o papa-terra e espécies menores fornecem algum recurso aos pescadores locais, cujo índice de pauperismo é alarmante. As embarcações utilizadas são frágeis, poucas são motorizadas, o que torna mais problemática a saída para a pesca, em praias tão castigadas por ventos fortes. Somente os ventos de sudeste, mais fracos, permitem fácil deslocamento das embarcações. A despeito, portanto, do crescimento do número de habitantes no centro de Henrique Laje (pelo ativamente do comércio marítimo do carvão, que por aí se escoou), a pesca não se desenvolveu paralelamente em virtude de condições impróprias do ambiente costeiro, e de outros fatores que sugerimos acima. Os pescadores, cujas habitações de madeira se alinham ao longo da larga praia local, dividem suas atividades marítimas com outras. As praias em muito se assemelham ao núcleo de Barra do Sul, pelo desordenado que as caracteriza. Casas apodrecidas, crianças raquíticas, barcos rudes, gansos e porcos se alimentando de tatuíras (pequenos moluscos) que se escondem nas areias umedecidas da praia, dão os traços mais comuns do desordenado paisagístico.

Em Henrique Laje encontra-se um pequeno estabelecimento, que se mantém fechado, grande parte do ano, e por vezes, por mais de um, destinado a extrair óleo de baleia.

A pequena instalação também se dedica à obtenção de óleo de fígado de cação. A firma possui apenas uma baleeira e sua concessão permite-lhe operar até o município de Itajaí. A média de baleias pescadas por ano é de 4 a 5, mas ocorrem temporadas em que nenhum indivíduo é pescado. Entre julho e novembro é que se efetua a pesca, buscando-se interceptar as baleias que se dirigem para o norte. Os tripulantes são em número de cinco, possuindo a baleeira um canhão de proa. Em 1957 conseguiram matar 12 baleias, e em 1958 apenas 2. Esta flutuação, se reflete inevitavelmente no número de operários da fábrica de óleo. A proporção de operários exigida é de 10 para cada baleia. Vê-se, pois, que a instabilidade da mão-de-obra que se observa com as indústrias de camarão, é aí encontrada. (Fig. 29)

4) *Outros núcleos habitacionais:* a) *Garopaba do Sul:* No restante da área inscrita na zona Laguna—Imaruí, pouco há de importante para registro sobre o fato — pesca. Aludiremos, entretanto, a alguns

aspectos do núcleo de Garopaba do Sul, que só por exagêro poderemos qualificar de pesqueiro.

Trata-se de uma área de *habitat* disperso, em que as residências se localizam linearmente, ao longo da rodovia que liga Laguna a Henrique Laje. A topografia é de baixada, de solos arenosos, onde campos de pastagens isolados coincidem com os trechos em que a água, difi-

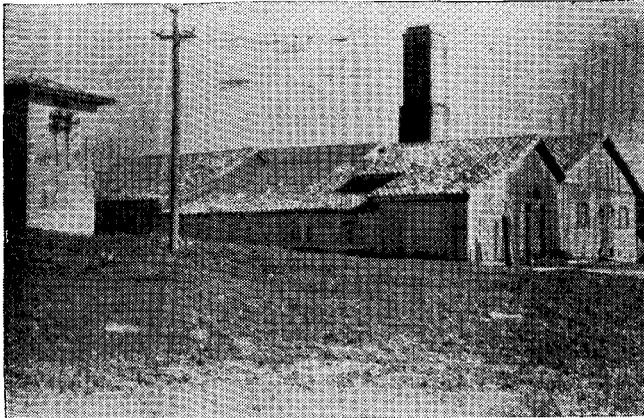


Fig. 29 — Vê-se a fábrica de óleo de baleia, em Imbituba, de reduzida e interrompida atividade devido à crescente diminuição desse cetáceo que toca o litoral da zona, seguindo fluxos de correntes frias. A concorrência imposta por modernos navios de pesca da baleia de várias nações, e o equipamento pobre dos pescadores locais, respondem pelo quase abandono dessa atividade.

cultada em seu escoamento é represada, em forma dos chamados “banhados”. O gado que se vê é rústico, nutrin-do-se de capim de fraco teor nutritivo. A lavoura dominante é a da mandioca, preferentemente nas pequenas lombadas que formam o provável nível de antigos feixes de restingas. As habitações de madeira, na grande maioria, apresentam

extrema pobreza interna. São destituídas de instalações sanitárias e de luz elétrica. Tornam-se mais aglomeradas quando se situam próximas a uma “venda”, onde também geralmente se situa a escola primária. A pouca produtividade dos solos se reflete na quase ausência de noção de propriedade foreira: “as terras são de quem quiser”, informou-nos um habitante local que se dedica à lavoura e à criação de subsistência e à pesca de pequena expressão comercial.

Igualmente como o principal núcleo, nas imediações do centro de Henrique Laje, a área costeira que compreende Garopaba do Sul, é fortemente assolada por ventos que ativam as ondas, impedindo que a penetração das embarcações ultrapasse 2 a 3 milhas, acentuando-se, pois, a característica “praiana” da atividade pesqueira. Como nota particular salienta-se a pesca segundo o processo denominado “picaré”, que exige cêrca de 12 até 20 homens.

Litoral Sul: ou Zona de Florianópolis: Abrangia 8 municípios em 1950. Com desmembramentos ocorridos posteriormente, ficou integrada por 10 unidades, a saber: Biguaçu, Camboriú, Florianópolis, Nova Trento, Palhoça, Pôrto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José e Tijucas. Como possuidores de atividades pesqueiras no litoral apenas aparecem os seguintes: Biguaçu, Camboriú, Florianópolis, Palhoça, Pôrto Belo, São José e Tijucas. Devido à vinculação que o muni-

cípio de Camboriú apresenta com os centros urbanos da bacia do Itajaí, situá-lo-emos fora da zona de Florianópolis.

O litoral central, como já nos referimos, coincide em seu aspecto movimentado, sob o ponto de vista da morfologia, com o fato de ser mais ativo, com referência à pesca. Destacadamente, o município de Florianópolis se apresenta como o mais complexo. Sua apreciação será posterior ao breve exame de alguns núcleos de maior importância do restante da zona.

a) *Garopaba* (município de Palhoça): A área é caracterizada por uma baixada, intensamente utilizada para fins agrícolas, e interrompida pelas encostas cristalinas, parcialmente ocupadas pela lavoura. Milho, mandioca, feijão, freqüentemente intercalados constituem as principais culturas. Em alguns trechos alagados dão nota particular os arrozais. A criação de bovinos se observa nas pastagens da baixada, compondo o conjunto da atividade agrária, em pequeno número, porém. As habitações se localizam à margem da estrada que vai dar no núcleo pesqueiro junto ao mar. Esta área, que se afasta um pouco da praia, é habitada por agricultores e por outros que se dedicam parcialmente à pesca, enquanto os moradores do aglomerado são quase todos exclusivamente pescadores. (Fig. 30)

O povoado de Garopaba, mantém pequena atividade turística, cujas moradias imiscuem-se entre as dos moradores fixos: Além das casas comerciais,

uma escola pública e um posto do Departamento de Saúde, nota-se a presença de uma salga, relativamente bem equipada; em confronto com numerosas que investigamos. A salga é fato marcante do aglomerado, pois sua atividade influi na vida de grande parte dos moradores locais. O proprietário da salga, antigo pescador, financia a compra de equipamento de muitos pescadores que fornecem o pescado para o proprietário. O pescado fresco também é transportado por caminhão de propriedade da salga, para as cidades de Tubarão, Itajaí, Criciúma e Florianópolis. A tainha, o cação, a corvina, a enchova e a manjova são as espécies que mais avolumadamente constituem a produção da salga.

Os processos de pesca mais típicos são os de arrastão, aplicados à tainha. A enchova é pescada em mar grosso, com rede de emalhar,

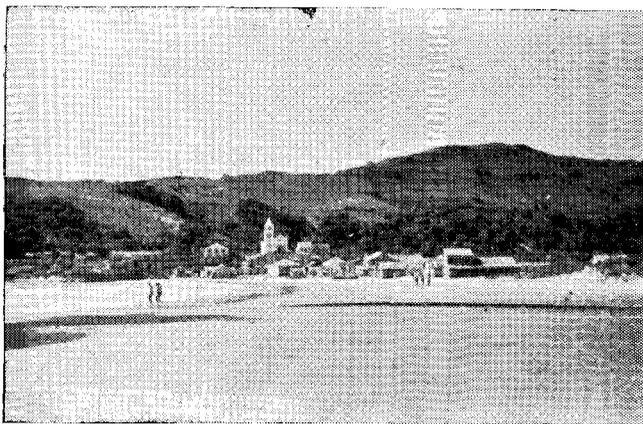


Fig. 30 — Núcleo pesqueiro de Garopaba, município de Palhoça. Nêle se desenvolve uma salga, propriedade de um pescador presente na localidade. No fundo, as encostas desmatadas revelam o aproveitamento da lenha pelo homem que se ativa igualmente na lavoura, principalmente na baixada arenosa.

utilizando-se lanchas baleeiras. A primeira é pescada nos meses de maio a julho e a segunda dos meses de outubro a dezembro.

Com respeito às possibilidades de expansão da produção da salga, segundo informações de seu proprietário (ERNESTO HAUEC), existem problemas numerosos. Falta-lhe crédito para ampliação e desenvolvimento técnico da salga e das formas de extração do pescado. A produção poderia ser rapidamente duplicada, sobretudo se pudesse atingir o mercado consumidor de São Paulo. O patrimônio da salga eleva-se a mais de 5 milhões, mas decorre tão-somente de constantes inversões do proprietário que, além disso, possui, dois engenhos de farinha de mandioca e um estabelecimento de beneficiar arroz.

b) *Pôrto Belo*: No pequeno município, recentemente criado, existe uma indústria de pescado que apresenta grandes possibilidades de expansão. Trata-se da firma japonesa "Chinen", com matriz em São Paulo, que anteriormente operava no município fluminense de Angra dos Reis.

A empresa industrializa vários tipos de pescado, sendo o mais importante a sardinha. Salga, defuma, prensa e enlata. Além da sardinha, merecem menção algumas espécies, como: sororoca, miraguaia, e, recentemente, experimentam enlatar a tainha. Numerosas espécies são consumidas localmente, não sendo aproveitadas pela indústria. Os fornecedores são da própria zona, incluindo os proprietários que possuem lanchas baleeiras e diversos padrões de rédes. A grande época da pesca da sardinha se estende de maio a outubro. Localizam o cardume, pelo fulgor prateado das águas; consideram a velocidade do vento e do barco, para então efetuarem o cerco, lançando a rede confeccionada com especial apuro técnico por um cidadão, também japonês, residente na ilha de Santa Catarina. Escolhem as noites escuras, pois a sardinha se afugenta até mesmo com a luz do luar, mergulhando, acreditam, para profundidades inacessíveis às rédes, e de difícil localização por não provocarem o denunciador reboliço e efeito de côr na superfície.

A indústria, a despeito de ser uma das mais higienizadas das que observamos, não é no momento, dotada de frigorífico. Esta ausência não tem sido problemática porque o pescado sêco, defumado e prensado é facilmente conservável e, além do mais, a demanda é muito grande. O peixe defumado e o salgado destinam-se à colônia japonesa radicada em São Paulo; aliás para a totalidade da produção, é o mercado mais importante, secundado por Curitiba e Blumenau.

Os problemas da empresa ligam-se mais ao custo elevado de matérias-primas, como a lata (de São Paulo) e sua litogravura, o sal, etc.

c) *Itapema*: Forma um pequeno aglomerado que circunda a enseada do mesmo nome e que inicia crescimento em função do turismo que aí já chega. Em trechos loteados, algumas residências de férias e hotéis contrastam com o rudimentarismo das habitações dos moradores fixos, em geral pescadores e agricultores. A atividade pesqueira é insig-

nificante. Cinco a sete lanchas e duas dezenas de canoas “borda-lisa”, constituem o montante das embarcações do núcleo. Duas pequenas salgas, de produção instável, oferecem traços particulares. Carecem de capitais para se ampliarem não absorvendo o pescado mais volumoso em determinadas épocas do ano. O centro urbano de Itajaí é o principal consumidor e com o qual o núcleo mantém comércio por meio de caminhões. Mas isto se verifica na época de grande pesca. A atividade é predominantemente de subsistência, e o fenômeno de mão-de-obra excedente é aí notado. (Fig. 31)

A pesca mais rendosa (inverno) é a da corvina, seguida da garoupa, da pescada. A tainha é pescada pelo processo usual do arrastão.



Fig. 31 — Aspecto da praia de Itapema, cuja beleza cênica favorece a tendência a transformar-se em centro balneário. A pesca é pouco ativa, e a agricultura constitui, entre a maioria dos indivíduos locais, o meio de vida mais seguro.

b) *Ganchos* :
Canto dos Ganchos
e Ganchos do Meio.
Os núcleos dos “*Ganchos*”, em número de

três (*Canto dos Ganchos*, *Ganchos de Fora* e *Ganchos do Meio*) formam típicos aglomerados de pescadores. Nêles se sente a preservação de padrões culturais de antigos açorianos numa intensidade sem paralelo. São núcleos pesqueiros por excelência. A atividade da lavoura tem aí papel inteiramente secundário. As 14 salgas, tôdas pequenas, distribuídas entre os três núcleos alardeiam ainda mais suas características pesqueiras. Nelas as crianças e mulheres trabalham, integrando-se, pois, todos os tipos de habitantes locais na atividade dominante.

A qualquer observador um pouco atento revelam-se flagrantemente alguns fatores responsáveis pelo aspecto tão eminentemente pesqueiro dos habitantes dos *Ganchos*. Os núcleos parecem injetados em vales estreitos, de encostas muito declivosas e repletas de blocos denunciadores dos efeitos da erosão elementar, sôbre solos fortemente decapitados pela erosão das águas correntes. As encostas tornam-se impraticáveis para uso agrícola, exceto nos trechos mais baixos, onde se erguem algumas touceiras de bananeiras e, aqui e acolá, em outros pequenos, de topografia suavizada, representada por patamares de extensão reduzida.

O acesso aos núcleos é extremamente difícil, se bem que modernamente estabeleceu-se ligação rodoviária até Tijuquinhas, localidade que dista meia dezena de quilômetros de *Canto dos Ganchos*. A rodovia que atinge *Ganchos do Meio* após passar pelo primeiro, só é transitável

em épocas de estiagem e mesmo assim por veículos especiais, como *jeeps*. A comunicação com o centro urbano de Florianópolis, ao mesmo tempo consumidor e redistribuidor de camarão às indústrias próximas, é ainda predominantemente por mar, deslocando-se os pescadores em canoas ou lanchas baleeiras.

Tais circunstâncias concorrem, ao lado dos recursos possibilitados pela pesca para a caracterização da exaltada feição pesqueira dos Ganchos, que se liga também à reconhecida coragem de seus pescadores — os que mais penetram no mar — dêle arrancando meios de sustento com a intrepidez natural de quem tem sua sobrevivência cingida praticamente a um tipo de recurso — a pesca.

A despeito da grande densidade da extração e do aproveitamento do pescado como produto comercial, as condições econômicas dos habitantes ainda são notadamente precárias. Verifica-se um número

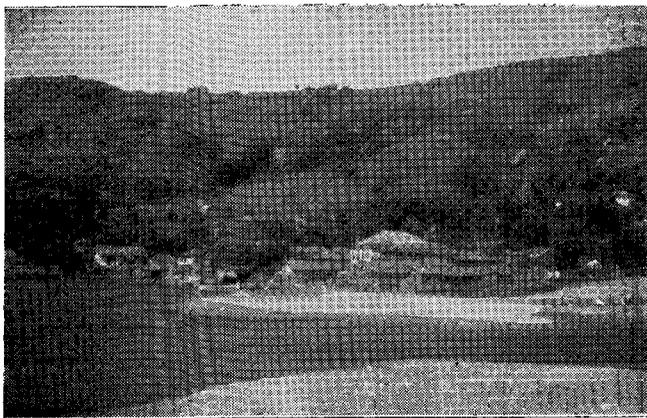


Fig. 32 — *Canto dos Ganchos — Município de Biguaçu. Esta localidade difere das demais (Ganchos do Meio e Ganchos de Fora) apenas pela menor quantidade de pescadores existentes. Quanto às condições de seus moradores, processos de pesca e aspectos da paisagem fisiográfica, as semelhanças são acentuadas.*

exorbitante de crianças revelando claramente doenças carenciais. (Fig. 32)

A população infanto-juvenil reflete, a rigor, as condições econômicas da comunidade. Ressente-se mais agudamente dos impactos das circunstâncias de vida em que se situa.

As salgas reclamam mão-de-obra numerosa e barata. Encontram no con-

tingente infanto-juvenil considerável força de trabalho. Por isso se explica o menosprêzo que se vê em relação às atividades escolares. Embora nos três núcleos funcionam 5 escolas de nível primário, a frequência está muito aquém do número de crianças em idade escolar.

As salgas, contudo, são pequenas, totalizando as 14 existentes nos três núcleos, u'a média de 15 toneladas semanais de camarão, nas épocas de grande pesca.

Calcula-se que nos três "Ganchos", existam aproximadamente 200 embarcações atuantes, entre os tipos de canoas e baleeiras, quase tôdas com motores de 18 e 22 cavalos. Cêrca de 1 500 pescadores, entre todos os tipos funcionais, são estimados para as três localidades.

As pescarias principais, além da do camarão que acarreta menor ônus para a obtenção do equipamento, e a que permite estável aproveitamento do pescado comercializável, são as da corvina, do cação e

da mangona. A tainha também é importante. A rêde é empregada para a pesca desta última, do cação e da mangona, embora, para êstes, também se utilizem espinhéis.

A rêde utilizada na pesca do camarão é apropriada, com fundo para ensacar. A embarcação que se usa para tal fim é a lancha a motor, dela participando dois "camaradas". O equipamento completo atinge a cifra de 100 mil cruzeiros, se a construção das embarcações fôr proveniente do próprio local.

e) *Ilha de Santa Catarina*: Concentra grande população pesqueira, em núcleos dispersos e coincidentes com os trechos bem abrigados da costa. Identifica-se, de início, pelas características étnicas, pois os pescadores são, na grande maioria, descendentes de antigos colonos açorianos. Em seguida, todos os núcleos apresentam produção diversificada de pescado, notando-se maior enriquecimento dos processos de pesca. Ademais, todos os núcleos, em intensidade variável, dependem mais essencialmente do rendimento específico da pesca da tainha.

Entre os núcleos, são citados os seguintes: Pântano do Sul, Lagoa da Conceição, Praia dos Inglêses, Armação, Ponta das Canas e outros menores. Em rápidas anotações, veremos algumas características que poderão apresentar particularidades de cada núcleo.

1) *Pântano do Sul*: A localidade se estabelece numa baixada de forma elítica e no sopé das elevações que funcionam como pontos de apoio do processo de sedimentação.

Entre os trechos — Armação e Pântano do Sul, ligados por rodovia, que percorre a faixa arenosa e por vêzes a pequena altura da encosta, a ocupação do solo se evidencia bastante intensa. Esta área é habitada por rurícolas que se dedicam ao cultivo da mandioca, milho, café, feijão, e mantém reduzido número de cabeças de gado bovino para provimento de leite. Muitos dêsses rurícolas são também pescadores, diferindo daqueles que em geral possuem moradias que compõem o núcleo de Pântano do Sul e que se dedicam exclusivamente à pesca. Considerando-se, pois, apenas os moradores do núcleo, pode-se afirmar que a atividade econômica principal é a pesca, pois absorve maior número de indivíduos da localidade.

Pelo que nos informaram, alguns pescadores preferem, inclusive, permanecer sem atividades a ter que se empenhar em outra que não seja a pesca. Evidentemente, êsse menosprêzo por outra atividade encontra explicações diversas que não retratam apenas o simples gôsto pela pesca e a aversão pela agricultura, por exemplo.

A verdade é que os "camaradas" e "ajudantes", (não possuidores de equipamento pesqueiro), encontrariam grandes dificuldades para a conquista de ocupações remuneradas no meio rural e mesmo em centros urbanos próximos, como Florianópolis.

Isto não se deve sômente aos aspectos de saturação do mercado de trabalho em tais meios. Pode-se atribuir à precária capacidade de

trabalho, além do pescador, entre aqueles elementos, um fator negativo que os dificulta a obtenção de outras tarefas profissionais. Esses pescadores constituem a mão-de-obra que comumente busca nas praias do Rio Grande do Sul atividades econômicas equacionadas com suas condições de executar tipo idêntico de trabalho.

Em Pântano do Sul, nos informaram que, épocas atrás, a pesca era muito mais abundante. Os "arrastos" de 40 mil a 60 mil quilos, em décadas anteriores eram comuns. Atualmente, um "lance" de tainha de 20 a 25 mil quilos é considerado como ótimo resultado. Em outros núcleos também tivemos informações similares. Embora não possamos contestar os relatos dos pescadores antigos, igualmente não os poderemos aceitar na medida em que procuram entendê-los, isto é: admitindo que, quando havia maior riqueza de pescado, o padrão de vida dos pescadores era mais elevado.

O fato de que o montante comercializável de pescado, em outras décadas, era menor que o atual, atenua em muito a possibilidade da existência de melhor padrão econômico de vida de pescadores daqueles tempos. A fartura do peixe, como a da tainha não era, pois, condição suficiente para resultar num nível de vida mais elevado do pescador, já que a rentabilidade decorrente do índice comercial não estava assegurada. Depoimentos esclarecedores de alguns estudiosos confirmam nossas suposições⁴⁰.

É verdade, todavia, que o aumento do número de habitantes no núcleo representa um fator desfavorável ao desenvolvimento do poder aquisitivo dos pescadores, devido ao implícito crescimento do número de auferidores dos recursos do mar. Daí, como consequência, encontrarmos em Pântano do Sul e em Armação (outro núcleo próximo, cujos moradores asseguram o mesmo que os do primeiro) muitos pescadores em situações de vida extremamente baixas e que se deslocam para o Rio Grande do Sul motivados pela procura de mão-de-obra pesqueira neste estado.

Apesar da grande importância da tainha, a pesca do cação, em vários núcleos, é de imenso significado. Tal acontece em Pântano do Sul e em Armação. Essa importância não se prende apenas à relativa quantidade existente do referido pescado, mas é devida à permanência da atividade, que assegura aos pescadores e habitantes locais, o alimento cotidiano. O cação se presta a fácil conservação ao sol, pelo salgamento, além de fornecer o óleo, extraído do fígado, atualmente em grande procura por parte de indústrias paulistas. Em 1960, o quilo de óleo atingia o preço de vinte e cinco cruzeiros.

⁴⁰ A respeito do problema, é de grande significado a obra de VIRGÍLIO VÁRZEA, *Santa Catarina — a Ilha*, publicação do governo do estado — 1900, que nos oferece com magnífica descrição de processos de pesca, de aproveitamento do pescado e dos aspectos culturais da paisagem humana das comunidades pesqueiras. "Na noite do grande pescado, processa-se o salgamento doméstico, para se evitar a deterioração da quantidade que servirá para o consumo local. A tainha se presta também à extração de azeite (pasta gelatinosa do ventre) usado na localidade para iluminação de lampiões"... Atualmente, só em casos esporádicos os pescadores salgam a tainha. O peixe, mal apanhado, é levado aos caminhões, quando em grande quantidade, ou então é vendido localmente, após a distribuição costumeira.

Em Armação, vê-se em estado de quase abandono um galpão destinado ao aproveitamento do óleo da baleia, que, como salientamos em capítulos atrás, constituiu notável recurso econômico. O apresamento de um indivíduo, nos dias atuais, é acontecimento que provoca alarme, tal a sua raridade.

Tanto numa localidade quanto na outra, ressalta-se a importância da introdução de um tipo especial de rede de cerco, de confecção iniciada por elementos japoneses que moram em Armação. Essa rede, além do rendimento que possibilita, tornou-se de grande valia para o fornecimento diário de peixe para consumo local. (Fig. 33)



Fig. 33 — *Limpeza do Cação: Como ocorre em outros núcleos de pescadores, o cação é pescado com redes especiais e por espinhéis. A carne é facilmente conservada, salgada e exposta ao sol. Isto confere ao cação grande importância para a alimentação dos litorâneos, ainda mais porque é pesca verificada em todos os meses do ano. Na foto, pescadores de Pântano do Sul imediatamente após a chegada do pescado, se põem a limpar o produto.*

2) *Ribeirão da Ilha e Santo Estêvão*: Situadas na parte sudeste da ilha com suas habitações antigas, indicando a anterioridade da fixação de elementos açorianos, as duas localidades se com-

primem linearmente entre a encosta das elevações cristalinas e o mar. Ligadas por linhas de ônibus com o centro de Florianópolis, disso se beneficiam porque muitos de seus moradores constituem parte da diminuta população suburbana da capital do estado.

Ambas não apresentam atividade de pesca digna de nota, comparável aos núcleos de Pântano do Sul e Armação, mas têm importância sobre o fato em virtude da construção de embarcações, que ocorre sobretudo em Ribeirão da Ilha.

A técnica de construção (de canoas, de baleeiras, de batelões), embora de tradicional renome, ainda é muito incipiente, sob a forma artesanal. Não há empresas construtoras, e sim indivíduos que empregam dois ou três ajudantes, formando pequeno grupo de trabalho.

Em tôdas as zonas de pesca no estado se nos deparam embarcações construídas em Ribeirão da Ilha, embora em seus núcleos de pesca exista quase sempre um ou outro indivíduo que constrói embarcações. Algumas particularidades técnicas conhecidas pelos canoeiros de Ribeirão da Ilha e aplicadas na construção de baleeiras ainda respondem pela melhor qualificação e procura do produto.

3) *Lagoa da Conceição*: Expressiva por suas belezas naturais, fonte de atração para moradores de Florianópolis, e de certa tendência à valorização pelo turismo, a lagoa da Conceição é uma das mais características zonas pesqueiras.

Em tórno da mesma, na parte ocidental, a baixada arenosa é intensamente aproveitada para lavoura e pequena criação em propriedades de reduzido tamanho.

A presença de dunas do lado oriental, que por sinal lhe dá particular toque estético, evidencia o processo de colmatagem da lagoa, submetendo-a a regime de intermitência como se depreende dos freqüentes fechamentos do sangradouro. A lagoa recebe alguns riachos que contribuem também para o aumento do pacote de sedimentos depositados no fundo. Por enquanto não se registraram conseqüências marcantes quanto à condição de habitabilidade para espécies marinhas. Todavia, os pescadores são sempre unânimes na admissão de que o pescado na lagoa escasseia gradativamente.

Tendo-se em conta os processos de pesca utilizados em ambientes quase fechados, isto é, fracamente renováveis em água do mar, é lógico que o predadorismo contido naquelas praias pesqueiras incida em problemas que tendem a exaltar-se ainda mais. A generalizada prática do "arrastão" é variável em seu grau de destrutivismo segundo as características do ambiente onde ocorre. O "arrastão", necessariamente, toca o fundo do ambiente marinho, trazendo engastadas nas malhas da rêde quantidade de algas e outras plantas aquáticas que constituem alimento de peixes pequenos e também representam abrigo para a deposição de ovos. Assim sendo, o que se verifica no fundo da lagoa é um autêntico processo de decapitação do fundo orgânico vegetal.

Apesar da facilidade de proliferação de organismos vegetais em fundos rasos, muito expostos aos raios solares, sem os quais não seria possível a elaboração da fotossíntese indispensável ao desenvolvimento dos vegetais, os constantes "arrastos" não poderiam ter outro efeito senão o predatório, com o conseqüente afugentamento de espécies animais marinhas.

Considera-se também que a pesca na lagoa da Conceição vem sendo estimulada pelo crescimento do consumo em Florianópolis, em face do aumento da população, ainda que êste aumento esteja muito longe de se equiparar ao fenômeno do crescimento demográfico em outras capitais litorâneas brasileiras.

A pesca mais importante na lagoa é a da tainha; secundando-a vem a do camarão, do siri, etc. O pescado é logo vendido a intermediários locais, detentores de meios de transporte rodoviário, que o destinam a Florianópolis. As embarcações mais utilizadas são diversos tipos de canoas, e em menor escala as baleeiras com motores. No núcleo situado na barra da lagoa, os pescadores penetram no mar e o uso de baleeiras motorizadas se faz mais necessário. (Figs. 34 e 35)

4) *Inglêses* — *Ponta das Canas* — *Santinho*: As características desses núcleos são muito similares, quer pela organização da estrutura da atividade, quer pelas feições morfológicas do ambiente geográfico, quer pela predominância de processos de pesca e de tipos de pescado.

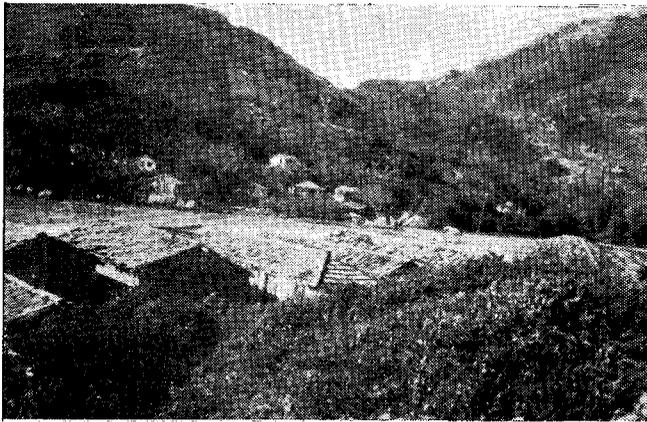


Fig. 34 — Em primeiro plano vê-se um tipo de formação arbustiva assentada sobre dunas fixas, em cujo sopé desfilam casas de pescadores locais. No lado oposto da entrada da lagoa da Conceição, vêem-se outras habitações na encosta de terrenos cristalinos. A estreita barra da lagoa, devido à sedimentação eólio-marinha, necessita, de vez em quando, de obras de dragagem.

Nesses três ambientes de pesca, as praias são extensas, possibilitando o processo de “arrastão”. A tainha e a enchova são aí abundantes, sendo pouco expressivo outro tipo de pescado. As embarcações empregadas mais comuns são canoas e baleeiras, não se notando grande número das que têm motores.

As dificuldades de acesso, devido à distância que os separa do centro próximo de maior consumo, criam alguns problemas de escoamento e do próprio abastecimento de vitualhas aos moradores, proble-



Fig. 35 — Jirau de rêdes na barra da lagoa da Conceição — A rápida deterioração de rêdes em climas quente-úmidos e os estragos causados pelas espécies marinhas vorazes, constituem pesados encargos aos pescadores, que são forçados a renovação e consertos dos utensílios de pesca.

mas que se agravam mais, quando não se pode contar com o pescado para alimento. Igualmente, como se assinala para outros núcleos, os pescadores em sua maioria dedicam-se às costumeiras atividades agrícolas e muitos se deslocam para o Rio Grande do Sul na época da grande pesca da tainha e do camarão. (Figs. 36, 37, 38, 39 e 40)

f) *Barra e Praia de Camboriú*: Junto à foz do rio Camboriú e ao longo da praia do mesmo nome, encontraremos os focos principais da atividade pesqueira do município. A praia de Camboriú, entretanto, é mais conhecida pela importância turística, para ela afluindo consi-



Figs. 36, 37, 38, 39 e 40 — *Praia dos Inglêses* (Ilha de Santa Catarina) A seqüência de fotos revela o "arrasto" de um "magote" (pequeno cardume de tainha) que foi imediatamente vendido aos intermediários que, com seus veículos transportadores mantêm-se nas proximidades, à espera de um lanço. A venda do pescado é feita após a costumeira distribuição das cotas entre o proprietário da rede e das embarcações, entre os "camaradas" e os "ajudantes". A afluência dos moradores da redondeza é uma constante na pesca da tainha.

derável número de pessoas oriundas principalmente do centro urbano de Itajaí e Blumenau. Junto à foz é que, realmente, se acha um núcleo de pescadores que desenvolvem mais intensamente a atividade, além de se dedicarem a outros misteres (como os agrícolas).

Nesse núcleo, as embarcações são simples, constando de botes e canoas, muitas das quais motorizadas. Duas salgas pequenas também são encontradas, além do uso individual do salgamento de peixe, inclusive o da tainha que atualmente é raridade, devido ao imediato aproveitamento do produto ainda fresco. Como nota particular, salienta-se a pesca de ostras. Ademais, ainda se notam peixes menos rendosos como o "xarelete" (no verão), e principalmente a sororoca. A pesca da corvina e do camarão também tem importância econômica secundária. O processo adotado para a pesca do camarão é o mesmo comumente utilizado pelos pescadores do município da Penha (recentemente desmembrado do de Itajaí), de Araquari, e de São Francisco do Sul. Trata-se do processo denominado "plancha", que consiste no arrasto de uma rede especial, na pôpa de canoa ou baleeira.

Na praia, a pesca é menos expressiva, e, embora a tainha seja aí abundante está muito longe de se equiparar à quantidade pescada em núcleos outros do litoral central. As redes que se utilizam são pequenas, e as embarcações não passam de canoas, botes e bate-lões, inexistindo a baleeira que, sem dúvida, é indicativa de maior volume do potencial do pescado. O total de redes para tainha, entre os pescadores da praia é apenas de meia dúzia e duas redes de "cêrco" tipo japônês, pertencentes estas últimas a um só proprietário. Figs. 41 e 42)

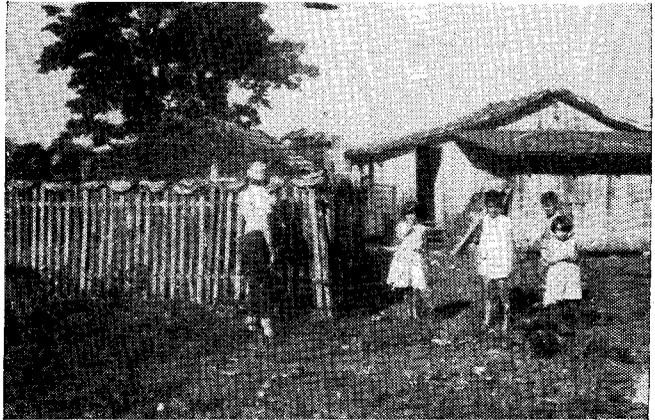


Fig. 41 — Quando o pescado se torna superior à capacidade de consumo imediato, os pescadores procuram meios rudes de conservar o excedente. A foto registra uma fase da operação de secamento da tainha, após ter sido salgada. Em épocas passadas, a tainha, salgada e seca, era mais consumida. Atualmente só em casos esporádicos é que se verifica tal fato, devido ao aumento da procura do pescado fresco e, em certos casos, devido à pouca abundância da pesca. Ao lado, filhos de pescadores de Camboriú, que moram no tipo de casa de madeira que se vê em segundo plano, compõem os aspectos da foto.

g) *Município de Penha: As Indústrias de Conserva:*

1) *Cia. de Pesca Kauser:* É a principal na produção de conserva de camarão. A matéria-prima é proveniente de vários núcleos, desde Barra do Sul até Ganchos, sendo que o produto lhe chega salgado. Outra parcela provém do próprio município, recebendo-a com casca. A empresa financia aos pescadores locais a compra de equipamento (rede e embarcações).

A ampliação da empresa prossegue, já possuindo ela frigoríficos e congeladores, e iniciam experiências de conserva de peixes (tainha e sardinha). Os operários são mais numerosos que os de indústrias similares; mas sujeitam-se às mesmas condições do irregular ritmo da atividade da empresa que se reflete na instabilidade da mão-de-obra.

2) *Cia Hemmer*: Funciona há cinco anos, operando em conservas de peixe e camarão. Anteriormente se dedicava à conserva de legumes. Dos peixes, o que mais lhe é compensador é a sardinha, sendo os



Fig. 42 — Pescadores em Camboriú contemplam um "magote" de tainha. O pequeno número que contém, presentido pela acurada experiência dos pescadores, aconselha-os a não utilizarem rédes especiais que se sujeitam a estragos por vezes dispendiosos. A tarraja nesse caso é mais empregada.

demais, como a tainha, acarretadores de ônus que pouco lucro possibilita à empresa. Os fornecedores das matérias-primas principais são quase todos locais, destacando-se entretanto os do núcleo de Barra do Sul e Araguari.

A empresa enfrenta seu problema principal que é a irregularidade do fornecimento do pesca-

do. Isto a impede de, com segurança, inverter capitais para ampliar as instalações. Por outro lado após as grandes pescarias nos meses de inverno, se vê forçada a dispensar a maioria dos operários. Dos quarenta obreiros, lhe são necessários apenas 6 no período da "entresafra".

Em atitude semelhante à Cia. Kauser, a Cia. Hemmer também auxilia os pescadores, financiando-lhes as despesas para compra do material de pesca.

Outro problema, que por sinal é comum às duas, reside na impossibilidade do aproveitamento de resíduos do camarão. As cabeças de camarão e também de peixes são queimadas, desperdiçando-se o recurso que disso resultaria para a fabricação de adubos. Os restos não podem ser jogados ao mar, o que redundaria em fornecimento de guloseimas aos animais marinhos, devido ao retôrno que sofrem pelo efeito das ondas que os atiram nas praias, em estado de plena putrefação. Quanto à energia elétrica, o problema é superado, a despeito do fornecimento incerto. A empresa recorre a dinamos, sendo a caldeira acionada por combustível líquido — óleo diesel.

h) *Itajuba* (Município de Araquari): Itajuba é um recanto de veraneio que atende em primeiro plano aos habitantes do centro urbano industrial de Joinville. Algumas famílias de pescadores se dispersam

nas áreas planas que dominam a topografia costeira, dedicando-se também às atividades agrícolas. A extração do pescado não é de grande significado, embora encontre na mais dinâmica cidade industrial do estado um considerável mercado a ser explorado mais acentuadamente.

A pesca principal ainda é a da tainha (no inverno) para a qual o processo de apanha é o mesmo — o de *arrastão*. Aqui as rêdes são menores, de 150 braças, e em número diminuto (quatro). As *companhias* se organizam à base de seus membros, incluindo o “vigia”. A pesca do camarão também é aí verificada, utilizando-se o utensílio denominado “puçá”. O produto é destinado às indústrias sediadas em Penha.

De importância alimentar ressalta-se também a pesca do caçãõ, obtido com rêde especial, e mais, entre outras, a da corvina.

i) *Barra do Sul* (Município de Araquari): É um dos mais interessantes agrupamentos de pescadores. As habitações se espalham sôbre áreas arenosas e baixas, em pronunciado desordenado na disposição espacial. Algumas são de madeira, em geral sem pintura, cobertas de palha, e outras cobertas de telhas. As cêrcas são raras, demarcando-se a propriedade por moirões indicativos. Vez por outra uma habitação é cercada por fileiras verticais de taquara.

A área circundante é muito complexa sob o ponto de vista da vegetação. Matas latifoliadas são entremeadas por espécies de tendências xerofílicas. Em trechos devastados, vêem-se campos com esporádicas cabeças de gado rústico e, aqui e acolá, uma “roça” em quase abandono; tal é a pobreza técnica que sugerem. Muitos pescadores das redondezas são os proprietários, empenhando-se secundariamente nessa lavoura promíscua.

Na localidade de Barra do Sul verifica-se grande agitação quando ocorre a época da pesca do camarão, a mais importante em todo o município de São Francisco do Sul. Como acontece nos núcleos dos Ganchos, quase tôda a população intervém na atividade, já que nas numerosas salgas (nove), há superamento do estoque de pescado durante os meses de inverno. O camarão é pescado durante o ano inteiro, praticamente, mas a grande época se situa entre os meses de março a julho. As salgas são pequenos estabelecimentos que empregam mulheres e crianças, cujo pagamento é feito à base da cascada. Nota-se competição entre as descascadeiras sendo que as mais rápidas gozam de elevado prestígio no “meio social”.

Quando a quantidade pescada é muito volumosa, parte dela é distribuída entre moradores locais que a descascam em suas próprias residências. As salgas mantêm descascadeiras flutuantes, em função das exigências do montante do pescado; mas há uma espécie de compromisso entre elas. Do mesmo modo, os pescadores fornecem o produto apenas a determinadas salgas, a preço fixo. No ano de 1960, no mês de julho, os salgadores pagavam ao pescador 6 cruzeiros o quilo do camarão; mas é forçado a comprar tôda a quantidade pescada. Essa

forma de compromisso concorre para o desperdício de grandes quantidades de camarão. Numa salga que investigamos, havia um abandono semanal, no mês de julho, de cerca de 800 quilos de camarão que seriam atirados ao mar, já deteriorados. O irrisório preço pago ao pescador pelo proprietário da salga, força-o a obter grande quantidade para ter lucros maiores. O resultado é a verificação desse fenômeno contrastante — a abundância associada à miséria.

Embora as salgas possam explorar a pesca sob a forma cooperativista, preferem se manter isoladas, o que deriva também da preservação do rudimentarismo técnico que apresentam. A possibilidade de adquirir

caminhão frigorífico, por exemplo, poderia solucionar o problema da superprodução. Por vezes, uma salga carece de produto enquanto outra o estraga.

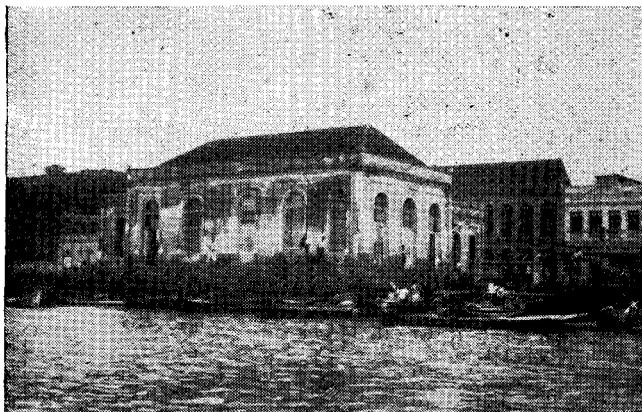


Fig. 43 — Aspecto de um trecho acostável da cidade portuária de São Francisco do Sul. Trata-se do local onde as embarcações de pescadores trazem o produto para o comércio local. São Francisco do Sul assemelha-se a Laguna, pela característica dos habitantes, pela função portuária, e em nosso caso pela marcante pesca do camarão que aí se verifica, possibilitando-lhe numerosas salgas e uma indústria de conserva.

Semelhante ao que narramos sobre as indústrias de conserva da Penha, em Barra do Sul não se verifica aproveitamento dos resíduos do pescado; uma firma de Curitiba tentou

aproveitá-los para a fabricação de adubos, mas desistiu em seguida, julgando a iniciativa antieconômica. (Fig. 43)

j) *Indústria Wildner* (Glória — município de São Francisco do Sul): Essa indústria de conserva de camarão e de palmito é filial da matriz instalada em Biguaçu. Localiza-se no povoado da Glória, no lado oposto da cidade de São Francisco (isto é, em pleno continente). Essa localização já constitui um sério problema, pois o escoamento da produção se faz buscando atingir o centro urbano; assim sendo é necessária a travessia do canal que, quando a maré baixa, tem impedida a acostagem de embarcações na praia de fundo lodoso, onde próximamente se instala a indústria. Além disso a irregularidade do fornecimento torna-se muito grave, dificultando as transações comerciais com centros consumidores. A energia elétrica também é deficiente; ainda em certas épocas há carência de mão-de-obra (descascadeiras), para atender às necessidades de se imprimir rapidez à operação. A fábrica somente trabalha com camarão fresco, com casca, não podendo contar com o camarão salgado que comumente fornecem as pequenas salgas; isto porque o tipo em salmoura (especialidade da fábrica)

requer o produto ainda com casca. A firma possui apenas 6 operários efetivos e no período da grande safra o movimento exige mais de 20 descascadeiras.

Prestando-nos um esclarecimento, seu proprietário assim nos falou: "A situação torna-se difícil por falta de produção continuada, de eletricidade e de transporte mais eficiente. A instalação atual da firma está orçada em 3 milhões, e se fôsse possível a instalaria no outro lado da baía, para o que teria de despende não menos que 5 milhões de cruzeiros, para a construção de patrimônio similar ao existente. Entretanto, a venda do camarão fresco, diretamente, é talvez mais lucrativa; dependeria, praticamente, do fornecimento, transporte e mercado comprador. A indústria depende disso tudo, e, está sujeita a leis, a fixação de preços, além de sermos forçados a comprar material necessário ao enlatamento e encaixotamento. Há grande número de compradores de camarão fresco que operam na baía, clandestinamente, isentos de fiscalização, e o levam para vários centros, principalmente para Joinville (por caminhão), donde segue, em geral, para o Rio de Janeiro. Por via marítima o escoamento é muito demorado e irregular, gerando sério problema para assegurarmos compradores, apesar do frete ser muito mais barato".

Quanto às relações que a firma mantém com os pescadores, estas se limitam aos acordos para a compra do produto. Não os financia, como acontece com outras firmas congêneres.

Referindo-se ao problema do escasseamento do pescado na zona de São Francisco, disse-nos o seguinte: "Há cinco anos, em março, comprávamos 800 quilos de camarão diariamente. Hoje, no mesmo mês compramos apenas 400. Os métodos de pesca são precários e além do mais são danosos. Em uma semana eliminam-se mais de 300 quilos de camarão em estágio inicial de desenvolvimento, que não nos é possível aproveitar. Daí, é natural que haja tendência à diminuição, caso providências não sejam tomadas".

Sobre o fornecimento de matérias-primas secundárias (lataria, óleo diesel, etc.) não existe grande dificuldade. Os obstáculos principais em nada diferem dos das demais indústrias que examinamos.

* * *

Após as anotações efetuadas nesse capítulo, resta-nos selecionar alguns aspectos que julgamos de maior importância para a compreensão do conjunto do fato. Assim, resumiremos:

As indústrias de conserva, em número relativamente elevado, apresentam produção incipiente, constituindo, a rigor, reflexo do rudimentarismo que se nota em relação aos processos de pesca e às condições econômicas de vida dos tipos humanos participantes. Encontram-se dispersas ao longo do litoral, estabelecendo concorrência entre si, e indecisão entre os fornecedores de pescado fresco.

Apesar da possibilidade que apresentam para se tornarem mais econômicas, com produção de maior vulto, encontram-se estranguladas por numerosos problemas. A irregular oferta da matéria-prima torna-se exaltada pela incapacidade das indústrias no tocante à conservação de excedentes, pois as instalações carecem de frigorífico que sejam eficientes. A técnica industrial, acentuatadamente precária, encontra problemas que mais agravam o rendimento econômico. Algumas sofrem da insuficiência de energia elétrica; outras são dificultadas pelo problema do transporte, tanto no que respeita ao contacto com pescadores quanto ao que se relaciona aos contactos com centros de consumo.

As indústrias, para os pescadores, constituem clientela não muito segura, devido à impossibilidade de, por vêzes, aproveitar o total volume pescado; mas garantem aos seus familiares modesto recurso econômico, devido ao emprêgo de numerosa mão-de-obra nas épocas de maior atividade. Quanto ao drama do capital, êste é denominador comum.

As relações entre extração de pescado e aproveitamento industrial caracterizam-se pela atitudes de emergência, permanecendo sem contrôle o fato da extração.

Embora a adoção de fórmulas cooperativistas indiquem melhor organização da produção, nota-se completo isolacionismo entre as indústrias.

Entretanto, os problemas mais graves acometem as populações pesqueiras, culturalmente atrasadas, sem meios educacionais para a percepção de soluções voltadas ao fomento cooperativista, e sem capitais para melhorarem seu equipamento.

O pescador, tomando-se rigorosa comparação, é o caboclo das praias, inscrito num sistema frágil de organização capitalista. A atividade pesqueira é, para êle, uma forma de economia que muito se assemelha à de subsistência do caboclo de zonas rurais divorciadas da dinâmica sociedade capitalista. Alguns dependem estreitamente do mercado industrial, e outros dependem do comércio difuso, local, ou de centros afastados que facilitam a intervenção de intermediários possuidores de meios de transporte rodoviário.

Em alguns núcleos, a pesca, ainda que sumamente necessária para o pescador, é apenas fonte de alimentação, não se obtendo da mesma qualquer poupança que seria derivada do intercâmbio comercial.

VI — A PRODUÇÃO PESQUEIRA

Os dados recolhidos pelas agências de estatística do IBGE, são provisórios, carecendo ainda de confirmação. O contacto direto com informantes nos permite reproduzi-los, pois não encontramos erros que pudessem alterar seu conteúdo essencial. É bem verdade que não nos preocupamos em fazer sondagens objetivando aclarar prováveis falhas dos informes estatísticos senão em alguns municípios cujos núcleos, todos, foram por nós vistoriados.

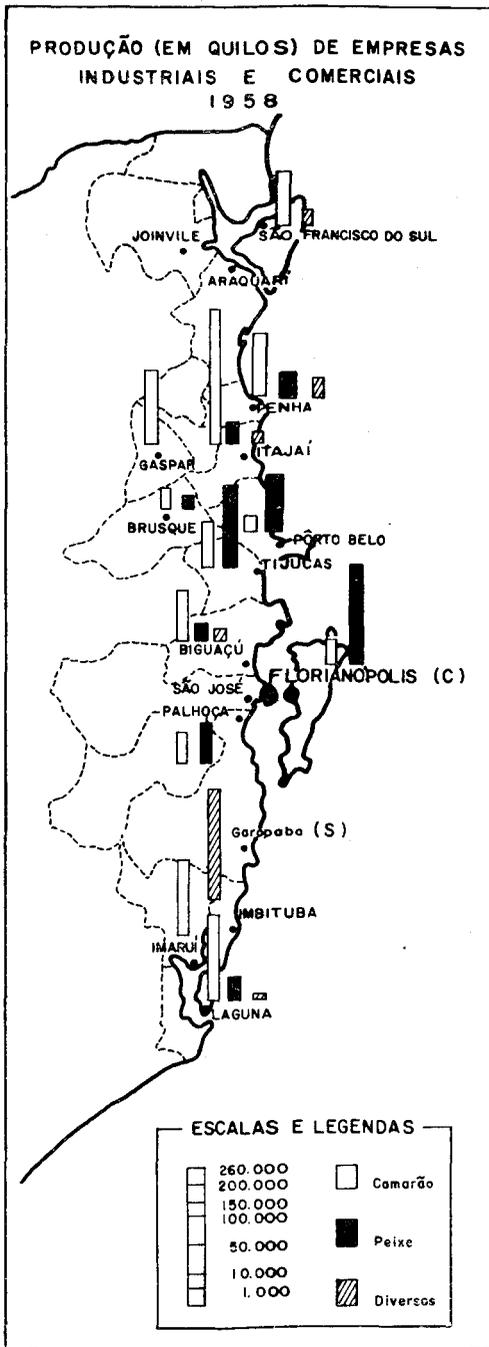


Fig. 44

Quanto aos dados que nos possibilitaram ilustrações gráficas, sobre produção pelas empresas de transformação e de comércio por município (Fig. 44), produção exportada (Fig. 45) e o quadro referente às matérias-primas recebidas pelos estabelecimentos industriais (n.º 6), nos foram enviados pela DIPOA, da Inspeção Regional de Curitiba, e são oficiais.

As ressalvas consideram os quadros de números: 3, 4 e 5.

A imprecisão dos dados deriva da dificuldade de se apurar o montante de pescado consumido no local correspondente àquele que é comprado nas praias ou que é consumido pelo próprio pescador. Por isso a produção bruta do pescado em Florianópolis nos parece irrisória. Isto se deve ao fato de que parcela considerável de pescado, mormente quando se refere à pesca da tainha, da anchova, do cação, da tainhota, etc., não entra nos cálculos estatísticos que se fundamentam na realidade revelada pelos inquéritos que focalizam as empresas revendedoras e também as industriais. Vê-se também que os municípios que apresentam maior volume total correspondem àqueles onde se verifica mais enfaticamente a pesca de camarão, cujo controle estatístico

torna-se fácil porquanto o produto, em sua dominante totalidade, se destina às indústrias em geral próximas aos locais de pesca.

A despeito das ressalvas, o quadro revela a importância da atividade nos municípios do estado, pois, o fato de que as indústrias e salgas absorvem produção bruta de vários núcleos de municípios diferentes não indica que o município onde se estabelece não apresente atividade

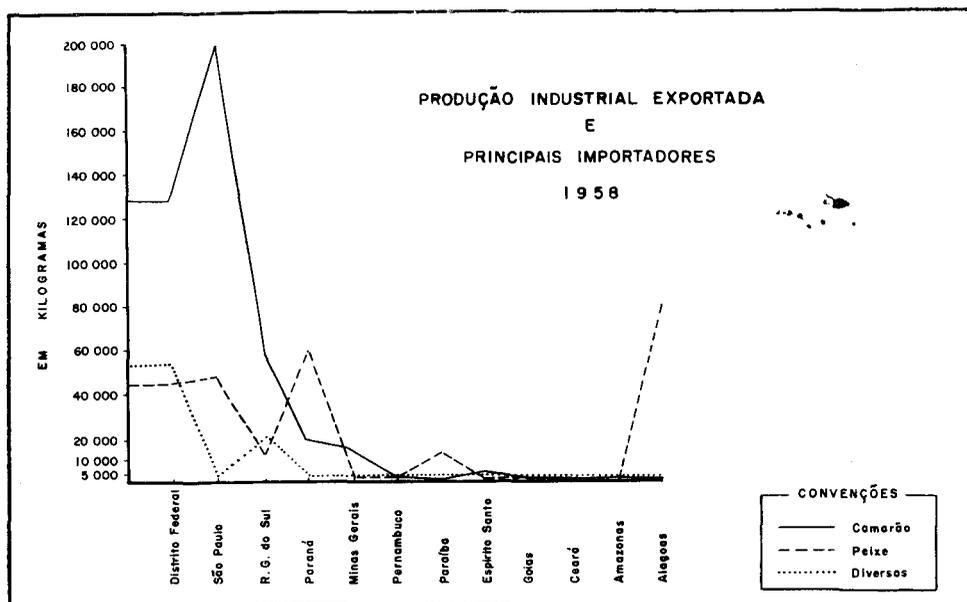


Fig. 45

pesqueira de extração. Em todos os casos examinados, as indústrias se localizam em centros que realmente são importantes na extração do pescado. Assim sendo, para alguns casos, como Florianópolis e Biguaçu, a produção nos parece pequena, não correspondendo à realidade, e Laguna, Imaruí e Penha aparecem mais destacadamente. Em parte isto se deve ao afluxo da produção bruta para êsses municípios e todavia não deixam de ser também grandes produtores de pescado bruto. Como são centros de industrialização do pescado, para êles afluem parcelas que deveriam ser computadas em outros municípios.

QUADRO N.º 3

Produção bruta do pescado por município

MUNICÍPIOS	1957 (Kg)	1958 (Kg)	1959 (Kg)
Araquari.....	755 000	725 000	780 000
Araranguá.....	134 559	144 700	112 500
Biguaçu.....	476 500	452 900	393 000
Camboriú.....	167 500	180 950	158 600
Florianópolis.....	1 223 400	1 185 900	1 354 500
Imaruí.....	1 682 250	1 914 240	2 283 200
Itajaí.....	1 991 000	2 142 600	244 500
Imbituba.....	—	—	356 800
Jaguaruna.....	64 700	44 000	46 000
Laguna.....	1 009 000	1 009 000	839 800
Palhoça.....	883 660	964 000	899 200
Pôrto Belo.....	154 500	224 300	217 000
Penha.....	—	—	2 238 000
São Francisco do Sul.....	—	321 000	323 000
São José.....	681 000	665 000	625 000
Sombrio.....	214 000	226 000	210 800
Tijucas.....	20 450	19 150	17 800
TOTAL.....	9 457 510	10 277 740	11 099 700

QUADRO N.º 4

Produção de camarão por município

MUNICÍPIO	1957 (Kg)	1958 (Kg)	1959 (Kg)
Araquari.....	105 000	103 000	170 000
Araranguá.....			
Biguaçu.....	345 000	280 000	275 000
Camboriú.....	30 000	36 500	44 000
Florianópolis.....	47 000	52 400	57 500
Imaruí.....	1 101 750	1 857 000	865 300
Itajaí.....	1 645 000	1 800 000	25 000
Imbituba.....			3 400
Jaguaruna.....			
Laguna.....	115 000	157 000	245 000
Palhoça.....	19 300	22 000	25 700
Pôrto Belo.....	34 500	41 000	47 000
Penha.....			2 100 000
São Francisco do Sul.....		56 000	95 000
São José.....	60 000	50 000	15 000
Sombrio.....			
Tijucas.....			
TOTAIS.....	3 502 550	4 454 900	3 998 500

QUADRO N.º 5

Produção de sardinha por município

MUNICÍPIO	1957 (Kg)	1958 (Kg)	1959 (Kg)
Itajaí.....	110 000	100 000	84 000
Camboriú.....	45 500	44 000	20 000
São José.....	500 000	500 000	500 000
Imaruí.....	1 950 (sav.)	1 650 (sav.)	1 900 (sav.)
Laguna.....	60 000		
Araranguá.....		6 000	5 000 (sav.)
Imbituba.....			50 000
Pôrto Belo.....			800 000
TOTAIS.....	717 450	651 650	1 460 000

QUADRO N.º 6

Matéria-prima recebida — 1958

ESTABELECIMENTO	PEIXE		Mexilhão	Lagostas	Ostras	Camarão	CAMARÃO SALGADO	
	Salgado	Fresco					Com casca	Sem casca
Raul M. Pereira.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedone Com. Ind. Ltda.....	1 314	1 380	—	—	—	—	22 044	164 871
Indústria de Pesca Krause.....	—	1 400	—	—	—	334 544	—	19 581
Ernesto Nauck & Cia.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Wildner Ind. Conserv. Ltda.....	—	—	—	—	—	—	—	—
V. de Santana.....	—	—	—	—	—	4 945	—	800
Cia. Hemmer Ind. Com.....	—	295	5 139	81	—	52 118	88 042	27 303
Indústria Brasileira de Peixe Ltda.....	—	—	—	—	—	10 677	—	—
Marcos Gorresen L. I. F. 2 091.....	—	—	16 020	—	—	31 557	—	3 041
Marcos Gorresen L.I.F. 2 062.....	—	—	—	—	—	193 433	—	—
Industrial Rosa Ltda.....	—	—	—	—	—	10 298	—	—
Duarte Carlin Ltda.....	—	—	—	—	—	—	1 935	13 702
João Cristiano.....	—	—	—	—	—	—	5 688	21 107
Luis Remer.....	—	—	—	—	—	—	7 630	315
Luis Wildner Filho.....	—	—	—	—	2 765	42 430	—	—
Chinen & Cia.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Lauro Gabriel Sobrinho.....	—	9 450	—	—	—	—	5 390	—
Ind. Cat. Prod. Alimentícios.....	—	—	—	—	—	139 647	—	—
Domingos A. Costa.....	—	—	—	—	—	—	2 478	—
Marpesca Ltda.....	—	—	—	—	—	90 195	—	15 597
Gomes, Aragão & Cia. Ltda.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Sucessores G. Kormann.....	—	410	—	—	—	1 014	434	110
Polli Medeiros & Cia.....	—	158 725	—	—	—	700	—	—
Indústria de Pesca Imaruã.....	—	—	—	—	—	337	—	—
TOTAL.....	1 314	171 660	21 159	81	2 765	922 572	128 251	271 727

Nos quadros n.º 4 e n.º 5 se poderão fazer restrições similares às efetuadas com relação ao quadro n.º 3. Chamamos a atenção para o quadro n.º 6, que focaliza a quantidade de tipo de matérias-primas recebidas pelos estabelecimentos que as industrializam ou simplesmente as revendem.

Nota-se que alguns estabelecimentos cessaram suas atividades, o que é sintoma da existência de problemas que não puderam superar. Como havíamos já feito subentender em capítulos atrás, a industrialização do pescado não constitui investimento seguro, devido à deficiente organização da produção da matéria-prima, cuja irregularidade e mesmo escassez, criam dificuldades várias para o desenvolvimento técnico-produtivo das indústrias. E, tudo isso ocorre enquanto as possibilidades condicionadas pelo potencial dos recursos do mar são, na opinião de alguns técnicos, perfeitamente favoráveis. (Fig. 44)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL EXPORTADA

O exame das figs. 44 e 45, nos permite evidenciar primeiramente a distribuição das indústrias e respectivo montante de produção de peixe, camarão e “diversos”. Esta divisão deve-se à dominante produção industrial de camarão, e do inexpressivo aproveitamento de espécies enquadradas como “peixe”, e daí resumimos todos os tipos de peixe industrializado numa só categoria. Entre os “diversos” se incluem demais moluscos e crustáceos, e também óleo de baleia.

Ainda com referência ao mapa que focaliza o montante da transformação do pescado em utilidades industriais e a quantidade de maté-

ria-prima, apenas congelada e revendida por algumas emprêsas possuidoras de frigoríficos, é preciso salientar que o símbolo "c", colocado entre parêntesis indica as emprêsas que se restringem ao segundo caso. A letra "s", também entre parêntesis indica que o estabelecimento apenas salga a matéria-prima recebida, e, os demais estabelecimentos aproveitam o pescado de vários modos, enlatando-o, com azeite e salmoura, salgando-o, congelando-o, prensando-o, cozendo-o, etc.

A fig. 45 revela a dependência de mercados consumidores constituídos por outras unidades da Federação. A quantidade exportada, em confrontos com a produção industrial total, ilustra mais claramente essa dependência. É exatamente no crescimento da demanda por outros estados que poderemos sentir um fator positivo para a expansão da pesca de modo geral.

CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONCLUSÕES

TENDÊNCIA DA ECONOMIA PESQUEIRA

O estudo que empreendemos representa uma contribuição ao esclarecimento do complexo fato da pesca litorânea em Santa Catarina. As apreciações que fizemos foram limitadas pela preocupação de nos conduzirmos por critérios geográficos de análise. Cremos que, pelo menos, abrimos horizontes para indagações mais penetrantes sôbre tão importante atividade, dentre os setores da economia de extração animal do estado.

Concluindo a tarefa, resta-nos, fazer, além de conclusões sôbre os aspectos essenciais para a compreensão do fato, algumas ponderações sôbre as suas tendências.

Vejamos, pois, em primeiro lugar, breve resumo:

Em conjunto, as condições da morfologia litorânea, influentes na questão da habitabilidade de espécies marinhas de valor econômico (e nesta função salientam-se as numerosas enseadas de águas tranqüilas e os ambientes intralagunares) apresentam-se como favoráveis ao estabelecimento de núcleos de pescadores. A dispersão dêles ao longo do litoral retrata o fator apontado. É evidente que êsses fatores que se interagem, não são suficientes para condicionar a atividade. Temos que salientar também a influência das condições da dinâmica marinha, expressa pela existência de correntes frias que permitem o deslocamento de espécies, em abundância, e de valor econômico, para as águas costeiras mais quentes. Êsse fenômeno é sobretudo verificado nos meses de inverno que, a despeito das influências desfavoráveis dos fortes ventos do quadrante sul, que perturbam a continuidade da faina pesqueira, coincide com a época de maior intensidade da pesca.

Êstes ventos, e em plano secundário os do quadrante norte (meses de verão, principalmente), dificultam a atividade da pesca, mas seus efeitos tornam-se exaltados em vista das precárias embarcações utili-

zadas pelos pescadores. Além disso é possível encontrarmos relações entre êles e os fluxos de águas constantes, por êles influenciados e as migrações dos peixes, de modo que, se os cunharmos como fatores desfavoráveis estaremos precipitando-nos e possivelmente cometendo graves erros.

Outro fator favorável reside na extensão da plataforma continental das latitudes abrangidas pelos limites do estado de Santa Catarina. Ainda que o grau de piscosidade das áreas marinhas sôbre a plataforma continental seja uma incógnita, algumas sondagens preliminares tendem a assegurar grandes possibilidades para a exploração pesqueira. Na fig. 46, tirada do Relatório Ripley há indicações de algumas espécies de valor comercial que sugerem tentativas mais eficientes para se dinamizar a pesca ao largo.

Ademais, o cenário geográfico costeiro condiciona de modo indireto a atividade da pesca. As enseadas que quebram a forma enérgica da frente cristalina do relêvo atlântico favorecem a fixação de núcleos habitacionais; é verdade que muitos dêles são tipicamente de pescadores, onde as planícies quaternárias e encostas suavizadas possibilitam atividades agropecuárias que, em relação aos núcleos de expressão pesqueira, ora se tornam secundárias, ora chegam a preponderar sôbre a pesca, no que toca à capacidade de prover meios de sustentação e poupança.

Històricamente, a pesca no litoral catarinense remonta a épocas pré-cabralinas. Vestígios fartos são encontrados, como por exemplo, grande número de "sambaquis", principalmente no litoral de Laguna. No período colonial desenvolveu-se a pesca da baleia que mais tarde se interrompe sùbitamente. Ainda hoje se encontram algumas fábricas de óleo, mas a produção é insignificante, muito longe de se equiparar com o vulto da pesca da baleia no passado. De importância para a pesca de subsistência e comercial foi o advento de levas de colonos para diversos vales ilúviais da região litorânea, principalmente os imigrantes açorianos. Trouxeram conhecimentos da técnica de pesca que se desenvolveu paralelamente à utilização dos solos agrícolas das áreas onde se instalaram. As marcas da colonização açoriana são sentidas não só pelas heranças de cultura material, mas nos traços psicossomáticos de grande parte do efetivo humano de pescadores. A técnica empregada pelos açorianos, que assimilaram, em parte, a de indígenas litorâneos, é estruturalmente preservada. A mais notável alteração, a partir daí, pode ser assinalada pelo fenômeno da motorização das embarcações, o que permite não só maior rapidez na atividade da extração e mais fácil contacto entre os núcleos e com outros centros comerciais, como também facilita a ampliação das áreas de exploração.

Quanto ao aproveitamento do pescado, as formas são precárias. As salgas, mesmo as que arrecadam considerável parcela do pescado de vários núcleos, são equipadas, em geral, com mínimas condições higiênicas. As indústrias de conserva também carecem de padrões de

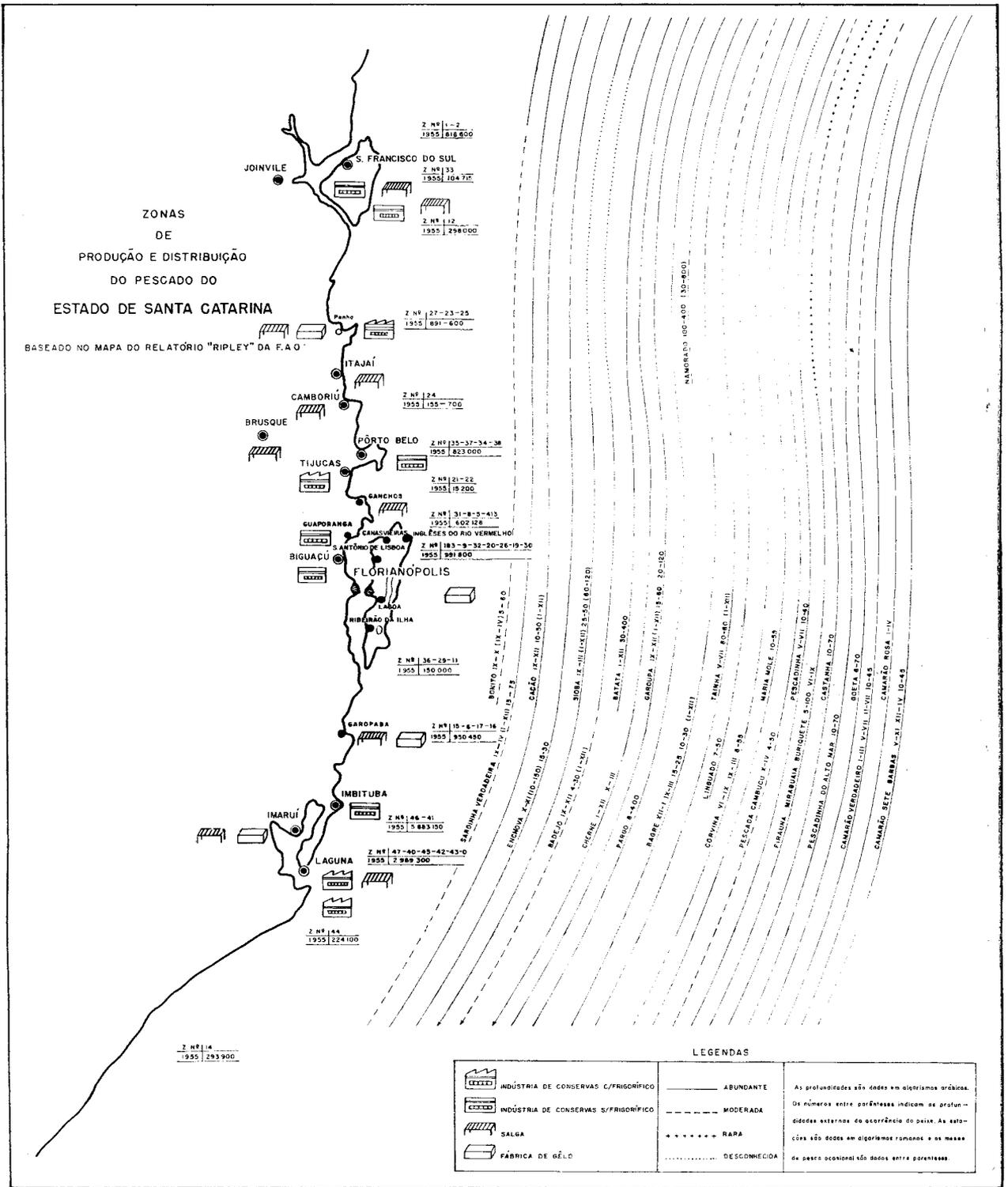


Fig. 46 — Mapa organizado por técnicos da FAO. Houve pequenas modificações, na parte que ilustra a distribuição e tipos de estabelecimentos que conservam ou industrializam o pescado. As observações que estão incluídas são suficientes para o esclarecer, de modo que legendas interpretativas se tornam desnecessárias. É preciso advertir que, primeiramente, os resultados obtidos são ainda provisórios, pois se devem a pesquisas preliminares. Em seguida, observa-se que as espécies marinhas são mencionadas numa categoria de "abundante", "pouco abundante", etc., e as flechas procuram indicar a direção de seus deslocamentos, bem como a profundidade. Devido à impossibilidade gráfica parece, de início, que as linhas que simbolizam espécies marinhas indicam o afastamento das mesmas em relação à linha da costa, o que não é verdadeiro. Embora a mensuração seja insuficiente para tecermos considerações com segurança, torna-se evidente o fato de que muitas espécies de valor econômico e de fácil industrialização, como os peixes, "abrótea" e "merluza", se constituem como fatores favoráveis ao incremento da pesca ao largo.

Cart. W. Mira

higiene e de técnica. Todas elas, como as salgas de camarão, apresentam produção irregular que se reflete imediatamente na flutuação da mão-de-obra utilizada. Encontram-se dispersas pelo litoral, junto a locais onde a pesca se realiza. Dependem estreitamente dessa vinculação com centros fornecedores de matérias-primas, e isto nos leva à afirmação de que a precariedade dos meios de transporte e de conservação do pescado é problema bastante grave. As indústrias encontram-se, por outro lado, na dependência de mercados de consumo mais afastados. O crescimento da demanda por êstes se traduz por um incentivo à industrialização.

As emprêsas industriais são, além disso, carentes de capitais. Não há grupos econômicos fortes ou indivíduos detentores de capitais elevados que presidem a atividade pesqueira. Os intermediários, embora em grande número, que se encarregam da compra do pescado extraído pelos pescadores, para o revenderem, são formados por proprietários de equipamentos de pesca, na maioria dos casos. A tendência é francamente clara quanto ao aumento de intermediários na economia pesqueira que, mesmo lentamente, apresenta crescimento de produção.

Os pescadores identificam-se por diferentes tipos humanos segundo a função que ocupam na atividade. Compreendem desde o "proprietário de equipamento" até o simples "ajudante".

A obtenção de equipamento de pesca torna-se um óbice cada vez mais sério, devido ao custo elevado das rêdes e das embarcações, facilmente estragadas em ambientes quentes e úmidos. A posse ou não de equipamento pesqueiro distingue também os tipos humanos na estruturação da atividade econômica. A dificuldade de obtenção de equipamento acentua o problema de excedentes de mão-de-obra pesqueira, aumentando o número de indivíduos desempregados.

Êste fato e a produtividade baixa em relação ao conjunto da economia pesqueira, além de outros fatores, geram problemas para a sobrevivência econômica de muitos indivíduos que procuram trabalho nas praias rio-grandenses. O êxodo de pescadores catarinenses para o Rio Grande do Sul, segundo indicaram nossas indagações, vem apresentando maior intensidade nos anos recentes.

Em quase todos os núcleos de pesca a lavoura tem importância. Em alguns casos torna-se difícil o estabelecimento da fronteira dos gêneros de vida dominantes. Em todos, entretanto, nota-se uma constante: o rudimentarismo técnico empregado na lavoura e na pesca, e, em resultado disso, pronunciado pauperismo econômico de seus habitantes.

Quanto às espécies de valor econômico, nota-se grande variedade de peixes, crustáceos e moluscos. O peixe mais condicionador da técnica pesqueira é a tainha, cuja abundância nos meses de inverno é realmente impressionante. A enchova lhe segue quanto ao valor comercial e quantidade pescada. A espécie de maior aproveitamento industrial entretanto é o camarão. A mais fácil industrialização, a abundância com que é

encontrado em numerosos núcleos e o pequeno ônus que acarreta seu equipamento de pesca, respondem pela presença de várias indústrias de conserva localizadas próximas às fontes de extração. O cação também merece realce devido à característica de ser pesca permanente e também por se prestar a fácil conservação. As multiplicadas salgas exclusivamente para o cação, que se encontram em quase todos os núcleos atestam claramente sua importância para o fornecimento alimentar às populações pesqueiras, prestando-se também a pequeno comércio.

Quanto aos utensílios de pesca, observa-se também grande variedade de rédes, salientando-se os tipos destinados à pesca da tainha, da enchova, do cação e do camarão. O processo do "arrastão" é típico de zonas de praias, em costa aberta ou em fundos de enseadas. Nas zonas onde predomina a pesca do camarão adota-se o processo de "plancha" pela utilização de uma rêde afunilada, pequena, puxada por botes ou outras embarcações. O "espinhel" é outro utensílio de importância, por ser utilizado permanentemente, e em lugares mais afastados da costa, que apresentam ilhas ou pontões alongados do continente.

Um tipo especial de "rêde de cêrco" (introduzido por um cidadão japonês) vem tendo grande aceitação, pela sua eficiência na pesca de variadas espécies marinhas. As rédes apresentam diferenças numerosas, inclusive a que se refere ao padrão de malhas. Em núcleos onde o pescado é muito escasso, as rédes de malhas miúdas, embora proibidas pela legislação da Divisão de Caça e Pesca, são empregadas mais freqüentemente. A pressão dos problemas para a subsistência econômica dos pescadores e dificuldades de diversas ordens condicionam o aspecto bastante generalizado de predatismo da atividade da pesca.

TENDÊNCIAS DA ECONOMIA PESQUEIRA

A grande dificuldade que tivemos para chegarmos a uma visão de conjunto mais equilibrado em tôrno das relações que a pesca apresenta, refere-se à insuficiência de dados estatísticos mais exatos e mais completos. Sômente cálculos, partidos de suposições nos orientam, por exemplo, sôbre a realidade do montante da produção bruta do pescado. O volume que representa o pescado comercializável e o consumo local, são valores que não podem ser objetivamente apurados. Não se torna possível, pois, avaliarmos o seu real significado econômico para a compreensão das necessidades de elevado contingente que a ela está vinculado.

Por outro lado, a própria mensuração do número de pessoas exclusivamente dependentes da atividade pesqueira, seja de pescadores ou de operários de indústrias de pescado, esbarra no problema da flutuação desse montante. Saber, por exemplo, o rendimento médio dos proventos da pesca é um desafio cruel a qualquer economista que se proponha a tal fim. Em suma, é preciso mais uma vez ressaltar que, quando nos

utilizamos de dados mensurativos, arriscamo-nos a enganos decorrentes de forma descontrolada, porque caracteriza a atividade pesqueira em seus aspectos de produção bruta, industrial, índice de consumo local subsistente e de comercialização.

Entretanto, muitos aspectos são por demais evidentes, permitindo-nos afirmações com margem mínima de erros. Assim, a primeira conclusão a que chegamos refere-se à importância que os recursos pesqueiros representam para numeroso efetivo humano do estado. Técnicos do Ministério da Agricultura, da Divisão de Caça e Pesca calculam que cerca de 50 mil familiares deles dependem direta ou indiretamente, total ou parcialmente. E, a grande totalidade dessas pessoas se encontra em precárias situações de vida, pouco lhes sobrando para satisfação de necessidades primárias.

Outras realidades dizem respeito ao baixo índice de comercialização dos produtos de pesca e à preservação de técnicas e processos que sofreram poucas alterações em tôdas as fases da atividade. Quando muito, a economia pesqueira apresentou uma expansão horizontal, expressa pelo aumento de volume do pescado obtido, concomitantemente ao crescimento numérico dos auferidores diretos e indiretos. A pesca atém-se ainda ao litoral, a despeito do surgimento de indústrias de conserva que poderiam funcionar como estímulos mais fortes, capazes de impelir o desenvolvimento da pesca ao largo, já que a demanda de produtos industrializados se acentua em outras unidades da Federação.

O desenvolvimento, ou simplesmente, o início da pesca ao largo é bastante promissor, apesar do conhecimento pouco concreto da potencialidade da fauna marinha de valor econômico em áreas mais afastadas da costa, mas, dentro dos limites da plataforma continental.

A dinamização dessas potencialidades, sem dúvida, imprimirá alterações mais profundas em tôda a extensão do fato pesqueiro. É exatamente êsse o objetivo que sustenta a elaboração de um plano-pilôto, de iniciativa federal, que pretende funcionar mediante cooperação com o estado. É bem verdade que não passa de um planejamento, cuja fase de realização apenas se esboça. Parece-nos bastante coerente, pretendendo atacar problemas numerosos que se relacionam com o fato central da pesca como: o desenvolvimento da lavoura num sentido mais racional, o desenvolvimento das condições educacionais das populações pesqueiras, a criação de atividades complementares (avicultura e fruticultura) nas áreas próximas dos núcleos, a ampliação de indústrias para absorver mão-de-obra excedente e aumentar a produção, a instalação de estaleiros para confecção de embarcações de pesca, melhoramento dos processos de frigorificação e de transportes, etc. Enfim, o horizonte da pesca ao largo é compreendido como necessário para ser explorado, a fim de sanar problemas de desequilíbrio econômico que acometem os pescadores, visando a solidificar essa fonte de renda até então precariamente aproveitada.

O problema inicial reside na avaliação aproximada dos recursos da pesca ao largo. A apuração quantitativa e qualitativa desses recursos aconselhará ou não etapa de investimentos financeiros para compra de equipamentos modernizados de pesca e para as indústrias que se poderão alentar em face da favorabilidade dos recursos. Por ora, temos apenas vaga noção sobre as condições propícias do meio geográfico marinho e da respectiva dimensão da fauna de valor econômico.

Entretanto, dentro do terreno puramente hipotético poderemos admitir que o desenvolvimento da pesca ao largo teria repercussões sobre a pesca litorânea, principalmente se este desenvolvimento for acionado por forças produtoras com centro dinâmico dentro do próprio estado de Santa Catarina, desde que estejamos implicando montante considerável de pescado, como resultado do referido desenvolvimento. Pergunta-se então: Se a pesca ao largo se tornar uma realidade, quais serão as tendências da pesca litorânea e que feições novas caracterizarão os fatos ligados aos problemas sociais e econômicos dos pescadores e dependentes indiretos da atividade?

Considerando-se que o desenvolvimento da pesca ao largo poderá apresentar resultado econômico se, paralelamente, não se introduzirem modificações na técnica de extração e de aproveitamento industrial do pescado, deduziremos que o grau de obsolescência da técnica pesqueira litorânea e das indústrias atuais de transformação do pescado será exaltado. As diferenças dos padrões tecnológicos, em favor da pesca ao largo, tenderão a apresentar maior rendimento na atividade do que o verificado com relação à pesca litorânea.

Quanto às indústrias atuais, estas se equacionam, de certo modo, com a diminuta produção de matéria-prima, embora todas já pudessem gozar de maior eficiência, não fosse o obstáculo contido na irregularidade do fornecimento do produto não elaborado. Sem dúvida, estas poderão se beneficiar se se verificar, para elas, fornecimento quantitativo e mais estável de pescado. Poderão ampliar suas instalações e aumentar o número de operários fixos. Entretanto, terão que efetuar investimento e assegurar mercados consumidores. O segundo problema não parece ser tão difícil porquanto todos os nossos informantes, proprietários de indústrias de pescado, nos afirmaram que poderiam vender muito maior quantidade de pescado se houvesse fornecimento mais volumoso de matéria-prima.

Quanto aos pescadores que labutam na lavoura e no litoral, em águas intralagunares ou próximas aos seus núcleos habitacionais, estes sofreriam impactos desfavoráveis; pois a maior abundância de pescado para centros urbanos de consumo, provindos da produção da pesca ao largo, limitaria o que para eles é de grande importância: o pequeno comércio. Como o número de pescadores, incluindo todos os tipos funcionais, já se apresenta demasiadamente grande em relação ao valor médio de poupanças, possibilitado pela economia pesqueira, deduzimos que a melhoria técnica da atividade, implicativa de investimentos de

capitais que em regra os pescadores não possuem, lhes seria desfavorável, pelo menos de início. Assim sendo, a solução de problemas para o desenvolvimento da produção pesqueira, bruta e industrializada, não deixaria de acarretar conseqüências prejudiciais em outros aspectos da conjuntura sócio-econômica da atividade.

Entretanto, a liberação de mão-de-obra pesqueira poderia ser atenuada pela diversificação de atividades econômicas nas áreas litorâneas próximas aos núcleos de pescadores. O plano-pilôto prevê estas dificuldades com acêrto. É, pois, de suma valia que seja executado, obedecendo-se aos esquemas assinalados que focalizam o aproveitamento produtivo de mão-de-obra excedente entre os participantes da pesca litorânea.

As perspectivas, admitindo-se a realidade do desenvolvimento da pesca ao largo, em conjunto, poderão resultar num crescimento de fluxo de rendas de uma atividade econômica tão pouco explorada, com métodos modernos, em todo o litoral brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. — “Contribuição à Geomorfologia da Região Oriental de Santa Catarina”, in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 10 — 1952.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti e Nilo: “A Pesca no Litoral Fluminense” in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII n.º 1 — CNG.
- CAMINHA, Carlos Augusto: *A Pesca na Freguesia da Lagoa* — Publicação da Cadeira de Antropologia Cultural da FCF, — Florianópolis, 1958.
- CABRAL, Osvaldo R.: *Os Açorianos* — Florianópolis, 1951.
- CABRAL, Osvaldo R.: *Santa Catarina* — São Paulo, 1937.
- ESTRADA, Rodrigo Duque: “A Pesca” in *Revista Brasiliense*, n.º 19 São Paulo.
- GUERRA, Antônio Teixeira: “Contribuição ao Estudo da Geomorfologia e do Quaternário do Litoral de Laguna” — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 4 — 1950.
- CARVALHO, Conceição Vicente de: “O Pescador no Litoral do Estado de São Paulo” — *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III
- GONÇALVES, Alberto: “As Zonas de Pesca no Estado da Bahia” — *Boletim Geográfico*, n.º 27, ano III. Publicação do CNG.
- KELLER, Elza Coelho de Sousa: “Pescadores do Litoral Sul” — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano VII, n.º 4 — 1945.
- PAUWELS, Geraldo (P.): “Morfogênese do Litoral Catarinense” — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 4. Publicação do CNG.
- PELUSO JR., Victor A.: *Paisagens Catarinenses: Lagoinha*. Publicação do DEGC, de Santa Catarina, ano 1, n.º 1. — 1947.
- PEDROSA, Carlos: “Pescador de Tarrafa” — in *Tipos e Aspectos do Brasil*. Publicação do CNG.
- SALES, Urbano da Gama: “Pescadores de Nossa Terra” — in *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, n.ºs 9 e 10. — 1951.
- SILVA, Demócrito da: “A Pesca no Brasil” — in *Boletim Geográfico*, n.º 20.
- SCHMIDT, Carlos Borges: “Alguns Aspectos da Pesca no Litoral Paulista” — in *Boletim Geográfico*, n.º 4, ano 1.

VÁRZEA, Virgílio: *Santa Catarina*. 1.^a parte — *A Ilha*. Publicação do governo do estado — 1900.

Atlas de Santa Catarina: Publicação do DEGC, série 2, n.º 2. *Anuário Estatístico do IBGE*, 1958.

Censo demográfico de Santa Catarina, 1950.

Relatório Ripley do Governo do Brasil — R. n.º 494, da FAO.

MIGUEL, Salim; *A Rêde* — (romance) — Editôra Sul — Florianópolis.

JONES, Clarence F., e DARKENWALD, Gordon Gerald: *Geografia Econômica*, Ed. Fondo de Cultura Económica — México — Buenos Aires.

LUTGENS, Rudolf: *Los Espacios Productivos de la Economía Mundial* — Ed. Omega, S/A. Barcelona.

TIMM, J. Ubirajara: *Plano-Pilôto do Estado de Santa Catarina* (COPEN) (Cópia-mimeografada — 1959 — Rio de Janeiro).

SUMMARY

This is indeed a contribution that throws light on the complex problem of fishing off the Santa Catarina seaboard, and the author studies the physical background of this industry, going into the coastal morphology and climatic aspects of the littoral; the human pattern of the fishing, together with the historical antecedents there of, coastal settlement and the attraction of immigrants from de Azores; the fishing population of the littoral from the point of view of distribution, activities, human types and social and economic conditions, skillfully analysing the "camarada" of wage-earner, the owner of boats and tackle, the middleman, the manufactures of special equipment, etc.

In the part dealing with the economic problem of tackle and equipment, particular attention is paid to the nature of the gear, to fishing zones, subsidiary industries and fish production, which is arranged in the form of schematic tables.

In the historical part, fishing along the Atlantic seaboard of what is now the southern state of Santa Catarina is taken back prior to the discovery of Brazil by Cabral in 1500 and its development from then on traced up to our days when it comes under the influence of modern technique, subservient in every way to the tendencies and requirements of progress and the commercial laws that regulate the relationship between the fisherman, the intermediary, the financial backer and the buyer.

Considerable informative value is to be attached to the specific bibliography that supports the author's observations and to the maps and photographs that illustrate the text.

RESUMÉ

Il s'agit d'une contribution à l'éclaircissement du problème complexe de la pêche sur le littoral de Santa-Catarina, dans laquelle l'auteur étudie les bases physiques de la pêche en considérant la morphologie côtière et les aspects climatiques du littoral; les bases humaines de la pêche, en citant les antécédents historiques de cette industrie, le peuplement de la côte et l'affluence d'immigrants venus des Açores; la population de pêcheurs sur le littoral du point de vue de sa distribution, de ses activités, des types humains et des conditions sociales et économiques, analysant nettement le "camarada" ou salarié, le propriétaire des bateaux et de l'équipement, l'intermédiaire, les fabricants d'appareillages spéciaux, etc.

Dans la partie traitant du problème économique de cet équipement, l'auteur s'occupe tout particulièrement de la nature de ces appareillages, des zones de pêche, des industries dérivées et de la production poissonnière, qu'il présente sous forme de tableaux synoptiques.

Dans la partie historique, la pêche le long de la côte atlantique de ce qui est maintenant l'État de Santa-Catarina au sud du Brésil est décrite à l'époque antérieure à la découverte du pays par Cabral en 1500 et son développement ultérieur tracé jusqu'à nos jours où elle est soumise à l'influence de la technique moderne, qui obéit sous tous les aspects aux tendances et aux exigences du progrès et des lois commerciales qui régissent les relations entre le pêcheur, l'intermédiaire, l'armateur et l'acheteur.

Une grande valeur d'informations s'attache à la bibliographie spécifique qui suit les dernières observations de l'auteur, ainsi qu'aux cartes e photographies qui illustrent le text.